

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CEDEPLAR – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

Nathália Barbosa Souza e Silva

**EFEITOS DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS NO DESEMPREGO JOVEM DAS  
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL**

Belo Horizonte  
2020

Nathália Barbosa Souza e Silva

**Efeitos demográficos e educacionais no desemprego jovem das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Demografia.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Lanza Queiroz

Belo Horizonte

2020

## Ficha catalográfica

### Ficha Catalográfica

S729e  
2020 Souza e Silva, Nathália Barbosa.  
Efeitos demográficos e educacionais no desemprego jovem das Regiões Metropolitanas do Brasil [manuscrito] / Nathália Barbosa Souza e Silva. – 2020.  
133 f.: il.

Orientador: Bernardo Lanza Queiroz  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.  
Inclui bibliografia (f. 117-127) e anexos.

1. Demografia – Teses. 2. Desemprego - Brasil– Teses. I. Queiroz, Bernardo Lanza. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. III. Título.

CDD: 304.6

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – 003/2021  
Fabiana Pereira dos Santos CRB6 2530

## Ata de defesa

Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Ciências Econômicas |

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional |



### Curso de Pós-Graduação em Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE NATHÁLIA BARBOSA SOUZA E SILVA Nº. REGISTRO 2018651506. Às quatorze horas do dia seis do mês de fevereiro de dois mil e vinte, reuniu-se na *Faculdade de Ciências Econômicas* da Universidade Federal de Minas Gerais a Comissão Examinadora de DISSERTAÇÃO, indicada “*ad referendum*” pelo Colegiado do Curso em 22/01/2020, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “**Efeitos Demográficos e Educacionais no Desemprego Jovem das Regiões Metropolitanas do Brasil**”, requisito final para a obtenção do Grau de *Mestre em Demografia*, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Bernardo Lanza Queiroz, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos(as) examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos(as) professores(as): Bernardo Lanza Queiroz, André Braz Golgher e Maria Carolina Tomás se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

A Comissão APROVOU a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2020.

Prof. Bernardo Lanza Queiroz  
(Orientador) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. André Braz Golgher  
(CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Maria Carolina Tomás  
(PUC Minas)

**Profa. Laura Lúcia Rodríguez Wong**  
Coordenadora do Curso de Pós-Graduação  
em Demografia

## **Agradecimentos**

Agradeço, em primeiro lugar, àqueles que convivência pessoal e intensa pelo apoio incondicional à minha escolha profissional e pela compreensão nos momentos de ausência ao longo desses dois anos.

Agradeço ao meu orientador Bernardo Lanza Queiroz tanto por aceitar o processo de orientação quanto por tornar esse processo um período de significativo aprendizado e amadurecimento. Agradeço pela paciência e disposição na organização das ideias iniciais dessa dissertação, pelas orientações para além deste trabalho e pela contribuição na minha formação como demógrafa ao longo de todo o mestrado.

Agradeço aos professores do departamento de Demografia do Cedeplar dos quais tive o imenso prazer de ser aluna, que tornaram a jornada da Pós-Graduação um período de intensiva vivência científica dentro do campo fascinante da demografia. Agradeço a todos aqueles que fazem parte do Cedeplar e que de alguma maneira direta ou indireta colaboraram com esse período. Também à Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG por ser tamanha referência na minha formação.

Sinceros agradecimentos aos companheiros de coorte Juliana Estanislau, Juliana Gandra, Richard e Vanessa pelo suporte emocional, pelo processo de aprendizado compartilhado e pelo companheirismo construído para fora do Cedeplar. E àqueles de outras coortes, Júlia Calazans e Matheus Menezes, pela disponibilidade constante de ajuda e pela paciência em períodos de dúvidas.

Agradeço ao apoio financeiro concedido pelo CNPq que me permitiu dedicar exclusivamente e integralmente ao mestrado nestes dois anos.

Por fim, agradeço aos que acreditam na ciência e lutam por ela.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. DESEMPREGO JOVEM, ESTRUTURA ETÁRIA E TRANSIÇÃO EDUCACIONAL...15	
2.1 Conceito de desemprego.....	15
2.2 Desemprego jovem: Definição, características e comportamento no mundo.....17	
2.2.1 O desemprego jovem no Brasil.....	21
2.3 As principais causas do desemprego jovem.....	26
2.3.1 Desemprego jovem e tamanho das coortes.....	30
2.3.2 Desemprego jovem e níveis educacionais.....	40
2.4 A inatividade jovem.....	48
2.5 Considerações finais.....	50
3. DADOS E MÉTODO.....	52
3.1 Base de dados.....	52
3.2 Método de decomposição.....	55
3.2.1 Definições metodológicas – Decomposição de curto e longo prazo.....	60
4. RESULTADOS.....	63
4.1 Análises descritivas.....	63
4.1.1 As variáveis idade e anos de estudo na PNAD.....	63
4.1.2 Transições etárias e educacionais nas nove Regiões Metropolitanas.....	67
4.1.3 Comportamento do desemprego jovem nas nove Regiões Metropolitanas.....	74
4.1.4 Comportamento da inatividade jovem.....	85
4.2 Decomposição.....	94
4.2.1 Decomposição de curto prazo.....	94
4.2.2 Decomposição de longo prazo.....	103

4.3.3 Comparações entre o curto e o longo prazo.....	108
5.CONCLUSÃO.....	110
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117
7. Anexo A – Matriz de proporção de jovens desempregados.....	128
8. Anexo B – Matriz de proporção de jovens inativos.....	131

## Resumo

O desemprego jovem é um tema de relevância nos estudos de mercado de trabalho. Isto porque o fenômeno apresenta algumas particularidades permanentes como seus altos níveis e sua sensibilidade a períodos de recessão. Dentre as discussões dos determinantes do desemprego jovem, que passam por questões demográficas, econômicas, institucionais e estruturais, O'Higgins (2001) aponta três principais causas do desemprego para esse subgrupo populacional, sendo elas (i) variação na demanda agregada, (ii) salários relativos, representados pela sinalização dos jovens no mercado de trabalho e (iii) o tamanho relativo das coortes de jovens. Partindo desse referencial, espera-se responder a algumas questões que se tornaram o objetivo principal dessa dissertação. Como a atual tendência de redução do tamanho das coortes jovens impacta o desemprego dos jovens? Quais são os efeitos do aumento geral da escolaridade da população no desemprego? Seriam tais efeitos uniformes segundo os subgrupos educacionais? Seriam os fatores estruturais e conjunturais da economia os responsáveis pela determinação do desemprego? Para tal, essa dissertação apresenta um acompanhamento da proporção de jovens desempregados por grupos educacionais do ano de 2001 até 2015 através dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. A partir da adoção de um método de decomposição proposto por DasGupta (1994), busca-se quantificar o peso de cada um dos determinantes do desemprego jovem no diferencial temporal observado entre as proporções de desempregados por grupo educacional. Busca-se, portanto, avaliar a alteração nessa determinação frente à intensificação das transições etárias e educacionais e frente aos ciclos econômicos, tendo sempre os diferenciais regionais como guia. Os resultados mostram que desemprego jovem responde positivamente às variações provenientes da redução da participação dos jovens para todas as decomposições efetuadas. Quanto à transição educacional os resultados indicam que o desemprego jovem se comporta de forma distinta segundo os grupos de escolaridade, penalizando os mais escolarizados e beneficiando os menos escolarizados. Além disso, o componente educacional mostrou protagonismo na determinação das diferenças temporais de desempregados para as Regiões Metropolitanas do Norte e Nordeste. As variações econômicas também se destacaram na determinação do desemprego, porém com maior participação para as Grandes Regiões Sul e Sudeste.

Palavras-chave: Desemprego jovem, transição etária, transição educacional, decomposição da proporção de desempregados.



## **Abstract**

Youth unemployment is a relevant topic in labor market studies. This is because such phenomenon has some permanent particularities, such as its high levels, its sensitivity to recessionary periods and its characteristics of influencing the adult labor market. Among the discussions of the determinants of youth unemployment, which go through demographic, economic, institutional and structural matters, O'Higgins (2001) points out three main causes of unemployment for this population subgroup, namely: (i) variation in aggregate demand, (ii) relative wages, represented by youth signaling in the labor market and (iii) the relative size of youth cohorts. From this framework, this paper is expected to answer some questions that became the main objective of this dissertation. How does the current downward trend in youth cohort impact youth unemployment? What are the effects of the general increase in population education on unemployment, and would such effects be uniform across educational subgroups? Are the structural and economic factors of the economy responsible for determining unemployment? To this end, this dissertation presents monitoring of the proportion of unemployed young people by educational groups from 2001 to 2015 through data from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). From the adoption of a decomposition method proposed by DasGupta (1994), it is expected to quantify the weight of each of the determinants of youth unemployment on the time differential observed among the proportions of unemployed by the educational group. Therefore, The objective is to evaluate the change in this determination through intensification of age and educational transitions and the economic cycles, always taking regional differentials as a guide. The results show that youth unemployment responds positively to the variations resulting from the reduction of youth participation for all the decompositions made. Regarding the educational transition, the results indicate that youth unemployment behaves differently according to schooling groups, penalizing the most educated and benefiting the least educated. Besides, the educational component played a leading role in determining the temporal differences of unemployed youth people in the North and Northeast Metropolitan Regions. Economic variations also influence the determination of unemployment, but with greater participation for the South and Southeast Regions.

**Keywords:** Youth unemployment, age transition, educational transition, decomposition of unemployed proportion.

## 1. INTRODUÇÃO

O desemprego é, por si só, um tema muito caro aos estudos em ciências sociais. Muito dessa atenção é devida às consequências atribuídas a esse fenômeno, que variam desde custos econômicos até instabilidade política e social. Em uma análise de subgrupos populacionais, o desemprego jovem é, por sua vez, interpretado como um dos principais problemas a serem enfrentados pela juventude. Isso porque os níveis de desemprego para esse grupo se postulam como os mais altos e mais sensíveis a períodos de recessão, além de se apresentarem como contra-cíclicos, ou seja, persistentes mesmo em períodos de crescimento econômico.

Tanto a intensidade do fenômeno quanto a discussão sobre suas causas e consequências estão presentes na literatura nacional e também internacional. Ainda em 1982, Clark e Summers (1982) mostraram que apenas 60% dos jovens estavam formalmente empregados e apontaram para uma significativa instabilidade do emprego desse grupo. Scarpetta, Sonnet e Manfredi (2010) apresentaram que, em 2010, o número de jovens desempregados na área da OCDE chegou a cerca 15 milhões e, em países como França e Itália, há um jovem ativo para cada quatro jovens em situação de desemprego. Hammer (2003) também contribuiu para a temática ao passo que mostrou, para 10 países pertencentes à União Européia em 2000, uma taxa de desemprego jovem girando em torno de 16%, sendo essa taxa duas vezes maior que a experiência de desemprego adulto. O autor argumenta que os elevados níveis de desemprego juvenil submetem a população jovem a altos riscos de marginalização e exclusão, justificando, portanto, a relevância da temática. Para o Brasil, Garcia et al (2012) citaram dados do Ministério do Trabalho referente ao ano de 2009 que apontam a faixa etária entre 18 e 24 anos como aquela correspondente ao maior nível de desemprego observado, com percentual de desempregados chegando aos 30,57% - também duas vezes maior que o desemprego adulto. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostram que, para o ano de 2019, 41,8% da população entre 18 e 24 anos estava em situação de desemprego.

A bibliografia sobre desemprego jovem engloba uma extensa discussão sobre seus potenciais determinantes e suas possíveis consequências. Ellwood (1982) argumenta que o desemprego entre a população jovem chama atenção devido aos diversos fatores que o permeiam e, em muitos casos, se combinam, produzindo as expressivas proporções de jovens desempregados. Dentre tais fatores destacam-se o momento de saída do jovem da escola, a inserção precária

devido à baixa experiência, a qualificação desproporcional em relação aos concorrentes adultos no mercado de trabalho, a inexistência de postos aptos a absorver esse subgrupo e questões como a assimetria de informações entre os grupos etários e educacionais.

Tendo tais fatores como referência, a literatura tem identificado três grandes determinantes ao desemprego jovem, sendo eles: a demanda agregada, os salários relativos - relacionados ao potencial de habilidade e sinalização no mercado de trabalho via escolaridade - e o tamanho da população jovem na força de trabalho (O'Higgins, 2001).

Para o Brasil esses fatores de determinação já foram discutidos na literatura sobre desemprego. Muniz (2002) apontou que a onda jovem no país na década de 1990, onde se verificou aumento do tamanho das coortes jovens, foi responsável pela maior sensibilidade do desemprego para esse grupo populacional pertencente às regiões metropolitanas. Esse mesmo trabalho ainda evidenciou as disparidades regionais quanto ao aumento populacional e sua relação com o desemprego, além de mostrar distintos comportamentos para diferentes subgrupos dentro do grupo de jovens.

Já Meneses-Filho (2001), analisando os grupos educacionais brasileiros de 1977 a 1997, mostrou que o grupo educacional que mais cresceu no período foi o de pessoas com 5 a 11 anos de estudo. Porém, esse grupo foi o que mais enfrentou problemas no mercado de trabalho, ao passo que foi observada uma elevação na probabilidade de estar desempregado nesse mesmo período.

No que diz respeito às variações de demanda agregada e sua relação potencial com o desemprego, Lima (2006) mostrou que, a partir dos anos 90, com o processo de redução do emprego nas grandes empresas em função de processos de terceirização e do agravamento do quadro de precariedade no país, as taxas de desemprego aumentaram significativamente. A autora corrobora com a visão de Pochmann (2000) ao mostrar que, em situações de crise, mesmo que os candidatos adultos apresentem grau de escolaridade semelhante ou inferior ao dos candidatos jovens os empregadores optam pelos mais velhos, favorecendo a consolidação de um panorama de deterioração das ocupações juvenis.

Para os países desenvolvidos observa-se, na literatura, uma significativa expressividade dos estudos sobre desemprego jovem e seus determinantes. Porém, as evidências parecem limitadas para os países em desenvolvimento ao passo que, em grande parte dos trabalhos, os determinantes são discutidos individualmente. Além disso, outros dois fatores corroboram para as contribuições no tema. O primeiro fator pode ser explicado como a recente reversão do fenômeno do *baby boom* e a observação do *baby bust*, isto é, verificação de coortes cada vez menores, e seus possíveis impactos nos indicadores de mercado de trabalho. E o segundo fator, apontado por Lam (2014), compreende as características de intensidade e particularidade das transições etárias e educacionais observadas nos países em desenvolvimento, principalmente no tocante à influência do fenômeno conhecido como *boom*<sup>1</sup> da educação e das desigualdades regionais. Apesar disso, parece haver uma grande lacuna sobre a compreensão da dinâmica do desemprego jovem frente significativas disparidades regionais e a heterogeneidade tanto das estruturas produtivas quanto das transições observadas para cada região. Portanto, é de grande significância o exercício de compreensão dos determinantes do desemprego jovem tendo como indagação principal a contribuição de cada um deles na proporção de jovens desempregados, a evolução da sua participação ao longo dos anos e as diferenças existentes entre as regiões.

Dessa forma, o principal objetivo desta dissertação visa analisar a trajetória do desemprego jovem no Brasil tendo como norte as mudanças observadas nos três fatores propostos por O'Higgins (2001) como determinantes do desemprego. Logo, busca-se responder à essa indagação através tanto de motivações teóricas quanto de análises empíricas. Em especial, para o Brasil, o estudo se coloca como fundamental tanto no preenchimento da lacuna da observação e discernimento desse fenômeno para o país, quanto na compreensão das seguintes indagações: como uma redução das coortes de jovens entrantes no mercado de trabalho corrobora com os indicadores de desemprego juvenil? Qual é o papel do aumento da escolarização dos jovens nos níveis de desemprego observados? Existem diferenciais educacionais na determinação do desemprego jovem ao passo de um grupo penalizado e o outro beneficiado? Seriam os fatores conjunturais e estruturais da economia os principais responsáveis pela manutenção das altas proporções de jovens desempregados? Postas as desigualdades regionais observadas no Brasil, quanto aos três determinantes analisados o que se pode esperar do comportamento do desemprego jovem?

---

<sup>1</sup> Países com níveis tradicionalmente baixos de educação passaram a ter crescimento absoluto e relativo do número de pessoas altamente escolarizadas, o que a literatura chama de “Boom da Educação” (Amaral et al 2007 e Lam, 2014)

Para responder às indagações propostas por esta dissertação algumas hipóteses foram delineadas tendo como base os estudos sobre desemprego observados na literatura internacional e nacional e da possível influência dos ciclos econômicos nesse fenômeno. As três primeiras hipóteses serão chamadas, neste trabalho, de hipóteses teóricas e se relacionam com o potencial das transições etárias e educacionais observadas no país na determinação e influências nos níveis de desemprego observados, são elas: (i) Ao vivenciar o fenômeno conhecido como *baby bust* e a redução da participação relativa dos jovens na população uma melhora nos indicadores de desemprego é esperada. (ii) Admite-se, um comportamento diferenciado por grupos educacionais devido a alteração da competição destes, tendo em vista o aumento dos mais escolarizados na população jovem - *boom* da educação e (iii) Admite-se, também, diferenciais regionais devido ao diferenciado comportamento das transições estudadas. A quarta hipótese se configura como uma hipótese alternativa onde (iv) espera-se e que os efeitos observados segundo as hipóteses teóricas sejam absorvidos ou mitigados pelo comportamento dos ciclos econômicos.

Isto posto, este trabalho pretende tratar tais suposições, analisando a trajetória de nove regiões metropolitanas do Brasil - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre - de 2001 à 2015 tendo como principal meio comparativo a proporção de jovens de 15 à 29 anos desempregados em relação à população total dessa faixa etária. Para tal, utiliza-se a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) segundo os anos e as regiões metropolitanas citadas. Metodologicamente optou-se pela adoção da metodologia de decomposição proposta por Kitagawa (1955) e modificada por Das Gupta (1994) onde a proporção de jovens desempregados por níveis educacionais será decomposta nos três determinantes propostos por O'Higgins (2001).

Visando atender à motivação teórica para a análise do desemprego jovem, o segundo capítulo desta dissertação traz uma revisão da literatura sobre o tema abordado e será dividido em quatro seções. A primeira conta com uma conceituação do desemprego, visando situar o fenômeno através de seus conceitos, e com a apresentação e definição de desemprego jovem, revisando os principais resultados encontrados na literatura no tocante às dimensões, características, mudanças e permanências no desemprego juvenil para o mundo e para o Brasil. A seção seguinte se dedica à compreensão dos três determinantes do desemprego jovem propostos por O'Higgins (2001). Além da apresentação dos determinantes, essa seção aponta a trajetória

destes nos estudos do desemprego jovem destacando as principais associações teóricas, os significativos resultados empíricos e as potenciais relações esperadas segundo os estudos realizados, sendo possível, portanto, especular sobre os resultados, bem como auxiliar a compreender e interpretar os termos advindos das análises empíricas. A última seção desse capítulo por sua vez conta com uma breve discussão da inatividade jovem que, apesar de não ser objeto de estudo dessa dissertação muito se associa ao fenômeno estudado. A seção tem foco na inatividade como alternativa frente às mudanças observadas na transição para a vida adulta e nas dificuldades de inserção laboral enfrentada pelos jovens.

O terceiro capítulo conta com a faceta empírica desta dissertação, apresentando os dados e os métodos utilizados para responder às indagações levantadas. A primeira seção do capítulo apresenta a base de dados a ser utilizada – Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD do ano 2001 até 2015. A segunda seção apresenta a metodologia de decomposição escolhida para a determinação da participação de cada uma das causas desemprego nas diferenças temporais da proporção de desempregados por Região Metropolitana e grupo de escolaridade. A metodologia de decomposição adotada nesta dissertação tem como referência a decomposição de dois fatores proposta por Kitagawa (1955) e modificada por DasGupta (1993) a partir da inclusão de um terceiro fator. Tal metodologia é pertencente ao campo metodológico da demografia formal e sua aplicação é recorrente nos estudos em ciências sociais. A próxima seção traz um conjunto de metodologias descritivas aplicadas aos dados da PNAD, combinando a apresentação das variáveis utilizadas com a construção de indicadores indispensáveis para compreender a evolução das transições etárias e educacionais populações de estudo. Além disso, essa seção ainda apresenta uma análise de trajetória do fenômeno do desemprego e da inatividade para as nove Regiões Metropolitanas em questão através da construção de matrizes de desempregados e inativos. Busca-se com essa seção, associar as transições etárias e educacionais ao comportamento do desemprego jovem, favorecendo especulações quanto ao comportamento de cada componente a partir da adoção da metodologia de decomposição.

O capítulo seguinte apresenta os resultados obtidos segundo metodologia de decomposição utilizada para a compreensão da contribuição de cada um dos determinantes analisados nos diferenciais temporais da proporção de desempregados. Os resultados são analisados em duas seções seguindo a proposta metodológica que conta com o exercício da decomposição segundo

dois horizontes temporais, o curto e o longo prazo. O objetivo desse capítulo é averiguar como os diferenciais temporais entre as proporções de desempregados para o curto e longo prazo se alteraram e delinear o comportamento desse diferencial segundo as nove regiões metropolitanas analisadas. Esse capítulo busca situar os resultados encontrados com os demais trabalhos da temática publicados para o Brasil, destacando as concordâncias e possíveis divergências.

Por fim, o quinto e último capítulo traz as conclusões da dissertação evidenciando os achados segundo cada uma das hipóteses feitas ao longo da discussão da literatura sobre o tema e apontando suas contribuições para o tema ao situar o Brasil na discussão dos determinantes do desemprego juvenil ao passo que os quantifica.

Desse modo, essa dissertação lança um olhar teórico e empírico sobre o fenômeno do desemprego jovem a partir da agregação de vertentes demográficas, educacionais e estruturais, contribuindo para a compreensão de tal fenômeno. Reconhece-se que o trabalho não esgota as discussões na temática uma vez que, assim como salientado por Ellwood (1982) o desemprego jovem pode ser visto como um enigma uma vez que suas causas e consequências são motivos de conflito.

## 2. DESEMPREGO JOVEM, ESTRUTURA ETÁRIA E TRANSIÇÃO EDUCACIONAL.

Este capítulo tem como objetivo discutir a literatura sobre o desemprego jovem dando enfoque à estrutura etária, à transição educacional e aos eventos cíclicos da economia como seus potenciais determinantes. Busca-se apontar os conceitos importantes na área e as principais e relevantes discussões apresentadas na literatura clássica e recente no que diz respeito a essas relações tanto no Brasil quanto em outros países. A primeira seção conta com um breve contexto do desemprego destacando os conceitos importantes para essa dissertação. Na segunda seção é apresentada uma breve discussão sobre o comportamento do desemprego jovem no que diz respeito às suas particularidades. Na terceira seção tem-se o arcabouço teórico de determinantes do desemprego jovem, seguido da apresentação da discussão segundo cada determinante. Por fim, uma breve discussão sobre inatividade e a evolução do fenômeno segundo grupos de escolaridade.

### 2.1) O CONCEITO DE DESEMPREGO.

O conceito de desemprego involuntário é, tradicionalmente, discutido nos estudos em economia. De acordo com a Teoria Microeconômica Clássica o fato de um agente escolher estar fora do mercado de trabalho não é um problema econômico, isso porque, nesse caso, o salário de reserva do indivíduo é maior do que aquele disponível no mercado - ou seja, o salário de mercado é menor ou igual àquele salário ao qual o agente renunciará o seu tempo de lazer. A observação de indivíduos fora do mercado de trabalho passa a ser uma problemática quando o princípio do salário reserva é violado. Isto é, quando o salário disponível por horas trabalhadas é maior que aquele referente ao lazer do agente, porém, este, não está empregado. Segundo Michel de Vroey (2004) o desemprego involuntário pode ser definido como um desequilíbrio entre o “lazer escolhido” em oposição ao “lazer forçado” onde o agente é excluído da oportunidade de trabalhar sendo, involuntariamente, destinado ao “lazer”. Dessa forma, de maneira prática e observável na economia, um indivíduo só é considerado desempregado caso este não esteja trabalhando, porém, está disponível e buscando, efetivamente, um trabalho em um determinado período de referência, geralmente a semana, mês ou ano anterior.

Apesar da discussão no nível microeconômico, modelos macroeconômicos se esforçam para explicar os potenciais determinantes do desemprego. As principais argumentações giram em



torno da quebra do equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho, que por sua vez gera de um excesso de contingente de trabalhadores não absorvidos pelo mercado, se configurando em desemprego involuntário. Blanchard e Summers (1986) alegam que movimentos inesperados na oferta e na demanda levam a desvios no equilíbrio guiando o mercado para um novo ponto de equilíbrio com a presença de um nível de desemprego.

Segundo a Teoria Econômica Neoclássica o desemprego involuntário é um problema exógeno, consequência de um excesso de oferta de trabalho dado um nível salarial<sup>2</sup>. Ou seja, mesmo em consonância com a teoria do salário reserva, o excesso de agentes ofertando sua força de trabalho culmina em uma porção destes desempregados involuntariamente.

Keynes (1936), no entanto, caracterizou o desemprego involuntário como um equilíbrio parcial dentro uma estrutura falha, isto é, o desemprego é consequência de um mau funcionamento de uma economia descentralizada. Segundo a Teoria Keynesiana, o desemprego involuntário é fruto de uma deficiência de demanda agregada, intrínseco à lógica econômica e decorrente de problemas estruturais e conjunturais.<sup>3</sup>

O grande diferencial das duas teorias é, portanto, a capacidade de intervenção dado um determinado nível de desemprego. Enquanto a visão Neoclássica alega a necessidade de adequação a um novo ponto de equilíbrio, a visão Keynesiana pontua o papel ativo do estado através de estímulos econômicos.

Amadeo et al (2006) apontam que as análises de desemprego devem permear três importantes questões. A primeira delas, de cunho estrutural, envolve o funcionamento dos ambientes sociais e, particularmente, das instituições que os regem. Em segundo lugar, as condições macroeconômicas, que definem e delimitam a demanda por trabalho em termos quantitativos e qualitativos. E, por fim, a qualidade e a quantidade da força de trabalho, resultados dos níveis educacionais da população.

---

<sup>2</sup> Considerando que os rendimentos marginais dos trabalhadores são positivos, porém decrescentes e em um cenário de flexibilidade salarial espera-se que o mercado absorva um elevado número de trabalhadores ajustando, negativamente, o salário pago. Porém, em situações de inflexibilidade salarial o ajuste se dá com margem para o desemprego involuntário

<sup>3</sup> Ver “Keynes, John Maynard (1936) The General Theory of Employment, Interest and Money, London: Macmillan” (1936)

## 2.2) DESEMPREGO JOVEM: DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS E COMPORTAMENTO NO MUNDO.

Dentro da discussão sobre desemprego involuntário o desemprego jovem se destaca. Tradicionalmente, os níveis de desemprego desse subgrupo populacional se postulam como o mais alto e mais sensível a períodos de recessão, além de se apresentar como contra-cíclico, ou seja, persistente mesmo em períodos de crescimento econômico. O'Higgins (2001) argui que, historicamente para os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a taxa de desemprego dos jovens de 15 a 24 anos de idade é, em média, o dobro daquela observada para os adultos, sendo esperado uma diferença maior para os países em desenvolvimento devido aos níveis substanciais de subemprego e a baixa qualidade do setor informal.

A preocupação com o fenômeno do desemprego jovem é documentada em forma de atuação pública desde a década de 1970. Em 1977 a International Labour Organization promulgou um ato que objetivava a oferta de oportunidades de emprego e treinamento para jovens, que contava ainda com a eliminação do trabalho infantil, políticas de emprego e proteção ao desemprego e orientação profissional, que ficou mundialmente conhecido como Youth Employment and Demonstration Projects Act.

Ellwood (1982) apontou o desemprego jovem como um enigma uma vez que suas causas e consequências são motivos de conflito no campo da economia. Segundo o autor as discussões sobre o desemprego jovem passam por questões necessárias para entender a problemática, como habilidade, disponibilidade de trabalho, problemas informacionais e falta de experiência, mas, ainda assim nenhuma teoria foi suficiente para explicar em totalidade tal fenômeno. Amadeo e Estevão (1994) alegam que fatores culturais e econômicos interferem na participação na força de trabalho dos jovens. Para esse subgrupo populacional a influência das políticas públicas, dos programas de treinamento, das legislações trabalhistas e dos benefícios em casos de desemprego exerce significativa determinação na oferta de mão de obra.

Clark e Summers (1982) apontam que a falta de emprego entre os jovens pode ser explicada segundo duas distintas vertentes, onde a principal diferença entre elas é a capacidade de transição dos jovens do desemprego para o emprego: a primeira e tradicional vertente aponta

sobre a falta de postos de trabalho disponíveis para esse grupo e a segunda vertente relaciona a grande instabilidade do mercado de trabalho para os jovens aos altos níveis de desemprego observados para estes. Na primeira vertente, a capacidade de transição do desemprego para o emprego depende, muitas vezes, de fatores exógenos ao mercado de trabalho, enquanto na segunda vertente essa transição faz parte de um sistema econômico interligado, podendo esta ser mais rápida ou mais demorada segundo a conjuntura observada.

Entretanto, uma das principais contribuições do trabalho de Clark e Summers (1982) é o reconhecimento de que, enquanto alguns específicos problemas estruturais podem se efetivamente resolvidos, é improvável que apenas questões estruturais façam a economia alcançar o pleno emprego<sup>4</sup>. Isto é, parte da aparente dinâmica do mercado de trabalho jovem não é suficiente para explicar os altos níveis de desemprego observados para esse subgrupo e os autores sugerem a efetiva falta de postos de trabalho em algumas circunstâncias. Em contrapartida, Blanchflower e Freeman (1996) e Makeham (1980) argumentaram que a sensibilidade do desemprego jovem supera os efeitos demográficos e estruturais muitas vezes favoráveis a esse grupo. Em 2008 a OCDE confirmou a argumentação dos autores ao apresentar uma progressão de redução das taxas de desemprego ao longo das idades.

Tomić (2018), analisando países da União Européia, apontou como resultados de seu trabalho que o desemprego jovem aparenta ser mais pronunciada em países de baixo crescimento do PIB, de alta dívida pública, de mobilidade reduzida, corrupção, recebimento de alto nível de remessas e de baixa possibilidade de os jovens viverem fora de casa de seus pais. Ou seja, além de fatores estruturais assim como apontado por Clark e Summers (1982) algumas observações indicam novas perspectivas atuando como determinante do fenômeno do desemprego juvenil.

Um dos desafios analíticos no que diz respeito ao desemprego jovem é a definição de juventude. De acordo com o padrão das Nações Unidas – ONU -, jovens são aqueles que compreendem dos 15 aos 24 anos de idade. Tal definição vigora desde 1985. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPD - refina a definição da ONU ao desagregar os jovens de 15 a 24 anos em dois grupos distintos, o primeiro de 15 a 19 anos chamados de jovens e o segundo de

---

<sup>4</sup> Segundo Kon (2012), no campo do mercado de trabalho, o pleno emprego se traduz numa situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado a procura de ocupação a encontra. O conceito de pleno emprego, em economia, tem como base uma situação em que não existe qualquer forma de desperdício, seja do capital ou do trabalho.

20 a 24 anos chamados de jovens adultos. O Fórum Mundial da Juventude, tendo em vista as recentes e significativas mudanças na trajetória da transição para a vida adulta, expandiu o limite superior da definição da ONU estendendo o intervalo para os 30 anos (Arruda, 2005). Assim como salientado por O'Higgins (2001), a definição operacional de jovens varia de acordo com fatores culturais, institucionais e políticos de cada país. Nos países industrializados os limites para a escolha da faixa etária correspondente à juventude tem como referência a idade moda ao abandono escolar como limite inferior e como limite superior a referência está relacionada à velocidade da transição para a vida adulta, variando, portanto, amplamente segundo as populações estudadas. De acordo com o IPEA (2016) no Brasil apesar de, em muitos estudos, o recorte para jovens compreender de 15 a 24 anos assim como definido pela ONU, a ampliação para 29 anos passou a ser recorrente. Esse recorte é justificado devido às tendências gerais de aumento da expectativa de vida da população brasileira e da maior dificuldade observada entre as gerações de conseguir plena autonomia financeira e comportamental frente às mudanças na transição para a vida adulta.

No que diz respeito às consequências do desemprego jovem a literatura aponta alguns substanciais impactos. Dentre os impactos sociais, autores indicam que a situação de desemprego é estressante e torna o indivíduo uma pessoa infeliz (Winkelmann e Winkelmann 1998) além de torná-los mais suscetíveis a má nutrição, doenças físicas e perda de auto estima levando à casos de depressão e suicídio. (Darity e Goldsmith 1996 e Winer e Goldsmith 1996). A literatura também sugere que o desemprego jovem impõe uma “cicatriz” de trabalho, aumentando o risco de desemprego adulto. Dentre eles Gregg (2001), Utilizando o National Child Development Survey, evidenciou que estar três meses extras desempregado antes dos 23 anos leva a outros dois meses extras sem trabalho entre os 28 e 33 anos de idade, persistindo os efeitos da perda da experiência profissional. Já Mroz e Savage (2006), analisando os jovens dos Estados Unidos, indicaram que um período de seis meses de desemprego aos 22 anos resulta em um salário 8% menor aos 23 anos e 2 a 3% menor aos 31 anos. Além disso, Bell e Blanchflower (2009) evidenciam que, períodos de desemprego na juventude criam cicatrizes permanentes em questões como satisfação no trabalho e saúde, além de seus efeitos nos salários. Ellwood (1982) examinou a persistência dos efeitos do desemprego jovens e reportou que estes não se findam ao longo dos anos. Jovens que experimentaram o desemprego averiguam reduzidos salários ao longo de suas experiências profissionais. Arulampalam et al (2001) relatam que o melhor indicador de risco de futuro desemprego é o passado histórico do

desemprego. Ou seja, existem consequências permanentes ao desemprego jovem no que diz respeito aos seus custos sociais, econômicos e psíquicos que reforçam a relevância desse fenômeno.

Já no que diz respeito aos padrões observados na literatura, Freeman e Wise (1982) e Feldstein e Ellwood (1982) apontam que estes apresentam características crônicas baseadas em alguns padrões. Segundo os primeiros, os jovens em situação de desemprego são, em grande maioria, homens negros, com altos índices de abandono escolar e desproporcionalmente residentes em áreas pobres. Desempenho acadêmico é positivamente correlacionado com probabilidade de emprego e jovens que trabalham no ensino médio têm maior probabilidade de permanecer na força de trabalho. Feldstein e Ellwood (1982) apontam que, aproximadamente, a metade das diferenças observadas no desemprego jovem entre brancos e negros pode ser explicada por diferenciais econômicos e de composição demográfica dos dois grupos. Ou seja, mesmo dentro desse subgrupo populacional algumas características específicas parecem estar associadas aos diferenciais de emprego, sugerindo que o desemprego jovem tem forte correlação com problemas sociais.

Assim como apontado acima e, como evidenciado por Bell e Blanchflower (2010), o desemprego jovem se evidenciou como um grande problema para os países desenvolvidos durante a década de 1980. Nesse período, grande parte dos países desenvolvidos via seus mercados expandirem, porém, com significativa estagnação ou aprofundamento do desemprego jovem. Em 2008, com o período de recessão em alta, Bell e Blanchflower (2010) observam um *deja vú* da discussão do desemprego jovem para países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Ou seja, o tema voltou a ser objeto de estudo nas discussões de mercado de trabalho com crescimento dramático das taxas de desemprego para esse subgrupo e com picos ainda não observados na história, com a União Europeia atingindo taxa de desemprego para indivíduos com menos de 25 anos igual a 19,7% e Estados Unidos 17,8% num período que compreende de julho de 2008 a julho de 2009. Segundo O'Higgins (2015) crises econômicas impactam o mercado de trabalho jovem para além de variações na demanda agregada, uma vez que tais episódios põe em risco a progressão da carreira, a renda familiar e a estabilidade destes no mercado de trabalho. Segundo o autor o impacto das crises econômicas no desemprego jovem deve, portanto, ser interpretado de uma forma diferente uma vez que apresenta maior intensidade em comparação com outros grupo etários.

A principal permanência entre os dois períodos é a características dos jovens desempregados. Bell e Blanchflower (2010) mostraram em seu trabalho que o desemprego jovem permanece desproporcionalmente desfavorável para jovens negros e com menor qualificação. Todavia, um significativo diferencial entre os dois períodos onde os estudos sobre desemprego jovem estão em evidência é o contexto demográfico. De acordo com os autores, na Europa do século XXI, o tamanho das coortes jovens já estava em colapso, ou seja, já era observado um declínio no número de jovens e as coortes já entravam no mercado de trabalho com seus tamanhos progressivamente reduzidos. Nos Estados Unidos esse efeito também é observado, porém, em proporções menores muito devido à sua alta taxa de imigração.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, Korenman e Neumark (1997) afirmam que estes enfrentam uma significativa crise de desemprego jovem a partir da década de 1990. O'Higgins (2001) mostra que o desemprego jovem parece ser mais afetado pelo choques que atingem os mercados em desenvolvimento em comparação com os países desenvolvidos. Isso porque, segundo o autor, alguns tipos de mercado podem exigir qualidades tidas como “juvenis” como adaptabilidade, enquanto outros mercados exigem qualidades mais “adultas” como responsabilidade e confiabilidade, afetando o nível de substituíbilidade dos mercados de trabalhos e gerando, portanto, distintos comportamentos do desemprego jovem. Essa substituíbilidade ainda pode ser afetada por políticas públicas favoráveis aos jovens, como é o caso da França e do Reino Unido<sup>5</sup> que adotaram programas de incentivo a substituição de aposentados por jovens. Pochmann (1998) afirma que, diante da ruptura da estrutura de emprego baseada no trabalho assalariado e da crescente precariedade dos novos postos de trabalho - como é o caso dos países em desenvolvimento - a ocupação dos jovens se transformou em uma das principais variáveis de ajuste econômico.

### 2.2.1) O DESEMPREJO JOVEM NO BRASIL

A literatura nacional também discute as características e o comportamento do desemprego jovem. Amadeo et al (2006) afirmam que o desemprego dos jovens no país é caracterizado por uma série de influências institucionais que propiciam a diferenciação deste para o desemprego

---

<sup>5</sup> Ver: Fougère et al (2000) e O'Higgins (2001)

adulto. De acordo com os autores, o desemprego jovem é, particularmente, afetado pelos diferentes incentivos observados entre os segmentos populacionais. O fato de os jovens serem estranhos no mercado de trabalho potencializa a falta de experiência destes e logo, o mercado os sinaliza de uma forma diferente. Além disso, no Brasil, o custo de demissão de trabalhadores mais antigos é maior que o dos mais novos<sup>6</sup>, sendo, portanto, os jovens os primeiros a perderem seus empregos em períodos de crise.

Os mesmos autores também apresentaram a rasa proteção ao emprego e os altos níveis de informalidade vivenciados pelos jovens brasileiros. A proteção ao emprego tende a reduzir a flutuação cíclica do número de vagas disponíveis, porém, para os jovens, o efeito da proteção inibe a geração de empregos de longo prazo, potencializando o desemprego e incentivando a migração desse grupo para o setor informal.

Pochmann (1998) alega que, na década de 1990, apesar da desaceleração na taxa de participação dos jovens na População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil, as taxas de desemprego jovem sofreram uma forte elevação. Assim como apontado por Flori (2003) a melhoria no quadro econômico-social, ocorrida com a implementação do Plano de Estabilização em meados de 1994 no Brasil, não produziu a ampliação das oportunidades ocupacionais e nem ao menos favoreceu a inserção ocupacional dos jovens. Pochmann (1998) ainda caracteriza o desemprego jovem do país como um desemprego de inserção, isto é, um desemprego baseado na dificuldade do jovem de se ingressar no mercado de trabalho nas formas tradicionais de ocupação adulta.

Algumas discussões<sup>7</sup> que levam em consideração o período de estabilização econômica do Brasil apontam que o crescimento do país no período não foi capaz de gerar postos de trabalho em quantidades necessárias segundo a evolução da População Economicamente Ativa. Tais discussões apontam esta como a causa principal do desemprego observado e da deterioração das condições de trabalhos no período da estabilização.

Utilizando o conceito de desemprego de inserção, Pochmann (1998) afirma que o padrão de desemprego do jovem brasileiro não se difere dos demais padrões observados no mundo.

---

<sup>6</sup> Em primeiro lugar porque a multa de 40% do FGTS se aplica sobre um valor maior. Depois porque a empresa já investiu mais na qualificação deles. E por último devido ao conjunto de motivos anteriores, que aumenta o custo de demissão dos mais velhos e o poder de barganha do sindicato para proteger seus salários, diminuindo a oferta de vagas pela empresa.

<sup>7</sup> Ver: Alves (2000), Cacciamali e Braga (2003), Maia (2009)

Porém, o Brasil se destacou nos anos 90 ao elevar, expressivamente, o volume de jovens desempregados com essa elevação concentrando-se no grupo de jovens de 15 a 19 anos. Segundo o autor, esse movimento fez parte de um processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro a partir dos planos de estabilização. Essa observação permitiu que o autor definisse o “desemprego de exclusão”, que se refere ao trabalhador jovem que tende a permanecer marginalizado do mercado de trabalho, geralmente aquele de baixa escolaridade.

Reis e Camargo (2005) observaram no período que compreende de 1990 até 2002 um crescimento sistemático do desemprego para os trabalhadores de 18 a 23 anos. E apontaram, para o país, a característica contra-cíclica do fenômeno ao passo que os jovens estão sempre em desvantagens independente da fase descendente ou ascendente dos ciclos econômicos. Já em 2007 o IPEA (2008) evidenciou que cerca de 4,6 milhões de jovens estavam desempregados no Brasil e a taxa de desemprego para o ano foi cerca de três vezes maior que a observada para adultos. A persistência do fenômeno é verificada segundo os dados divulgados pelo IBGE segundo informações da PNAD contínua para o quarto trimestre do ano de 2018. Nesse período, para jovens de 15 a 29 anos de idade, a taxa de desemprego observada correspondia a 27,2% enquanto a média do mercado em geral era de 11,6%. Além disso, tem que, nesta mesma época, para cada 10 desempregados 5,4 são jovens de 15 a 29 anos.

No Brasil, analisando as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador, Braga e Rodarte (2006) indicam que a crescente dificuldade de inserção ocupacional dos jovens pode ser vista tanto pela perspectiva da desorganização do mercado de trabalho brasileiro, se destacando pelo grande número de trabalhadores na informalidade sem um vínculo institucionalizado, como também pela baixa adequação de um sistema educacional não acolhedor oferecido às camadas mais populares da sociedade. Flori (2003) sustenta que parece adequado dizer que o aumento da escolaridade do jovem no Brasil não parecia favorecer o problema do desemprego jovem. A autora traz evidências de atitudes preconceituosas do mercado de trabalho brasileiro, por meio de empresários e trabalhadores adultos que somam experiências e hábitos de trabalho mais sedimentados, configurando um significativo obstáculo à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, Braga e Rodarte (2005) também destacam algumas facetas institucionais do mercado de trabalho brasileiro que corroboram para os altos níveis de desemprego jovem no país como o baixo custo da dispensa de um jovem, o incremento das exigências em relação à escolaridade e à experiência e a alta absorção dos jovens em atividades com características



precárias. Os autores também mostram que o desemprego jovem para as áreas analisadas são de longa duração com graves prejuízos ao processo de emancipação e incorporação social dos jovens reforçando a discussão das cicatrizes de mercado de trabalho.

No que diz respeito às características dos jovens desempregados no Brasil Silva e Kassouf (2001) apontam os mesmos fatores observados na literatura internacional. Escolaridade e experiência são variáveis importantes para explicar o desemprego entre os jovens. Além disso, os negros apresentam maior probabilidade de desemprego em relação aos brancos e pardos. A autora também evidencia que a probabilidade de desemprego é maior para jovens cuja renda familiar é mais baixa. Analisando os dados da PNAD de 2007, Cunha, Araújo e Lima (2011) apontam que mulheres jovens, não brancas, com menor grau de escolaridade e pouca experiência no mercado de trabalho experimentam maiores probabilidades de estarem desempregadas.

Garcia et al (2012) discutem a inserção ocupacional dos jovens no Brasil no que se refere à aqueles em busca de uma primeira ocupação formal e a sua relação com os ciclos econômicos observados no país. As autoras alegam que o comportamento do desemprego segue, tradicionalmente, uma trajetória igual ao comportamento geral da economia. Os resultados encontrados mostraram que os trabalhadores mais jovens estão sempre em condições adversas no mercado de trabalho, concordando com o proposto por Reis e Camargo (2005). As autoras ainda reforçam que os jovens não têm encontrado uma conjuntura favorável desde os anos 1990, prevalecendo as altas taxas de desemprego registradas para esse grupo. Segundo as autoras um ritmo de crescimento ávido da economia não garante, por si só, uma solução ao fenômeno do desemprego jovem.

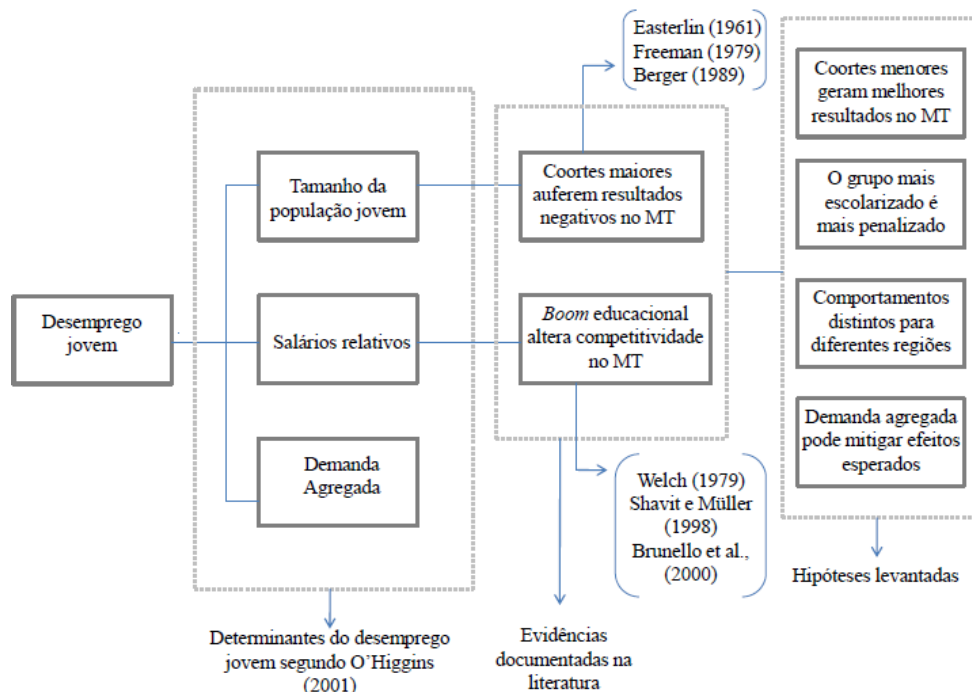
Cacciamali e Tatei (2017) afirmam que o desemprego atinge, expressivamente, os trabalhadores jovens de menor grau de escolaridade e menor experiência do mercado de trabalho. No país, as maiores taxas de desocupação são verificadas para aqueles jovens que verificam níveis de escolaridade entre 5 e 8 anos de estudo. Além disso, os autores mostram que a desocupação e a informalidade na juventude afetam negativamente a ocupação e o rendimento do trabalho enquanto adulto, confirmando para o Brasil as hipóteses de cicatriz no mercado de trabalho, afirmando a necessidade da atuação de intervenções públicas a fim de mitigar o comportamento do desemprego jovem.

No que diz respeito às consequências, Barros et al (1997), mostram que o desemprego grande magnitude para os jovens brasileiros, contribui para o aumento da desigualdade de renda entre as famílias, uma vez que os jovens não contribuem, relativamente, para o orçamento familiar visto que estão fora do mercado de trabalho formal. Os autores também evidenciam uma tendência observada para os países em desenvolvimento: A probabilidade de entrada no desemprego se reduz com a idade ao passo que probabilidade de saída do desemprego cresce. Essa mesma observação também aparece no trabalho de Fernandes e Picchetti (1999) e mais recente, no trabalho de Cunha, Araújo e Lima (2011).

Por fim, um ponto fundamental do trabalho de Braga e Rodarte (2005) são os efeitos das diferenças regionais sobre os indicadores de desemprego jovem para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. Segundo os autores as desigualdades econômicas e de organização dos mercados de trabalho são mais favoráveis à inserção dos jovens na Região Metropolitana de Belo Horizonte em relação à Salvador. Tendo em consideração as formas de ocupação precárias, os autores observaram um maior grau de vulnerabilidade dos postos de trabalho baianos relativizando os estudos regionais no campo a partir da heterogeneidade dos mercados de trabalho regionais.

### 2.3) AS PRINCIPAIS CAUSAS DO DESEMPREGO JOVEM.

Figura 2.1 – Referencial teórico sobre desemprego jovem e hipóteses levantadas.



Fonte: Elaboração própria.

Apesar de na literatura existir uma extensa discussão sobre causas e determinantes do desemprego jovem, O'Higgins (2001) destacou os três principais fatores que influenciam a flutuação deste. Tais fatores passaram a ser discutidos nos trabalhos recentes e se apresentam como fundamentais para compreender o comportamento desse fenômeno. Uma vez que essa dissertação busca entender a relação entre o desemprego jovem, o tamanho das coortes de entrada no mercado de trabalho e os níveis de educação atingidos pela população, o referencial proposto por O'Higgins (2001) se mostra como apropriado. Segundo o autor, qualquer análise das causas dos altos níveis de desemprego para esse subgrupo populacional lida, basicamente, com a discussão dos seguintes três fatores que serão discutidos em maior intensidade:

#### 1) Demanda agregada.

O comportamento do desemprego jovem frente às oscilações de demanda agregada pode ser compreendido como um movimento geral da economia. Isto é, uma queda na demanda agregada leva um declínio na demanda geral por trabalho e conseqüentemente um declínio na demanda por trabalho jovem. Em macroeconomia, demanda agregada é entendida como a demanda total de bens e serviços em uma determinada economia, ou seja, é o total de bens e serviços que será

adquirido a um observado nível de preços por um mercado consumidor (Sexton e Fortuna 2005). Espera-se, portanto, que em um contexto de desaceleração econômica e crises financeiras haja uma redução na demanda agregada guiando para um contexto de desemprego involuntário. Um dos pontos fundamentais para compreender a relação entre demanda agregada e desemprego jovem é o que O'Higgins (2001) chama de variabilidade cíclica. Segundo o autor, as taxas de desemprego jovem são tipicamente e substancialmente mais altas e mais suscetíveis à variabilidade cíclica em comparação com as dos adultos, logo, a discussão da relação entre essas duas variáveis é mais focada no porquê da desproporcionalidade entre os grupos etários do que na existência ou não desse efeito como causa.

O'Higgins (2001) destaca alguns pontos que podem justificar a desproporcionalidade entre os jovens e os adultos no que diz respeito aos níveis de desemprego e o comportamento da demanda agregada. Dentre eles são citados: a maior probabilidade dos jovens de deixarem seus empregos em relação aos adultos em um período de baixa demanda agregada, o menor custo de demissão de jovens para as empresas, o menor nível de incorporação de estratégias de investimento em treinamento por parte das empresas, o fato de os jovens serem menos sujeitos à legislação de proteção ao emprego e, por fim, a ação das empresas que, frente a um declínio de demanda agregada, cessam o recrutamento de jovens iniciando um procedimento de contenção de despedimentos.

Scarpetta, Sonnet e Manfredi (2010) alegam que crises financeiras se apresentam como desafios para os jovens uma vez que estes disputam menos vagas e os empregadores se tornam mais seletivos a contratações. Para os autores, adotar e manter medidas que atenuem os efeitos das crises no mercado de trabalho<sup>8</sup> facilitando a inserção de jovens atingidos pelos efeitos de queda da demanda agregada apresenta efeitos mais favoráveis a este grupo em comparação com políticas de proteção social.

Além disso, Scarpetta, Sonnet e Manfredi (2010) também reforçam que crises econômicas afetam no curto prazo, diretamente, a transição escola/trabalho e operam em comportamentos distintos segundo diferentes níveis educacionais das populações. Isto é, além das influências

---

<sup>8</sup> O que parece funcionar bem para jovens desfavorecidos é fortalecer uma abordagem de “obrigações mútuas”, segundo a qual, em troca de apoio à renda, os candidatos a emprego (incluindo jovens) precisam participar de atividades de treinamento, busca de emprego ou colocação de emprego

das crises no desemprego esse fator se relaciona com os diferenciais educacionais potencializando os efeitos do desemprego.

De acordo com Caroleo e Pastore (2007) períodos de crise potencializam o fenômeno nomeado de “armadilha da experiência”. Uma vez que as empresas necessitam que seus empregados tenham competências gerais e específicas e estas últimas só são adquiridas com a experiência no posto de trabalho vigente existe um incentivo à demissão de jovens devido ao seu menor tempo adquirindo habilidades específicas em relação ao um adulto.

Atherwood e Sparks (2019) analisando a crise financeira dos Estados Unidos mostraram que, para aquelas coortes que entram no mercado de trabalho em períodos de crise, é esperado efeito duradouro no que diz respeito às desvantagens vivenciadas no mercado de trabalho. Além disso, mostraram que os resultados se comportam de forma diferenciada para diferentes graus de escolaridade e por sexo, indicando que esses fatores estruturais tampouco tem seus efeitos mitigados em períodos economicamente desfavoráveis.

## 2) Salários relativos.

No que diz respeito a esse determinante O’Higgins (2001) argumenta que o salário têm um impacto negativo na empregabilidade dos jovens à medida em que quanto maior a relação entre o salário relativo entre jovens e adultos, maiores são os incentivos para empregar um adulto em oposição a um jovem. Esse argumento só é válido para casos onde os trabalhadores jovens são substitutos próximos ou quase perfeitos de seus pares adultos e não em casos onde os trabalhadores jovens são complementares aos trabalhadores adultos. A relação de complementaridade entre trabalhadores jovens e adultos está diretamente relacionada ao viés de habilidade entre esses dois subgrupos. Incompatibilidade de habilidades é uma das principais justificativas para a baixa contratação de jovens e corrobora para aumentar o *gap* dos salários.

Apesar de O’Higgins (2001) relativizar o papel do salário relativo nos índices de desemprego jovem frente aos outros dois determinantes, o autor reconhece que os níveis de habilidade da força de trabalho desempenham um papel potencial no crescimento dos níveis de emprego e, por isso, influenciam nos efeitos de crescimento econômico extremamente relacionados com o crescimento potencial da demanda agregada. Logo, esse fator pode ser interpretado como fator conjunto ao da demanda agregada.

Camargo e Reis (2005) ainda apontam que o grau de informação incompleta se comporta de forma diferenciada segundo os grupos de escolaridade. Enquanto para os trabalhadores não qualificados deve existir pouca incerteza quanto à produtividade, os trabalhadores qualificados têm níveis de informação incompleta significativamente heterogêneo.

O'Higgins (2001) aponta que um sistema educacional baseado em treinamentos pode levar à redução no nível relativo de desemprego juvenil à medida que a relação de complementaridade entre jovens e adultos seja intensificada. Ou seja, esse determinante pode ser interpretado pela visão da sinalização de habilidades recebida e reconhecida pelo mercado de trabalho. Quanto melhor a sinalização recebida pelo mercado quanto as habilidade e conhecimentos de um trabalhador maior a relação de complementaridade entre jovens e adultos e, conseqüentemente, menor o desemprego observado para o primeiro grupo.

### 3) Tamanho da população jovem na força de trabalho.

O terceiro e último determinante do desemprego jovem é tratado por O'Higgins (2001) como o principal fator à esse fenômeno. Segundo o autor a interpretação desse determinante é intuitiva: quando maior a quantidade de jovens no mercado de trabalho mais empregos serão necessários para acomodá-los e na inexistência desses empregos o desemprego juvenil é potencializado. A discussão é fruto da crescente preocupação dos países desenvolvidos na década de 80 onde, por consequência do processo de transição demográfica, foi observado um alto crescimento da população jovem. O'Higgins afirma que, o fato de o tamanho da população jovem na força de trabalho ser mais previsível do que as condições econômicas futuras faz com que esse determinante ganhe tamanho destaque na literatura. O autor reforça que o efeito do tamanho da população jovem pode contrabalancear um período de crescimento econômico.

Expostos os três principais determinantes do desemprego jovem segundo referencial teórico proposto por O'Higgins (2001) a próxima seção se dedica ao aprofundamento de duas questões citadas pelo autor como fundamentais: a estrutura etária e os nível de educação da população jovem.

### 2.3.1) DESEMPREGO JOVEM E TAMANHO DAS COORTES

O tamanho e a composição das coortes<sup>9</sup> de entrada no mercado de trabalho se tornaram expressivo objeto de estudo a partir do fenômeno conhecido como *baby boom*. Durante o processo de transição demográfica e a mudança na interação entre os níveis de fecundidade e mortalidade, houve uma significativa alteração da estrutura etária das populações modernas. Décadas atrás, com altos níveis de fecundidade e em contexto de queda da mortalidade, evidências para países desenvolvidos mostram que a transição demográfica produziu um número de jovens historicamente sem precedentes, a geração do *baby boom*. Questões como tamanho das coortes acompanham os membros desta até o fim de suas vidas e são responsáveis pela observação de padrões diferenciados no que diz respeito ao mercado de casamento, condições de saúde e mortalidade, criminalidade e, em especial, situação no mercado de trabalho, justificando grande parte dos estudos nessa temática. Lee (1988) aponta que as relações entre tamanho das coortes e mercado de trabalho são fáceis de serem estudadas empiricamente, isso porque, para o autor, os choques demográficos são exógenas em relação às condições econômicas e produtivas da população em questão e, portanto, não tem relação com o contexto observado e sim com as condições de nascimento do indivíduo.

Variações significativas no tamanho das coortes são chamadas de descontinuidades demográficas e podem ser interpretadas como variações bruscas no comportamento vigente da dinâmica demográfica de uma determinada população. Bercovich e Massé (2004) apontam que a principal característica que molda a descontinuidade demográfica de uma coorte é o número de nascimentos atribuídos a ela, sendo esse argumento também muito estudado na literatura sobre transição demográfica. No que se refere ao mercado de trabalho a literatura têm como referência tanto o tamanho inicial das coortes - nascimentos - quanto o tamanho das coortes no momento que estas entram no mercado de trabalho. Essa última se configura como uma forma de neutralizar os efeitos tanto da mortalidade quanto de processos migratórios.

A literatura que aponta a influência do *baby boom* no mercado de trabalho ficou conhecida, sobretudo, nos Estados Unidos. A descontinuidade demográfica vivida por esse país ocorreu entre 1946 e 1964, no pós-guerra, onde houveram significativas transformações na estrutura

---

<sup>9</sup> Segundo Carvalho et al (1998) uma coorte é formada por um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu num mesmo período.

etária, provocando sucessivas gerações alargadas, gerando o que Muniz (2002) chamou de “onda” na pirâmide populacional desse país. Um amplo debate sobre a influência e consequências de coortes mais largas de entrantes no mercado de trabalho argumenta que o tamanho relativo das coortes deprecia os salários relativos e promove o desemprego. Alguns trabalhos para os Estados Unidos ainda apontam que as coortes mais largas estão associadas a um provável aumento da demanda por educação.

Apesar de a literatura apontar que grandes coortes apresentam efeitos negativos no mercado de trabalho, existe uma significativa discussão da influência positiva de uma estrutura etária com alta participação dos jovens na formulação de políticas públicas benéficas à sociedade como um todo. Assim como apontado por Tomás (2007) essa perspectiva atua de outro lado da transição demográfica, do lado da abordagem da janela de oportunidade ou do bônus demográfico, que compreende um momento transitório do processo de transição demográfica onde a força de trabalho, temporariamente, cresce mais rápido do que a população dependente, liberando recursos para investimento em desenvolvimento econômico e bem estar (Lee e Mason 2008). Porém, o sucesso do bônus demográfico depende de fatores que foram listados por Birdsall e Sinding (2001), são estes: grande volume de trabalhadores produzindo a maior parte do produto total, ou seja, trabalhadores empregados produtivamente, grande oferta de capital humano e investimento apropriado na formação dos trabalhadores e acumulação de riquezas com investimentos produtivos. Ou seja, a perspectiva benéfica da descontinuidade demográfica só se configura como tal a partir de uma série de ações e observações na sociedade favoráveis ao período de bônus.

Atentando aos efeitos deletérios do alargamento das coortes no mercado de trabalho, a hipótese clássica da literatura do *baby boom* norte-americano é a hipótese formulada por Easterlin (1980). O autor alega que grandes coortes auferem baixos salários no mercado de trabalho levando-as a diminuir seus níveis de fecundidade o que, por consequência, produziria uma coorte de tamanho menor do que a anterior, levando o mercado de trabalho a uma situação de bons retornos. O diferencial da abordagem de Easterlin (1980) é o tratamento do fenômeno da descontinuidade demográfica como um círculo vicioso onde os bons retornos observados no mercado de trabalho incentivariam a recuperação da fecundidade elevando o tamanho das coortes para os níveis observados anteriormente. Esse primeiro movimento evidenciado por Easterlin (1980) - coortes largas auferem menores salários - tem respaldo teórico na Teoria



Econômica Neoclássica que considera tanto o tamanho absoluto quanto relativo e as positivas taxas de crescimento da população jovem como potencial depreciador de salários e de oportunidades de emprego. Esse argumento foi o responsável por grande parte da literatura produzida nesse contexto de *baby boom*. Em outras palavras, o modelo de crescimento do produto baseado no pensamento econômico neoclássico, prevê que um aumento na taxa de crescimento da força de trabalho reduz a razão capital-trabalho, diminuindo o salário dos trabalhadores e, em casos de inflexibilidade salarial, aumentando o desemprego involuntário.

Segundo Teoria Econômica Neoclássica do mercado de trabalho (Borjas e Van Ours, 2010) o principal fator que determina a composição populacional são as decisões de fecundidades tomadas por gerações anteriores. Essas decisões são responsáveis por determinar o tamanho populacional e, conseqüentemente, o tamanho da força de trabalho. Abordagens que consideram o ciclo de vida no mercado de trabalho apontam a existência de uma forte relação entre participação na força de trabalho e os resultados observados no mercado. A cada fase do ciclo de vida, portanto, o trabalhador compara questões como poder de compra do salário, níveis de desemprego e o custo de oportunidade a fim de disponibilizar ou não a sua força de trabalho. Logo, espera-se que os níveis de atividade e inatividade estejam, estreitamente, relacionados com resultados do mercado de trabalho.

O ajuste de equilíbrio do mercado de trabalho, abordado segundo a Teoria Econômica Neoclássica, é dado através da interação entre produtividade marginal e número de trabalhadores ofertantes de força de trabalho. Considerando que os rendimentos marginais dos trabalhadores são positivos e decrescentes e, em um cenário de flexibilidade salarial, espera-se que o mercado absorva um elevado número de trabalhadores ajustando, negativamente, o salário pago. Porém, em situações de inflexibilidade salarial o ajuste se dá com margem para o desemprego involuntário.<sup>10</sup>

Os trabalhos realizados na temática consideram que os trabalhadores adultos são substitutos imperfeitos dos trabalhadores jovens. Caso contrário o efeito puro do tamanho de coortes jovens sobre o desemprego não poderia ser analisado. Segundo Corseuil et al (2014) Vê-se um grau de substituição bastante baixo entre trabalhadores jovens e adultos. De fato, a proporção de

---

<sup>10</sup> A literatura econômica clássica afirma que, em um contexto de não rigidez salarial, o excesso de oferta de trabalho tenderia a desaparecer via ajuste salarial e logo, um novo equilíbrio seria alcançado

substituição de um tipo de trabalhador para o outro é, em média, 4%, e nunca ultrapassa o nível de 5% entre 1996 e 2010) Logo, em situação contrária – choque negativo de oferta - espera-se que o comportamento do mercado atue reduzindo o desemprego involuntário.

Korenman e Neumark (2000) sintetizaram alguns dos principais estudos sobre efeito do tamanho das coortes. Segundo os autores os trabalhos seguem um roteiro semelhante de perguntas a serem respondidas, são elas: os padrões de efeitos observados nos Estados Unidos no período do *baby boom* são os mesmos observados para outros países? Os efeitos em salário e emprego são persistentes para os afetados? Como as flutuações demográficas se comportam num contexto de investimento em capital humano? Os efeitos são correlacionados com o nível de instrução das coortes? Ou seja, segundo Korenman e Neumark (2000) os trabalhos publicados até a década de 2000 apresentam um padrão de contribuição para a literatura, extremamente relacionado com os resultados observados para os Estados Unidos.

Em um panorama geral dos estudos norte-americanos, Perry (1970) pode ser considerado o primeiro autor a introduzir essa temática na literatura. O autor previu que a entrada da coorte de *baby boomers* no mercado de trabalho levaria a uma elevação das taxas de desemprego na década de 1970 para o país. Flaim (1979) foi o primeiro autor a confirmar empiricamente as profundas alterações na dinâmica demográfica dos Estados Unidos de 1957 até 1977 a partir da apresentação de uma correlação positiva entre participação relativa da população jovem e as taxas de desemprego. A metodologia desenvolvida por Flaim (1979) conta com a criação de uma taxa de desemprego padronizada, construída a partir da aplicação de taxas reais de desemprego em uma distribuição de força de trabalho que é mantida constante a partir de uma base. A diferença entre a taxa geral e a taxa padronizada é então interpretada como “fatores não cíclicos da economia”, o que o autor interpreta como as mudanças na composição populacional. Além de encontrar diferenças positivas entre as taxas o autor ainda sugere uma esperada redução das taxas de desemprego jovem entre 1979 e 1998 devido a um declínio na participação relativa dos jovens na população norte-americana. Nardone (1987) faz o caminho contrário daquele apresentado por Flaim (1979) e investiga a sugestão de redução da taxa de desemprego proposta por este último. Nardone (1987) utiliza os dados populacionais norte-americanos da primeira metade da década de 80, onde a o tamanho da população jovem havia diminuído consideravelmente e mostra um encolhimento na porcentagem de jovens trabalhando no período. Nardone (1987) alega que os resultados encontrados estão diretamente associados à

recessão que atingiu o país no início dos anos 1980. Esse panorama geral indica uma substancial discussão dos efeitos da participação relativa dos jovens no mercado de trabalho. Os resultados encontrados para os Estados Unidos corroboram com a discussão dos determinantes do desemprego jovem apresentado por O'Higgins (2001) ao demonstrarem interdependência dos fatores analisados. Korenman e Neumark (2000) ressaltam que o trabalho de Nardone (1987) mostra a importância de controlar os ciclos da economia mesmo ao buscar a relação das taxas de desemprego com os tamanhos das coortes, sendo esta uma importante contribuição do trabalho.

Para além dos trabalhos que associam tamanho das coortes e níveis de desemprego, a perspectiva dos rendimentos se tornou comum na discussão de tamanho de coortes e mercado de trabalho. Em 1979 o trabalho de Welch mostrou correlação positiva entre tamanho das coortes e rendimentos recebidos. O autor mostra que o comportamento dos salários relativos auferidos entre 1967 e 1975 indica evidências de efeitos deletérios para os integrantes mais jovens e ingressantes no mercado de trabalho. Além disso, o autor introduz uma nova perspectiva na discussão de tamanho de coorte e mercado de trabalho ao indicar que esse efeito é mais significativo para aqueles trabalhadores mais instruídos vis a vis os menos instruídos e que tais efeitos são deletérios às carreiras dos jovens, promovendo uma cicatriz no mercado de trabalho.

Levine e Mitchell (1988) também focaram a análise da relação salarial relativa observada para as coortes correspondentes ao *baby boom*, porém, quando estes já eram parte de um segmento mais velho da força de trabalho, simulando a elasticidade dos salários em 2020. Os autores confirmam que, ao longo da vida laboral, o ritmo de crescimento dos salários de uma coorte maior é reduzido em relação às coortes menores.

Shimer (1998), voltando à discussão de Nardone (1987), alega que algumas coincidências podem ter corroborado com a relação positiva entre coortes mais largas e os maiores níveis de desemprego nos trabalhos apresentadas na década de 1980. Segundo o autor, flutuações macroeconômicas podem ter sido responsáveis pelo aumento da taxa de desemprego nesse período. Fair e Domingues (1991) analisam várias equações macroeconômicas a fim de encontrar os efeitos das mudanças na distribuição etária dos Estados Unidos para diversas faixas etárias componentes do mercado de trabalho. Os autores chegam a um resultado indicando que

o consumo e o investimento em habitação são afetados negativamente à medida que as coortes de *baby boomers* atingem a fase adulta (30 a 54 anos). O principal argumento dos autores é que aquele proposto por Easterlin (1980), o salário médio que esse grupo de trabalhadores ganha é afetado negativamente pela alta participação relativa desses na população total impedindo investimentos futuros. Além disso, os autores ainda indicam um diferencial por sexo nos resultados observados no mercado de trabalho. Para as mulheres o efeito substituição sobressai, isto é, as mulheres pertencentes às coortes mais largas trabalham, em média, menos que as mulheres de coortes menores. Já para os homens o efeito renda domina, ou seja, estes trabalham mais que a média para obterem os mesmo resultados.

No que diz respeito a evidências para a Europa alguns trabalhos se destacam. Zimmermann (1991) mostra que o tamanho e a estrutura das gerações alemãs antes da reunificação do país alteraram os resultados no mercado de trabalho. Isso porque o autor mostra que efeitos no tamanho relativo das coortes afetaram os níveis relativos de desemprego ao passo que, no curto prazo, há um impacto positivo entre tamanho e desemprego. O autor utiliza séries que correspondem de 1967 até 1988 para jovens trabalhadores entre 15 e 34 anos e trabalhadores entre 35 e 54 anos. Apesar de buscar evidências que indiquem o efeito cicatriz do desemprego para a população estudada Zimmermann (1991) não o encontra. Os resultados encontrados por Zimmermann (1991) são contrários à hipótese de cicatriz no mercado de trabalho, porém, corroboram com a hipótese de *catch up*. Essa hipótese foi apresentada por Bloom et al (1987) onde estes alegam que coortes dos Estados Unidos que apresentaram desvantagens na juventude devido à sua alta participação relativa foram capazes de “recuperar o atraso” no que se refere aos salários relativos e as taxas de desemprego cerca de uma década após a entrada destas no mercado de trabalho. Esse mesmo trabalho de Bloom et al (1987) analisa uma série de países industrializados além dos Estados Unidos (Austrália, Canadá, França, Japão, Suécia, Reino Unido) e conclui que os efeitos da entrada de coortes largas no mercado de trabalho, mesmo dentro de um grupo de países economicamente desenvolvidos, se comporta segundo dois padrões. Nos Estados Unidos e na Austrália o efeito preponderante é o de redução do rendimento relativo das coortes maiores enquanto na França e no Reino Unido o efeito que predomina é o de aumento do desemprego. Suécia e Japão apresentam forte influência de fatores institucionais e por isso, segundo os autores, não é possível afirmar o comportamento dos efeitos. Esse último fato é evidente no trabalho de Martin e Ogawa (1988) para o Japão onde os efeitos encontrados para tamanho de coorte e salário é a esperada segundo a Teoria

Econômica Neoclássica, porém os efeitos são marginais, ou seja, muito baixos em comparação com os demais estudos apresentados na literatura dos países desenvolvidos.

Ainda sobre os diferentes efeitos dentro de um mesmo nicho econômico, Korenman e Neumark (2000) apontam que nos países da Europa o efeito de saída do mercado de trabalho frente aos choques demográficos é mais expressivo em relação ao efeito depreciação salarial fortemente observado nos Estados Unidos, confirmando os achados de Bloom et al (1987).

Wright (1991) estudou o tamanho das coortes e os ganhos destas para a Grã-Bretanha. Apesar de compor em sua amostra apenas homens chefes de família de 1973 até 1982 Wright (1991) encontra efeitos positivos para coortes maiores assim como também encontra efeitos diferenciados segundo níveis de escolaridade. O autor também mostra efeitos de longo prazo ao passo que mostra um estreitamento das diferenças em rendimentos à medida que as coortes envelhecem, não corroborando, portanto, para a hipótese das cicatrizes permanentes no mercado de trabalho. Korenman e Neumark (2000) apresentaram uma crítica substancial ao trabalho de Wright (1991). Segundo os autores o aumento da população jovem da Grã-Bretanha no período estudado é moderada e aproximadamente linear logo, os efeitos observados não podem ser, de fato, atribuídos a uma variação do tamanho das coortes.

Hartog, Oosterbeek e Teulings (1993) estudaram os efeitos de tamanho de coortes para homens holandeses entre 1979 e 1985 e encontraram efeitos positivos e significativos para tamanho das gerações e ganhos no mercado de trabalho, porém só quando os grupos são estratificados por escolaridade. O grande diferencial do trabalho é o fato de os efeitos serem mais fortes para aqueles com baixa escolaridade, diferente dos resultados encontrados em outros estudos feitos previamente tanto para os Estados Unidos e para Europa e que serão discutidos em sessão posterior.

Apesar a solidez dos resultados apresentados tanto para os Estados Unidos quanto para alguns países da Europa, o trabalho de Korenman e Neumark (2000), também focado em economias desenvolvidas, aponta a necessidade crescente de neutralizar o fator estrutura/conjuntura na análise do impacto do tamanho das coortes nos desempenhos do mercado de trabalho. Os autores concluíram que as mudanças de caráter demográfico não apresentam efeitos sobre questões econômicas, como por exemplo, o desemprego, em contextos econômicos específicos

e introduzem a hipótese de *cohort crowding*. Tal hipótese afirma que os efeitos na taxa de desemprego jovem são fruto de uma alocação de penalidade para esse grupo em detrimento do grupo dos adultos. O trabalho dos autores abre margem para uma nova onda de estudos na temática como, por exemplo, o trabalho de Shimer (2001), que usando efeitos fixos no tempo para reduzir as variações nos dados, encontra uma relação contrária entre tamanho das coortes e participação na força de trabalho. Ou seja, o autor observou que o crescimento do tamanho das coortes nos Estados Unidos foi seguido por um declínio na taxa de desemprego e aumento na participação na força de trabalho, enfraquecendo a relação proposta em diversos trabalhos anteriormente realizados pautados pela Teoria Econômica Neoclássica. Jimeno, Rodriguez-Palenzuela (2002) também dão ênfase ao papel das instituições nas taxas de desemprego juvenil observadas, sendo não apenas os choques demográficos os responsáveis pela oscilação desse indicador. Os autores estudam um painel com 19 países da OCDE num período correspondente de 1968 até 1996, onde as evidências empíricas sugerem que choques macroeconômicos atingiram a população jovem tão quanto choques demográficos. Bertola et al (2007) afirmam que os choques demográficos e as instituições atuam de forma interativa com o mercado de trabalho e os diferentes níveis de interação são os responsáveis por produzir efeitos tão distintos entre os países. Segundo Biagi e Lucifora (2008) os resultados são difíceis de alcançar o consenso, isso porque os diferentes níveis de agregação e a estratégia da estimativa mudam de caso a caso, deixando sempre uma lacuna no que diz respeito ao tratamento dos grupos.

Essa mesma discussão chegou na literatura Sul Americana alguns anos depois. O atraso é justificado pelos diferentes estágios da transição demográfica que separam os países desenvolvidos daqueles em desenvolvimento. Diante dos resultados controversos, Lam (2014) argumenta que, embora possam parecer óbvio que uma proporção maior de jovens em idade ativa levaria a uma maior taxa de desemprego, as evidências dessa relação ainda permanecem limitadas para países em desenvolvimento. Além disso, particularidades observadas para países em desenvolvimento reforçam a necessidade de avaliar os níveis de desemprego à luz das discontinuidades demográficas. Essas particularidades podem incluir questões como as disparidades regionais no que diz respeito à transição demográfica e educacional; a intensidade das mudanças na transição para a vida adulta que podem impactar as taxas de inatividade; a estratificação na inserção no mercado de trabalho que afeta os grupos em diferentes níveis e produzem efeitos distintos (desemprego ou inatividade) e ciclos econômicos marcados por anos de crescimento, anos de estagnação e anos pré crise.

Especificamente para o Brasil, Amaral et al (2007) mostram que a mudança na composição da força de trabalho foi mais rápida em comparação com a mudança no Estados Unidos. Além disso, os choques demográficos vivenciados por países tanto da Ásia quanto da América Latina são pelo menos tão grandes quanto os vivenciados pelos países desenvolvidos. Porém, os resultados observados requerem uma análise da expansão da estrutura de função de produção observada não só para o Brasil como para os demais países em desenvolvimento. Ou seja, estudos sobre a influência do tamanho das coortes no mercado de trabalho em países em desenvolvimento necessitam de maior precisão, levando em consideração as mudanças não só no tamanho das gerações, mas nas alterações de habilidades e nos diferenciais cíclicos das economias. Os autores ainda alegam que, devido à complexidade e a intensidade dos estudos nos países desenvolvidos, a temática tem pouca visibilidade nos países em desenvolvimento.

Utilizando dados de mercados de trabalho locais brasileiros Amaral et al (2007) concluíram que coortes mais largas apresentam resultados negativos no mercado de trabalho assim como previsto pela Teoria Econômica. Duas fundamentais contribuições desse trabalho são: 1) A heterogeneidades dos efeitos no Brasil em comparação com a homogeneidade dos efeitos nos Estados Unidos, sugerindo a necessidade de estudos regionalizados no tema e 2) A potencialidade dos efeitos segundo maior escolaridade, perspectiva a ser discutida em seção posterior.

Bercovich e Madeira (1990) descreveram que o primeiro alargamento da base da pirâmide populacional brasileira ocorreu entre 1975 e 1980 e que o fenômeno tem grande causa no crescimento inercial provocado pelo alto número de nascimentos da década de 1960 que resultou em uma grande proporção de mulheres em idade reprodutiva nos anos 1980. As autoras reforçam que no caso do Brasil é importante compreender que o alargamento da pirâmide, e consequentemente, a expressiva entrada de coortes mais largas no mercado de trabalho, não se devem ao aumento da fecundidade em si, mas sim ao elevado número absoluto de nascimentos ocorridos na época fruto da interação das taxas de fecundidade com a estrutura etária observada. No Brasil, o fenômeno das discontinuidades demográficas se constitui como eminentemente urbano e com maior intensidade nas regiões mais desenvolvidas do país, indicando, portanto, vínculos com processos migratórios onde os fluxos são de áreas relativamente menos desenvolvidas para áreas mais desenvolvidas. Bercovich et al (1998), estudando o mercado de

trabalho de São Paulo, mostram que a tendência era de crescimento da força de trabalho jovem cada vez menor, condizente com a hipótese de Easterlin (1980). Rios-Neto e Golgher (2003) projetaram as taxas de participação da população brasileira e encontraram tendências de participação jovem em decréscimo.

Um trabalho importante na temática feito para o Brasil é o trabalho de Muniz (2003). Nele o autor analisou o efeito das discontinuidades demográficas no mercado de trabalho jovem, em específico para taxas de desemprego, para as regiões metropolitanas do país através da Pesquisa Mensal de Emprego (PME). O autor encontra efeitos diferenciados segundo as regiões estudadas, em algumas a relação entre o aumento das coortes de entrada no mercado de trabalho e o desemprego é mais clara do que em outras regiões. O autor traz uma discussão importante para o mercado de trabalho brasileiro que é a discussão da inatividade. Os resultados apresentados mostram que para algumas regiões o aumento da participação relativa dos jovens na população parece exercer dois efeitos diferentes, sendo um deles a ampliação do desemprego e o outro na elevação da porcentagem de jovens na inatividade.

Bastos (2006) estudou a onda jovem na região metropolitana de Porto Alegre no período que compreende o segmento de período de 1993 até 2004. Os resultados provenientes de dois modelos econométricos indicam a confirmação da hipótese da Teoria Econômica Neoclássica, ou seja, o tamanho relativamente aumentado da coorte juvenil impactou negativamente os indicadores de ocupação para a região metropolitana de Porto Alegre. Os resultados também indicam maior penalidade para as mulheres do que para os homens, confirmando a maior fragilidade do mercado de trabalho para as mulheres.

Passadas as ondas identificadas no Brasil, Bercovich e Massé (2004) identificaram um movimento de incremento negativo no tamanho das coortes a partir dos anos 1990. Segundo as autoras não só diminuiu o incremento do número de crianças que foram nascendo sucessivamente, mas também houve uma diminuição no tamanho absoluto das coortes. Segundo Lam (2014) na década de 2000 os países em desenvolvimento já experimentaram coortes de nascimento historicamente menores. Sendo as grandes coortes, ou seja, as coortes do *baby boom* dos países em desenvolvimento, pertencentes à década de 1980. Especificamente para o Brasil Lam (2006) mostra que estas cresceram rapidamente nos anos 50 e 60, estabilizaram-se no início dos anos 70 e cresceu novamente no final dos anos 70, atingindo o



seu pico em 1982. Em uma análise de estrutura etária, o trabalho de Carvalho (1988) mostra que a distribuição proporcional observada de jovens de 15 a 24 anos aumentou em comparação dos Censos Demográficos de 1970 e 1980. Já a partir de 1990 a participação relativa desse mesmo grupo apresenta tendência declinante o que também pode ser observado em indicadores como a razão de dependência jovem e na diminuição do tamanho relativo da população em idade ativa<sup>11</sup>. Bercovich e Massé (2004) apontam que passada a forte pressão demográfica no Brasil, as coortes jovens diminuídas permitem elaborar hipóteses positivas sobre o comportamento do mercado de trabalho, porém, o baixo dinamismo da oferta de trabalho recente, o envelhecimento da estrutura etária dos ocupados e a forte pressão exercida pela entrada das mulheres de todas as idades no mercado de trabalho representam uma concorrência adicional à coorte de jovens cada vez menores.

Santos e Gimenez (2015) mostraram que a transição demográfica brasileira em conjunto com um ritmo elevado de crescimento econômico, não somente permitiu a redução do peso dos jovens na estrutura ocupacional do país mas também possibilitou a redução da sua taxa de atividade e da sua participação no mercado de trabalho. Além disso, as novas dinâmicas demográficas e econômicas permitiram que o mercado de trabalho dos jovens apresentasse redução do montante de desocupados, sendo, portanto, uma evidência positiva da transição etária nos indicadores mercado de trabalho.

### 2.3.2) DESEMPREGO JOVEM E NÍVEIS EDUCACIONAIS

A discussão do impacto do nível educacional no aumento do emprego e na redução da probabilidade do desemprego é amplamente difundida e aceita na literatura. Em 1958 Mincer já apontava um modelo, conhecido como equação Minceriana, onde a estimação dos rendimentos tinha como principais determinantes a idade e a educação do indivíduo. Os resultados indicavam que, dentro de um mesmo grupo etário, o rendimento crescia segundo o nível de educação. Avançando na discussão sobre os efeitos da educação no mercado de trabalho, Mincer (1991) indica que o maior benefício da educação é reduzir o risco de desemprego e aumentar os retornos no mercado de trabalho, além de proporcionar uma menor frequência de rotatividade e períodos de duração de desemprego menores.

---

<sup>11</sup> Ver: ALVES, J.E.D. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho. (2010)

Collins (1977) já havia indicado que o mercado de trabalho passava por transformações onde novas habilidades eram requeridas dos trabalhadores e tais habilidades estavam relacionadas com níveis de escolaridade e grau de qualificação. As transformações sugeridas incluem as mudanças tecnológicas, onde os empregos de menor habilidade diminuem, a educação formal que fornece treinamento necessário para postos de trabalho com alta qualificação e a importância de investimentos em escolaridade que se intensifica à medida que o processo de modernização e industrialização cresce.

Schultz (1973) alega que as capacidades adquiridas pelos indivíduos podem ser interpretadas como fontes de ganhos de produtividade marginal. Logo, a qualificação guia para maiores rendimentos e maior probabilidade de se conseguir um trabalho. A visão de Schultz (1973) é conhecida na literatura como Teoria do Capital Humano e ainda inclui outras características além da escolaridade como condições de saúde e migração. Tal teoria é uma das mais difundidas na literatura mundial e recorrentemente usada para justificar os altos investimentos em educação.

Autores como Hall e Jones (1998) apontaram que o investimento em capital humano é responsável por grande parte das diferenças de produtividade entre os países, já indicando uma associação positiva entre educação e desempenho no mercado de trabalho. Apesar de reconhecerem essa associação positiva diversos estudos apontam a existência de um padrão de correlação específico entre qualificação e taxa de desemprego para os trabalhadores jovens. Segundo tais estudos (Amadeo et al. (1994), Barros et al. (1997) e Fernandes e Picchetti (1999). Camargo e Reis (2005) ) a curva de desemprego em função da qualificação formal para esse grupo tem o formato de U-invertido, ou seja, a taxa de desemprego entre trabalhadores qualificados é relativamente baixa e sistematicamente decrescente à medida que aumentam os anos de estudo, mas o formato de U-invertido é uma característica dos trabalhadores jovens.

Allmendinger (1989), estudando os sistemas educacionais dos Estados Unidos e de alguns países da Europa, alega que as oportunidades educacionais e as estruturas do sistema educacional são importantes para a mobilidade de entrada no mercado de trabalho, uma vez que são os atributos individuais os responsáveis pelas carreiras. Logo, em um contexto de aumento da escolaridade média, espera-se maior facilidade na transição de ausência para permanência na força de trabalho. Porém, a autora destaca questões como a padronização e a estratificação

dos sistemas educacionais como determinantes para o sucesso de transição escola/trabalho, mostrando diferentes efeitos segundo diferentes sistemas.

Mincer (1991) aponta que o efeito da educação sobre os rendimentos foi o inicial objeto de pesquisa em análises econômicas da educação. Isso porque o ganho está amplamente associado com as escolhas adicionais de educação e com os custos de investimento nesse comportamento. Segundo o autor o retorno à educação passou a ser visto como uma medida de lucratividade, onde as taxas de retorno a um ano adicional de educação giram, em média, entre 5 a 10%. Porém, um dos principais pontos alertados pelo autor é que o aumento da oferta de mão-de-obra com altos níveis de qualificação reduz o produto marginal diferencial do prêmio educacional e, portanto, reduz a lucratividade desse investimento.

Devido aos bons retornos associados ao aumento da escolaridade, Shavit e Müller (1998) ressaltam que existe um incentivo para que os jovens se dediquem a passarem mais tempo nas escolas no processo de qualificação com a finalidade de melhorarem sua posição no mercado de trabalho. Porém, esse incentivo traz consigo duas externalidades para o mercado, sendo a primeira um excesso de oferta de mão de obra com mesmo nível de qualificação e a segunda consequente desvalorização de estágios de qualificação antes escassos, deteriorando as oportunidades de emprego desse grupo.

Essa constatação de Shavit e Müller (1998) também é evidente em alguns trabalhos publicados a partir da década de 1980. Apesar de as análises do retorno à escolaridade serem difundidas na literatura, alguns autores viram a necessidade de incluir o tamanho das coortes como uma forma de refinar a abordagem Minceriana (1974). Berger (1985) e Macunovich (1999) incluíram o tamanho das coortes na equação de Mincer como uma variável explicativa adicional, onde o principal objetivo dos autores era identificar, separadamente, os efeitos das mudanças demográficas nos resultados do mercado de trabalho.

Alguns trabalhos empíricos sobre prêmios educacionais das coortes se destacaram concomitantemente com os trabalhos sobre tamanho das coortes e a sua relação com os indicadores de mercado de trabalho. O trabalho de Welch (1979) buscou analisar essas duas dimensões a partir do momento que concentrou suas estimações nas funções salariais separadas por níveis educacionais. Os resultados mostram que o salário das pessoas com maior

escolaridade sofreu mais em relação aos menos escolarizados com a expansão da oferta de trabalhadores causada pela entrada da coorte do *baby boom* no mercado de trabalho americano. Freeman (1976, 1977) também encontrou efeitos deletérios para o grupo de pessoas com ensino superior atribuindo esse efeito ao aparente declínio do retorno à educação universitária.

As externalidades estudadas por Shavit e Müller (1998) foram previamente conjecturadas por Mincer (1991). O autor alegou que o influxo de *baby boomers* e, especialmente, *baby boomers* com alto grau de escolaridade na década de 70 nos Estados Unidos estimulou pesquisas com foco nos efeitos das mudanças nos estoques relativos de pessoas com alta escolaridade. O crescimento do número de pessoas com alta escolaridade em relação ao número de trabalhadores menos instruídos reduziu o diferencial de salário entre esses dois grupos devido ao aparente excesso de oferta do subgrupo super educado. Assim como os *baby boomers* exercem influência nos retornos à educação, Mincer (1991) aponta que é esperado que o fenômeno do *baby bust* exerça influência contrária nos indicadores do mercado de trabalho. Isto é, a oferta relativa de pessoas com alta escolaridade para de crescer aumentando o diferencial dos grupos.

Segundo Boockmann e Steiner (2006) diferenças educacionais dentro de uma mesma coorte geram não apenas diferentes níveis salariais, mas também diferentes prêmios salariais pagos por cada etapa de qualificação. Ou seja, diferentes níveis educacionais geram uma escassez ou um excesso relativo de trabalhadores com uma mesma escolaridade o que é traduzido em diferentes resultados no mercado de trabalho. Os mesmos autores ainda reforçam que, um contexto de declínio exógeno do número de trabalhadores de uma coorte - devido às mudanças no comportamento da fecundidade, guerras ou epidemias - pode levar a uma mudança extrema nas recompensas relativas por habilidades sendo essa mudança justificada por: 1) mudanças na capacidade de substituição dos trabalhadores e 2) a elasticidade de substituição entre os trabalhadores pode diferir segundo os níveis de qualificação.

Stapleton e Young (1988) também investigaram os efeitos do tamanho das coortes no retorno à escolaridade para os Estados Unidos. O objetivo dos autores era compreender os efeitos apontados por Freeman (1976, 1977). Os autores argumentam que a substituíbilidade entre trabalhadores jovens e adultos é inversamente relacionada à educação, isto é, reduz à medida que a educação aumenta. Então, é provável que os trabalhadores com maior nível de

escolaridade e pertencentes à grupos educacionais alargados tenham piores resultados no mercado de trabalho em comparação com trabalhadores menos instruídos. Os autores mostram que devido a tais efeitos foi possível observar, para os Estados Unidos, uma redução na proporção de homens que completaram o ensino superior nos anos 1970 e ainda alegam que, coortes pós *boom*, isto é, coortes relativamente menores que as anteriores, podem obter vantagem ao investir em educação uma vez que os *baby boomers* são velhos quando os salários relativos dos trabalhadores antigos nas carreiras universitárias são altos, e os *pós-boomers* são jovens quando o salário relativo dos jovens trabalhadores com carreiras universitárias são altas.

Ahlburg, Crimmins e Easterlin (1981) alegaram que uma das principais implicações do *baby boom* para os indicadores em educação seria o aumento das taxas de conclusão observadas para coortes do pós *baby boom*. Stapleton e Young (1988) mostraram que, de fato, as taxas de conclusão aumentaram consideravelmente para os Estados Unidos pós década de 1960, década da observação de coortes mais alargadas.

Diversos trabalhos (Card e Lemieux, 2001; Brunello et al., 2000; e Brunello e Lauer, 2004) analisam o efeito do aumento ou diminuição da oferta relativa de trabalhadores com altos níveis de escolaridade nas diferenças salariais observadas nos grupos educacionais e demográficos. Todos se concentram em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá e Reino Unido e indicam relação positiva entre níveis salariais, escolaridade e mudanças demográficas. Porém, assim como apontado por Biagi e Lucifora (2005) a literatura concentra esforços na compreensão dos efeitos educacionais e demográficos nos salários, deixando a perspectiva do desemprego e da proteção ao emprego em segundo plano. Os autores acreditam que a documentada elasticidade salarial segundo mudanças na composição da força de trabalho é prerrogativa para estudos de tais mudanças nos níveis de desemprego.

Biagi e Lucifora (2005) apontam que as evidências sobre o tamanho das coortes no desemprego é sedimentada e difundida na literatura. Além disso, vários estudos já apresentam metodologias para isolar os efeitos do tamanho das coortes nos níveis de desemprego, neutralizando os ciclos econômicos e os efeitos de recursos. Porém, as evidências que relacionam diferentes efeitos para diferentes grupos educacionais em um contexto de alargamento ou encolhimento do tamanho das coortes ainda são indiretas e a literatura parece ainda abordar o tema de forma superficial, produzindo evidências escassas para países desenvolvidos e inexistentes para

aqueles em desenvolvimento. Os autores sugerem, portanto que os estudos que envolvem tamanho de gerações tenham segmentados os grupos por coortes e também por grupos educacionais. Essa estratégia, segundo os autores, explicita a diferença do mecanismo de geração de emprego segundo os diversos subgrupos da população.

Biagi e Lucifora (2008) apontaram que, no contexto pós *baby boom*, analisar a relação entre tamanho das coortes e escolaridade é essencial. Isto porque países com níveis tradicionalmente baixos de educação passaram a ter crescimento absoluto e relativo do número de pessoas altamente escolarizadas, o que a literatura chama de “*Boom da Educação*”. Segundo os autores, nos países do norte da Europa - Noruega, Reino Unido, Alemanha - o *boom* da educação é concomitante com o *baby bust*, de modo que no início da década de 1980 a proporção de pessoas com ensino médio ou mais estava bem acima dos 20%. Os autores acreditam que características institucionais, sistemas de bem-estar, leis anti-discriminação possam ter afetado a estrutura educacional dos países europeus. Porém, o principal fator que influenciou o *boom* educacional foram as escolhas individuais advindas na percepção dos custos e retornos (esperados) da educação diante da nova composição demográfica das coortes.

Caroleo e Pastore (2007) apontam, entretanto, que em mesmo em um período de níveis crescentes de escolaridade entre os jovens estes ainda permanecem experimentando taxas altas de desemprego além de renda e participação no mercado de trabalho significativamente menores em relação aos adultos. Segundo o autor, tal comportamento é responsável pelo fato de uma alta proporção de graduados do Ensino Médio e Superior aceitar empregos inadequados ao seu nível de formação (incompatibilidade de habilidade)

Para a América Latina, Marteleto et al (2012) mostram que entre 1990 e 2000 a região experimentou uma expansão sem precedentes de sistemas educacionais, com Brasil e México alcançando universalização de matrículas em ensino primário e, consistentemente, altos níveis de matrícula no ensino secundário. Letelier (1999) analisando Santiago no Chile e a Grande São Paulo na década de 1980 alega que o sistema educacional estabeleceu um ideário de reformas, em estreita relação com a idéia global de competição entre os jovens buscando atender as exigências na nova organização do mercado de trabalho. Dessa forma, a centralidade da educação está situada num discurso macrossocial em que a globalização e a competição são seus argumentos. Letelier (1999) alega que a expansão educacional observada em toda América

Latina gerou processos de subutilização de mão-de-obra qualificada com a consequente frustração das aspirações que a população depositava na elevação dos níveis educacionais para conquistar melhor colocação no mercado de trabalho, o que se assemelha com os resultados encontrados para os Estados Unidos e alguns trabalhos da Europa.

Riani (2005) alega que em 2000, 94,5% das crianças de 7 a 14 anos frequentavam a escola, sendo que 90% delas estavam matriculadas no fundamental. Trabalhos que analisam a distribuição dos anos de escolarização completos na população apontam um aumento substantivo do nível médio de escolarização da população ao longo do processo de modernização do século XX (Blau; Duncan 1967). Para o Brasil entre 1960 e 2010 Brito (2017) evidencia a evolução da demanda por educação (aumento da população elegível para completar transições educacionais) e evolução da dinâmica de progressão educacional (população que de fato realizou alguma transição educacional). O autor aponta que os principais ganhos de acesso à educação se dão a partir dos anos 2000 e afirma que o sistema educacional brasileiro conseguiu aumentar a acessibilidade principalmente para a conclusão do ensino fundamental, caracterizando ganhos não somente absolutos de acesso, mas também ganhos relativos. No decênio 2000-2010 o Brasil também foi marcado por um significativo aumento no volume de pessoas elegíveis à entrada no ensino superior, assim como também foi observada um aumento da oferta de vagas em instituições de terceiro grau. Riani (2005) mostra que para os indivíduos com mais de 15 anos no período de 1980 à 2000 houve um aumento médio de mais de 2 anos de estudo, consequência principalmente da maior cobertura e fluxo entre as séries do ensino fundamental. Pode-se afirmar que, assim como apontado por Menezes-Filho e Kirschbaum (2015), o país experimentou grandes movimentos estruturais de avanço na escolarização da população.

Menezes-Filho (2001) mostra que, para o Brasil de 1977 a 1997, o grupo de escolaridade que mais cresceu em termos relativos foi o grupo de pessoas com 5 a 11 anos de estudo. Analisando o desempenho dos grupos educacionais no mercado de trabalho, o autor chega a conclusão que o grupo de 5 a 11 anos de estudo foi, também, o que mais enfrentou problemas no mercado de trabalho, ao passo que se elevou a probabilidade de estar desempregado no período. Menezes-Filho (2001) considera que o aumento da oferta das pessoas com média qualificação parece ter provocado um aumento da taxa de desemprego e de informalidade desse grupo de pessoas. As conclusões apresentadas por Menezes-Filho (2001) seguem a mesma linha daquela apresentada

por Biagi e Lucifora (2008) onde, estes últimos, constataram que, para 10 países europeus, alterações na estrutura educacional apresentam efeitos negativos nas taxas de desemprego dos mais escolarizados.

Fernandes e Meneses-Filho (2002) analisando a escolaridade e a demanda relativa por trabalho para o Brasil de 1981 até 1999 apontaram para uma tendência de longo prazo de crescimento tanto na demanda relativa do mercado de trabalho de trabalhadores qualificados em tarefas complexas quanto na demanda relativa de trabalhadores intermediários em tarefas simples. Porém, esse movimento teve como consequência o aumento significativo na proporção de trabalhadores intermediários alocados em tarefas simples. Ou seja, além da perspectiva do rendimento e do desemprego a alteração na estrutura educacional pode ser responsável pela observação da incompatibilidade entre escolaridade e ocupação de um determinado subgrupo.

É válido ressaltar que diversos trabalhos sobre retornos à escolaridade no Brasil (Silveira et al 2011; Suliano e Siqueira 2012) adotam a perspectiva regionalizada, reforçando as fortes disparidades socioeconômicas. Barros (2011) alega que a existência dessa disparidade regional se dá quando as oportunidades para indivíduos pertencentes a um mesmo subgrupo não são as mesmas segundo as regiões, ou seja, a justificativa para uma análise regionalizada não se dá apenas por um descompasso entre a renda das regiões, mas por um conjunto de fatores que distanciam as oportunidades, como por exemplo, diferentes estágios da transição demográfica e diferentes prêmios à escolaridade. No caso específico do desemprego, e assim como salientado pelos três principais determinantes do desemprego jovem apontado por O'Higgins (2001), a perspectiva de análise regional deve conter os diferenciais na proporção de jovens na força de trabalho, os diferentes níveis educacionais alcançados pelas regiões e os fatores macroeconômicos interferentes nas conjuntura observada.

Amaral et al (2013) afirma que os efeitos combinados das mudanças demográficas e educacionais produziu mudanças substanciais ao longo do tempo na composição da força de trabalho brasileira e essas mudanças são, em grande parte, responsáveis, pelos resultados observados no mercado de trabalho no que diz respeito à rendimento, inserção e probabilidade de desemprego.



## 2.4) A INATIVIDADE JOVEM

Apesar da sólida discussão sobre desemprego jovem existente na literatura internacional e nacional, a perspectiva da inatividade vem ganhando destaque na análise da trajetória de trabalho dos jovens. Grande parte desse destaque pode ser justificada pelas alterações na transição para a vida adulta e pelas mudanças ocorridas no mercado de trabalho que incluem novas exigências e novos padrões de comportamento.

Cacciamali e Tatei (2017), apresentando os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) entre 2013 e 2014, mostraram que o aumento da desocupação juvenil deve-se às mudanças nos fluxos de inatividade. O fluxo de entrada de jovens na situação de desemprego, tanto a partir da ocupação quanto da inatividade, aumentou significativamente no período enquanto o fluxo de saída da desocupação reduziu. Segundo os autores esse comportamento é fruto da deterioração das condições trabalhistas observada para o período, porém, a desocupação e a inatividade dos grupos jovens apresentam uma relação continuada devido à menor experiência desse grupo no mercado de trabalho.

Becker (1981) alega que a entrada no mercado de trabalho é um processo de decisão das famílias. Uma vez que um jovem lida com a possibilidade de duas decisões: 1) entrar no mercado de trabalho ou 2) se escolarizar, é esperado que os incentivos aparentes determinem essa decisão. A Teoria do Capital Humano postula que um indivíduo é função da quantidade de capital humano acumulado. Logo, o processo de escolarização pode ser visto como uma alternativa estratégica para aumentar os rendimentos futuros do trabalho visto os rendimentos presentes à um determinado nível de escolarização. Diante dessa lógica, o crescimento da inatividade pode ser visto como um indicador da tendência de escolarização da população vis a vis a entrada relativamente precoce no mercado de trabalho.

Por outro lado, Tomás (2007) aponta que a inatividade pode esconder outra face das atividades juvenis, como por exemplo, a realização de tarefas domésticas ou até mesmo atividades voluntárias ou de trabalhos temporários. Essa perspectiva pode ser relativamente observada em

maior proporção para as mulheres do que para os homens, indicando uma divisão sexual do trabalho que justifica a maior inatividade das mulheres.<sup>12</sup>

Pochmann (2000) afirma que, ao longo do século XX, três movimentos puderam ser observados nos indicadores de inatividade jovem do Brasil. O primeiro deles foi o constante crescimento da atividade durante a década de 1930 guiado pela estrutura produtiva e pelo crescente número de postos de trabalhos em setores dinâmicos da economia. O segundo movimento é o significativo aumento da inatividade entre os jovens, resultado de uma crescente dedicação à qualificação formal e, por último, um potencial aumento da inatividade forçada. Isto é, que se associa à emergência da dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho (Amorim e Pochmann 2003).

Tartuce (2007) alega que em meados da década de 1990, em um forte contexto de flexibilização das relações trabalhistas e a intensificação das taxas de desemprego, a qualificação se tornou centralidade na decisão dos jovens como solução para problemas individuais como conquista e manutenção no mercado de trabalho. Nesse contexto, a passagem da escola ao trabalho se tornou relativamente tardia. A autora também alega que a inserção no mercado de trabalho apresenta crescente piora para todos os segmentos da população, porém, os jovens são os que mais sentem tal piora sendo, portanto, desafiados a estudar cada vez mais para manter a posição social em que se encontram.

Hasenbalg (2003) aponta que as mudanças na transição para a vida adulta podem ser um dos fatores que explicam os níveis crescentes de inatividade jovem. Segundo o autor, estar no mercado de trabalho simboliza um dos pressupostos para a vida adulta e a dificuldade de inserção pode ser um forte obstáculo ao processo de autonomização e constituição de uma nova família.

Segundo Abramo (2005) de modo geral, a transição envolve a passagem da tutela à autonomia, da dependência à emancipação dos indivíduos, que começam a integrar o mundo da produção e, a partir daí, a criar bases para sua própria reprodução. Menezes-Filho et al (2013) complementam a discussão de inatividade destacando que as taxas de inatividade entre os

---

<sup>12</sup> Camarano et al (2006) ressaltam que além a inserção no mercado de trabalho, no caso das mulheres, é afetada também pela nupcialidade e pela fecundidade. Porém, diversas mudanças têm ocorrido a favor de uma convergência no processo de inserção das mulheres em relação aos homens.

jovens com entre 17 e 18 anos são menores do que entre as demais faixas etárias, porém apresentaram crescimento acentuado entre 2003 e 2010, o que corrobora com as hipóteses de dedicação à qualificação. Essa hipótese aparece também em Lam e Marteleto (2002) ao notarem um rápido aumento da matrícula e nos resultados educacionais no Brasil em 1990 concomitante a um aumento da inatividade do país. ((CACCIAMALI; BRAGA, 2003; DIEESE, 2006).

Estudos como o de Cunha, Araújo e Lima (2011) ainda apontam a inatividade como expressiva entre a população jovem menos escolarizada – principalmente para as mulheres - e relacionada com a posição no domicílio ocupada pelo jovem, o que se relaciona com as possíveis dificuldades enfrentadas na inserção no mercado de trabalho desse subgrupo.

## 2.5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se pretendeu a apontar as principais discussões existentes na literatura internacional e nacional no tocante a temática estudada. Ao final deste, nota-se que a discussão sobre o desemprego jovem perpassa por diversos campos na área das ciências sociais e reconhece-se que esse fenômeno é complexo, multicausal e latente nas sociedades modernas. Apesar de ser permeado por diferentes fatores de determinação, é possível, portanto, através da literatura, elencar alguns determinantes de influência significantes na trajetória do fenômeno de estudo. Dessa forma, a discussão da literatura fomenta a construção de algumas hipóteses no tocante ao comportamento e a trajetória do desemprego jovem segundo alguns determinantes para as populações estudadas. As hipóteses levantadas na introdução desta dissertação são, portanto, reforçadas neste capítulo. As hipóteses 1 a 3 são agrupadas como hipóteses teóricas, isto é, comportamento esperado segundo embasamentos na literatura discutida ao longo do capítulo e a hipótese 4 como hipótese alternativa.

Hipóteses 1: Ao vivenciar o *baby bust* e a redução da participação relativa dos jovens na população admite-se uma melhora gradativa nos indicadores de desemprego ao longo dos anos analisados.

Uma vez que a literatura aponta efeitos deletérios aos indicadores de mercado de trabalho frente ao fenômeno no *baby boom*, é esperado, portanto, que ao passo que a transição demográfica avance ao reduzir o tamanho das coortes de nascimento e por consequência entrada no mercado de trabalho, a proporção de desempregados apresente queda. Essa hipótese é baseada segundo

Teoria Econômica Neoclássica onde o princípio da redução da competição - choque negativo de oferta de trabalhadores - favorece a força de trabalho.

Hipótese 2: Apesar do comportamento esperado para o nível etário, admite-se a existência de um diferencial entre os grupos educacionais, onde os efeitos são negativos para os mais escolarizados ao passo que apresenta melhora para os menos escolarizados.

Segundo discussão apontada na seção 2.2 a intensificação na proporção de pessoas altamente escolarizadas nas populações - *boom* da educação - promove um diferencial em termos de competição e substituíbilidade corroborando para a observação de efeitos deletérios a esse grupo. Logo, espera-se encontrar um comportamento diferenciado da proporção de desempregados segundo escolaridade com contribuição desse componente variado segundo grupos educacionais.

Hipótese 3: Admite-se distintos comportamentos segundo as 9 regiões metropolitanas analisadas.

Visto que as três variantes propostas à análise nessa dissertação dependem dos estágios das transições demográficas e educacionais e dos fatores que interferem na demanda agregada de cada localidade, espera-se que a intensidade de cada fator varie segundo regiões metropolitanas analisadas, promovendo, portanto, distintos efeitos.

Hipótese 4: Os efeitos esperados segundo as hipóteses teóricas são absorvidos ou mitigados pelos ciclos econômicos, logo, tanto choques negativos de oferta quanto mudança na composição educacional da população estudada não apresentam impactos aparentes nos indicadores de mercado de trabalho.

Assim como apresentado na revisão bibliográfica alguns trabalhos identificaram fatores conjunturais e/ou estruturais das economias estudadas como os principais determinantes do comportamento dos indicadores de mercado de trabalho. Logo, alternativamente e considerando a oscilação dos ciclos econômicos no Brasil durante o período de análise, espera-se encontrar importante contribuição de tal fator além da possibilidade de reversão das tendências esperadas na proporção de jovens em desemprego.

Apresentadas as hipóteses os próximos capítulos lançam estratégias metodológicas a fim de delinear o comportamento do fenômeno de estudo além de, responder, diante das possibilidades, os questionamentos levantados.

### 3. DADOS E MÉTODO

Esse capítulo se dedica a apresentação da faceta empírica dessa dissertação. O principal objetivo é apresentar o método de análise escolhido e a base de dados selecionada para atender as proposições feitas por essa dissertação. Para tal, o capítulo se divide em três seções, sendo a primeira dedicada à apresentação, justificativa e informações quanto à base de dados. Essa seção busca, além de indicar a base de dados utilizada, explicitar e justificar os recortes utilizados além de apresentar as variáveis cruciais para a aplicação do método de decomposição. A segunda seção é destinada à apresentação do método escolhido. Essa seção, portanto, conta com a explicação das diretrizes metodológicas adotadas neste trabalho e com os recortes escolhidos para a aplicação do método em questão. Por fim, a terceira seção se apresenta uma série de estratégias metodológicas descritivas que corroboram para a especulação quanto aos resultados da decomposição.

#### 3.1. BASE DE DADOS

Visando atender aos objetivos delineados nesta dissertação, viu-se a necessidade de adoção de uma base de dados com significativa extensão temporal e que contasse com informações regionalizadas sobre composição etária e educacional das populações a serem estudadas. Dessa forma, atentou-se que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) seria a mais adequada para tal finalidade.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma pesquisa amostral complexa, com foco no domicílio, comumente utilizada para análises que envolvem comparação, estimação e interpretação de taxas, proporções e razões. A pesquisa tem como objetivo a coleta de informações sobre características demográficas, habitacionais e informações relativas à educação, trabalho e rendimentos da população brasileira, além de, em periodicidade variável, incluir outras temáticas de acordo com as necessidades de informação observadas no país.

A pesquisa com periodicidade anual foi encerrada em 2016 com divulgação das informações referentes ao ano de 2015 e, atualmente, foi substituída pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - que se configura com uma maior abrangência territorial e disponibiliza informações trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional.

De acordo com Martine et al (1988) a geração de informações sobre emprego e renda se constitui como um dos principais estímulos da manutenção da PNAD ao longo dos anos, sendo a pesquisa considerada como uma fonte confiável e abrangente sobre a temática.

Apesar de ser amostral, a PNAD conta com pesos das unidades amostrais, fornecidos através dos arquivos de microdados, onde as estimativas obtidas para os parâmetros populacionais são feitas segundo uma razão de ajuste de população (Albieri e Bianchini, 2015). Esse fator faz com que a pesquisa seja rotineiramente utilizada para análises descritivas que envolvem cálculo, comparação e interpretação de estimativas totais, médias, taxas, razões e proporções populacionais (Silva, Pessoa, Lila; 2002)

A PNAD pode ser definida como uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios, isto é, a pesquisa é - era - realizada anualmente em todo território nacional excluindo-se as áreas rurais da região Norte onde a população alvo é composta por domicílios e pessoas residentes em tais domicílios na área de abrangência da pesquisa. Segundo definição apontada por Silva, Pessoa e Lila (2002) o desenho amostral da PNAD incorpora todos os aspectos que definem um “plano complexo” isto é, estratificação das unidades de amostragem, seleção da amostra em vários estágios, probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágios e ajuste de pesos amostrais para calibração com totais populacionais conhecidos.

A estratificação da amostra é feita em duas etapas, sendo a primeira uma estratificação de característica geográfica, gerando 18 unidades da federação formando cada uma um estrato independente para fins de amostragem e 9 outras unidade (PA, CE, PE, BA, MG, RJ, SP, PR, RS) que dão origem a outros 18 estratos sendo um com todos os municípios da Região Metropolitana sediada na capital, e o outro com os demais municípios da unidade da federação. (Silva, Pessoa e Lila; 2002). Assim como já apresentado anteriormente, esta dissertação tem como unidades territoriais de análise as nove áreas estratificadas pela Região Metropolitana sediada nas capitais dos estados citados.

A escolha das Regiões Metropolitanas como unidades de análise parte da discussão de Bercovich e Madeira (1990). As autoras apontam que as descontinuidades demográficas são fenômenos tipicamente urbanos e, no caso da possível redução no tamanho das coortes de entrada no mercado de trabalho, essas descontinuidades estão fortemente relacionadas ao dinamismo da queda da fecundidade que é comumente observada em tais regiões.

No que diz respeito ao conceito de juventude e o recorte etário adotado nesta dissertação, adota-se a ampliação proposta pelo Fórum Mundial da Juventude e defendida por Arruda (2005), onde entende-se como jovem os indivíduos de 15 a 29 anos de idade. Assim como já discutido anteriormente esse recorte é justificado devido às mudanças recentes na ampliação da expectativa de vida da população além da maior dificuldade observada entre as gerações de adquirir plena autonomia frente às mudanças na transição para a vida adulta. A partir desse grupo de jovens e de estratificações em três grupos quinquenais espera-se analisar tanto o comportamento do desemprego do grupo como um todo, mas também, as diferenças existentes entre os subgrupos e suas alterações ao longo do período analisado.

Como recorte temporal, visando atender a perspectiva comparativa desta dissertação, adota-se uma janela de 14 anos de análise. O período a ser analisado compreende de 2001 até 2015, excetuando-se o ano de 2010 uma vez que, em ano censitário, a PNAD não é realizada. Além das mudanças de caráter distributivo da população por grupos etários - latente transição da fecundidade e coortes cada vez menores - a década de 2000 simboliza, para o país, um período de expressividade nos ganhos educacionais a cada ano. Dessa forma, julga-se como contempladas, nesse horizonte temporal, as duas transições analisadas no trabalho.

As variáveis utilizadas nessa dissertação englobam definições etárias, educacionais e de mercado de trabalho. No que diz respeito à definição etária são usadas as variáveis de idade nas pesquisas para os anos analisados a fim de selecionar os jovens de 15 a 29 anos e segregá-los em três grupos quinquenais. A definição educacional é feita segundo a variável anos de estudo que é obtida em função da série e do nível ou grau que o indivíduo estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com a aprovação. Serão formados de escolaridade correspondentes às fases da grade curricular brasileira sendo o primeiro de 0 a 9 anos de estudo, correspondente ao Ensino Fundamental; o segundo de 10 a 12 anos, correspondente ao Ensino Médio e o terceiro 13 anos ou mais de estudos como correspondente

à Educação Superior. Já para as definições de trabalho são usadas as variáveis de condição na ocupação e condição na atividade. A primeira é segregada entre pessoas ocupadas e pessoas desocupadas, uma vez que busca-se analisar a trajetória do desemprego as análises serão feitas com os jovens de 15 a 29 anos classificados como desocupados num período de referência de 365 dias, isto é, pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período. Já a variável condição na atividade busca selecionar os jovens de 15 a 29 anos em situação de inatividade. Essa variável é segregada entre pessoas economicamente ativas e pessoas economicamente inativas, esta segunda, utilizada neste trabalho, define as pessoas que não foram classificadas nem como ocupadas e nem como desocupadas no período de referências correspondente a 365 dias.

### 3.2 MÉTODO DE DECOMPOSIÇÃO

No que diz respeito ao comportamento do desemprego jovem, alguns elementos prévios apresentados nesta dissertação apontam que este fenômeno possui como característica notável a sua múltipla determinação, ou seja, diversos fatores, atuando concomitantemente, determinam os níveis de desemprego desse subgrupo da população. Seja pelos três determinantes apresentados por O'Higgins (2001) ou pelos indícios que serão apresentados na seção descritiva desta dissertação, entende-se que o desemprego juvenil pode ser interpretado como produto principal de três comportamentos nas populações, sendo eles: 1) estrutura etária, correspondente à determinação da competição entre os jovens 2) a estrutura educacional, responsável pelos diferenciais relativos entre os grupos através da competição intra grupos de escolaridade e 3) pela demanda agregada, determinada por padrões de estrutura e conjuntura econômica observada.

A literatura aponta o método de decomposição como adequado para compreender diferenças encontradas entre taxas, ao ponto que atribui aos componentes desta taxa uma proporção de participação nesse diferencial. A decomposição é comumente encontrada em trabalhos científicos que se dedicam a determinar a participação da estrutura etária e do comportamento na função de mortalidade nos diferenciais de taxas brutas de mortalidade. Porém, a metodologia de decomposição também se aplica a diversos outros trabalhos que buscam determinar participações relativas de componentes, como por exemplo, trabalhos que analisam os impactos da estrutura etária nos gastos com saúde e nas taxas de homicídios e também em trabalhos



relacionados ao mercado laboral, como por exemplo, aqueles que se propõem a decompor das taxas de participação no mercado de trabalho<sup>13</sup>

Isto posto, entende-se que a metodologia de decomposição seria aquela mais adequada para compreender, temporalmente, as diferenças entre as proporções de desempregados para as populações estudadas. Uma vez que um dos objetivos desta dissertação é incumbir às transições observadas nas Regiões Metropolitanas brasileiras à alteração nos níveis de desemprego jovem, tem-se nas diferenças temporais de proporção de jovens desempregados o insumo para a adoção da metodologia de decomposição.

Uma vez que a análise da matriz de jovens desempregados estratificados por grupo etário e grupo educacional apontou distintos comportamentos em relação ao grupo ao quais esses jovens pertencem, viu-se a necessidade de compreender o comportamento do desemprego jovem segundo tais grupos. Para isso, cada um dos subgrupos educacionais estratificados terá a diferença temporal na proporção de jovens desempregados decomposta e, dessa forma as transições etárias e educacionais terão sua participação relativa definida.

Dessa forma, a diferença temporal entre a proporção de jovens desempregados será decomposta em três fatores aos quais serão chamados de: (i) efeito de diferenças na composição etária da população, (ii) efeito na diferença na composição educacional na população e (iii) efeito nas proporções específicas observadas para cada período. Por efeito de diferenças na composição etária da população estudada entende-se que, dentro da população tida como jovem nesse trabalho (15 a 29 anos) existem diferenças no comportamento do desemprego. Logo uma alteração na participação dos três grupos quinquenais que compreendem o grupo de jovens deve explicar, em parte, a diferença entre a proporção de desempregados. Por composição educacional espera-se captar os possíveis efeitos de competição a partir do crescimento ou redução da participação relativa de um determinado grupo educacional em relação à população jovem. E, por fim, por efeito das proporções específicas entende-se toda e qualquer alteração proveniente de ciclos econômicos, diferenciais de estrutura produtiva e intensidade do desemprego jovem segundo a Região Metropolitana. Este último componente capta as mudanças inerentes ao comportamento do desemprego desse subgrupo que não se relacionam com as duas transições representadas pelos demais componentes.

---

<sup>13</sup> Ver: Cruz e Silva (2016)

Vale salientar que objetivo desta dissertação é compreender, acompanhar e quantificar os efeitos provenientes das transições etárias e educacionais para as nove regiões metropolitanas. O último componente da decomposição correspondente as alterações observadas na estrutura e conjuntura econômica das regiões se configura apenas como um efeito de controle em relação às transições. Reconhece-se a importância do estudo detalhado dos ciclos econômicos na determinação do comportamento do desemprego juvenil, porém, para tal seria necessário um desenho de pesquisa mais específico que se configura como uma agenda de pesquisa.

A literatura no campo da demografia apresenta diversos métodos de decomposição (Kitagawa, 1955; Pollard, 1983; Arriaga, 1984; Preston 2006; entre outros). Nesta dissertação o método de decomposição escolhido é descrito como uma adaptação daquele proposto por Kitagawa (1955) feita por Das Gupta (1993). A técnica original se propunha a decompor a diferença entre as taxas brutas entre duas populações distintas segundo efeitos das taxas específicas e da composição etária das populações. Porém, segundo Das Gupta (1993), uma vez que o método de Kitagawa (1955) trata de encontrar contribuições aditivas dos efeitos das diferenças nos fatores que compõem uma taxa, a técnica é passível da extensão tanto na inclusão de fatores novos quanto na inclusão de diversas relações funcionais do mesmo fator. De modo geral, o método pode ser compreendido como uma manipulação aritmética da diferença observada entre taxas, onde essa é produto dos diversos fatores que a determinam, podendo esses fatores se combinarem em dois ou mais efeitos. No caso da proporção de desempregados são combinados três efeitos.

Segundo Kitagawa (1955) a diferença entre duas medidas brutas não é equivalente a um conceito como o de variação total de uma variável dependente em uma análise de regressão. Das Gupta (1993) interpreta essa colocação da seguinte maneira: um determinado efeito que compõe uma taxa não necessariamente diminui com a adição de um novo fator de efeito. Das Gupta (1993) justifica a adição de mais fatores ao método proposto por Kitagawa (1955) ao passo que alega que uma característica específica de uma taxa faz parte de uma resolução de incógnitas em uma abordagem que buscam um único conjunto de solução a partir da definição dos efeitos determinantes. Logo a adoção de mais fatores além de não dificultar a aplicação do método, também não compromete a participação dos demais efeitos. Essa justificativa faz com

que a abordagem da decomposição seja, diferentemente da estatística, uma abordagem de fácil interpretação e de resultados simplificados.

Seguindo a lógica padrão para a decomposição em três fatores apresentada por Das Gupta (1993) tem-se que:

$$PJD_{gi} = \Sigma EEt_{xi} \times EEd_{gxi} \times PE_{gxi} \quad (4.1)$$

Em que,

$PJD_{gi}$  : Proporção de jovens (15 a 29 anos) desempregados de escolaridade correspondente ao grupo  $g$  na Região Metropolitana  $i$

$$nEEt_{xi} = \frac{nJ_{xi}}{Jt_i}$$

Em que,

$nJ_{xi}$  : Número de jovens no grupo etário  $x$  a  $x+n$  na Região Metropolitana  $i$

$Jt_i$  : Número total de jovens de 15-29 anos na Região Metropolitana  $i$

Ou,

Participação relativa de cada grupo quinquenal (15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos) no grupo de jovens da Região Metropolitana  $i$ .

$$EEd_{gxi} = \frac{nJ_{xgi}}{nJ_{xi}}$$

Em que,

$nJ_{xgi}$  : Número de jovens no grupo etário  $x$  a  $x+n$  pertencentes ao grupo de escolaridade  $g$  da Região Metropolitana  $i$

$nJ_{xi}$  : Número de jovens no grupo etário  $x$  a  $x+n$  na Região Metropolitana  $i$

Ou,

Participação relativa de cada grupo quinquenal com escolaridade correspondente ao grupo  $g$  no grupo de jovens de cada grupo quinquenal da Região Metropolitana  $i$ .

$$PE_{gxi} = \frac{njd_{gxi}}{nj_{gxi}}$$

Em que,

$njd_{gxi}$  : Número de jovens desempregados pertencentes ao grupo etário  $x$  a  $x+n$  com escolaridade correspondente ao grupo  $g$  na Região Metropolitana  $i$

$nj_{gxi}$ : Número de jovens no grupo etário  $x$  a  $x+n$  com escolaridade correspondente ao grupo  $g$  na Região Metropolitana  $i$

Ou;

Proporção específica de desempregados do grupo educacional  $g$  para cada grupo quinquenal da Região Metropolitana  $i$ .

Decompondo a diferença temporal, da mesma Região Metropolitana  $i$  e do mesmo grupo educacional  $g$  e sendo  $PJD_{gi}^2$  a proporção de jovens desempregados do grupo educacional  $g$  na Região metropolitana  $i$  no tempo 2 e  $PJD_{gi}^1$  a proporção de jovens desempregados do grupo educacional  $g$  na Região metropolitana  $i$  no tempo 1, tem-se que:

$$PJD_{gi}^2 - PJD_{gi}^1 = \Sigma (nEEt_{xi}^2 \times nEEd_{gxi}^2 \times nPE_{gxi}^2) - \Sigma (nEEt_{xi}^1 \times nEEd_{gxi}^1 \times nPE_{gxi}^1) = \text{efeito } \alpha + \text{efeito } \beta + \text{efeito } \gamma \quad (4.2)$$

Onde;

*efeito*  $\alpha$ : efeito de diferenças na composição etária da população do grupo educacional  $g$  da Região Metropolitana  $i$ .

*efeito*  $\beta$ : efeito na diferença na composição educacional na população com escolaridade  $g$  da Região Metropolitana  $i$ .

*efeito*  $\gamma$ : efeito das proporções específicas observadas para cada período da Região Metropolitana  $i$ .

Matematicamente, ao rearranjar os termos, a participação relativa de cada um dos componentes apresentados acima pode ser descrita como:

$$\text{efeito } \alpha = \left[ \underbrace{\frac{(nEEd_{gxi}^2 \cdot nPE_{gxi}^2) + (nEEd_{gxi}^1 \cdot nPE_{gxi}^2)}{3}}_3 + \underbrace{\frac{(nEEd_{gxi}^2 \cdot nPE_{gxi}^1) + (nEEd_{gxi}^1 \cdot nPE_{gxi}^2)}{6}}_6 \right] \cdot \underbrace{(nEEt_{xi}^2 - nEEt_{xi}^1)}_{\text{Diferença nas estruturas etárias dos dois tempos.}} \quad (4.3) \quad \text{Ponderada pela estrutura educacional multiplicada pelas proporções específicas dos dois tempos.}$$

$$\text{efeito } \beta = \left[ \frac{(nEEt_{xi}^2 \cdot nPE_{gxi}^2) + (nEEt_{xi}^1 \cdot nPE_{gxi}^1)}{3} + \frac{(nEEt_{xi}^2 \cdot nPE_{gxi}^1) + (nEEt_{xi}^1 \cdot nPE_{gxi}^2)}{6} \right].$$

$$\underbrace{\left( nEEd_{gxi}^2 - nEEd_{gxi}^1 \right)}_{\text{Diferença nas estruturas educacionais dos dois tempos.}} \quad (4.4) \quad \text{Ponderada pela estrutura etária multiplicada pelas proporções específicas dos dois tempos.}$$

$$\text{efeito } \gamma = \left[ \frac{(nEEt_{xi}^2 \cdot nEEd_{gxi}^2) + (nEEt_{xi}^1 \cdot nEEd_{gxi}^1)}{3} + \frac{(nEEt_{xi}^2 \cdot nEEd_{gxi}^1) + (nEEt_{xi}^1 \cdot nEEd_{gxi}^2)}{6} \right].$$

$$\underbrace{\left( nPE_{gxi}^2 - nPE_{gxi}^1 \right)}_{\text{Diferença nas proporções específicas dos dois tempos.}} \quad (4.5) \quad \text{Ponderada pela estrutura etária multiplicada pela estrutura educacional dos dois tempos.}$$

Assim como as demais análises feitas nessa dissertação os dados e, portanto, a construção dos insumos para a aplicação do método de decomposição é proveniente da PNAD correspondente do ano 2001 até o ano de 2015 excluindo o ano de 2010.

Dessa forma, têm-se os três efeitos que explicam a diferença temporal entre duas proporções de desempregados. A soma dos três efeitos explica, em totalidade, a diferença observada.

### 3.2.1 DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS - DECOMPOSIÇÃO CURTO E LONGO PRAZO

Uma vez que o objetivo é determinar uma diferença temporal a fim de determinar a participação das transições estudadas nos níveis de desemprego observados, neutralizar os efeitos sazonais se tornou um desafio desta dissertação. Para tal, optou-se não por efetuar a decomposição segundo a diferença dos anos, mas sim por agrupar um conjunto de anos e, dessa forma, analisar a alteração da participação dos efeitos em dois períodos: o curto e o longo prazo.

Ao agrupar um conjunto de anos espera-se além de neutralizar efeitos sazonais no mercado de trabalho através da suavização do terceiro componente da decomposição além de captar as mudanças estruturais e conjunturais de permanência das economias locais. Dessa forma, busca-se refinar o terceiro efeito da decomposição a fim de que esse se comporte de forma mais

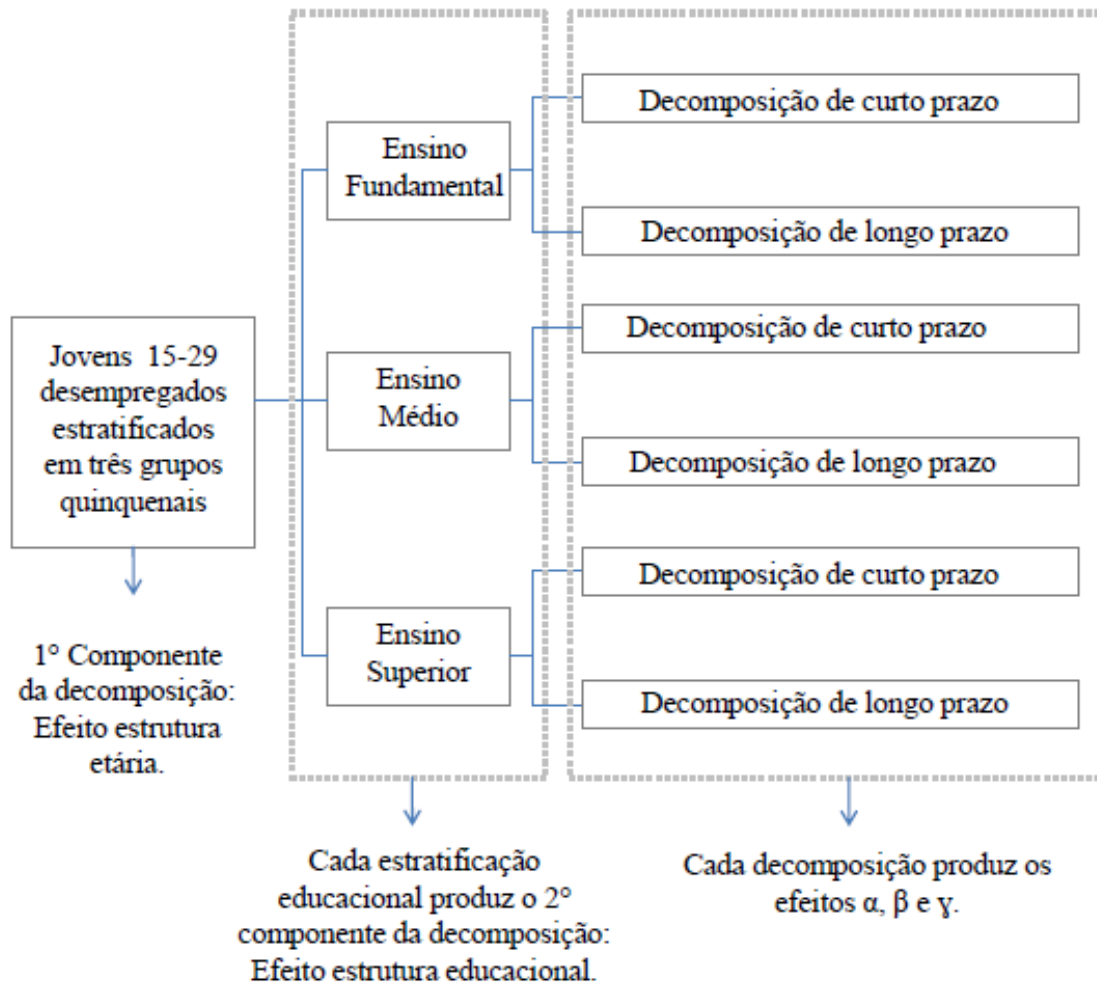
estável. Shimer (1998) já havia apontado a necessidade de neutralizar os fatores não observáveis ou não mensuráveis a fim de refinar a discussão da determinação do desemprego

O primeiro conjunto de anos é chamado de grupo de referência. Esse grupo é composto pelos cinco primeiros anos do horizonte temporal que compreende esta dissertação, ou seja, de 2001 até 2005. Os demais conjuntos de anos são chamados de curto e longo prazo, sendo o primeiro correspondente do ano 2006 até 2009 e o último de 2011 até 2015. Matematicamente, as diferenças produzidas ao aplicar o método da decomposição serão configuradas da seguinte forma: (i)  $(2006 \text{ a } 2006) - (2001 \text{ a } 2005)$  para produzir a diferença entre curto prazo e o grupo de referência e (ii)  $(2011 \text{ a } 2015) - (2001-2005)$  para produzir a diferença entre longo prazo e o grupo de referência.

Devido à diversidade do perfil econômico do país no período analisado nesta dissertação, espera-se também que essa divisão em três conjuntos de anos seja uma ferramenta de sensibilidade à influência da conjuntura econômica na determinação dos níveis de desemprego jovem. Ou seja, espera-se que em períodos caracterizados por estagnação econômica ou crise a participação do componente da decomposição relativo às estruturas específicas do desemprego apresente maior peso na determinação da diferença temporal.

Operacionalmente, os resultados serão apresentados segundo os três níveis educacionais estratificados. Logo cada uma das diferenças temporais produzidas - do grupo de referência em relação ao grupo de curto prazo (diferença entre 2001-2005 e 2006-2009) e do grupo de referência em relação ao grupo de longo prazo (diferença entre 2001-2005 e 2011-2015) - terá três decomposições, somando aplicações do método.

Figura 3.1 – Definições metodológicas



Fonte: Elaboração própria.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 ANÁLISES DESCRITIVAS

Essa sessão de dedica à apresentação da tendência observada para nove regiões metropolitanas brasileiras no que diz respeito ao desemprego juvenil e as transições que o determina. Objetivase, através de uma breve análise descritiva, apontar o comportamento tanto do componente etário quanto do componente educacional no estudo do desemprego jovem.

#### 4.1.1 AS VARIÁVEIS IDADE E ANOS ESTUDOS NA PNAD

As tabelas 3.1, 3.2 e 3.3 trazem informações sobre as principais variáveis utilizadas nessa dissertação para avaliar as duas transições estudadas: idade e anos de estudo. As tabelas apresentam as características das bases de dados compostas apenas pelos jovens de 15 a 29 anos de idade segundo as nove Regiões Metropolitanas. A tabela 3.1 apresenta a evolução do número de observações, separadas por sexo, para todos os anos e Regiões Metropolitanas analisadas. Já as tabelas 3.2 e 3.3 mostram informações descritivas das variáveis idade e anos de estudo. A breve apresentação das variáveis e da característica da amostra objetivam um auxílio na interpretação das transições apresentadas ao longo desse capítulo.

Para a variável “idade”, apesar das oscilações provenientes da construção dessa medida de dispersão, a maior parte das Regiões Metropolitanas, com exceção de Recife- PE e Rio de Janeiro – RJ, apresentam crescimento da média ao fim do período. Além disso, pode-se observar uma tendência anual de crescimento marginal da média de idade mesmo com a redução do tamanho das amostras. Apenas para os homens de Recife – PE não apresenta crescimento do desvio padrão. Ou seja, em relação à média os dados de idade para as demais Regiões Metropolitanas analisadas se tornaram mais dispersos ao longo dos anos.

Para a variável “anos de estudos” observa-se crescimento expressivo do número médio de anos de estudo com variação positiva de dois anos na média para quase todas as Regiões Metropolitanas. Quanto ao desvio padrão observa-se a redução deste para todas as regiões analisadas.



Tabela 4.1 Número de observações (jovens de 15 a 29 anos) nas bases de dados - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2005, exceto 2010 – Homens e Mulheres, 9 Regiões Metropolitanas.

	Número de observações (Jovens de 15 a 29 anos)																	
	Belém - PA		Fortaleza - CE		Recife - PE		Salvador - BA		Belo Horizonte - MG		Rio de Janeiro - RJ		São Paulo - SP		Curitiba - PR		Porto Alegre - RS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2001	1723	1898	1859	2210	2212	2361	2252	2414	1777	1804	2243	2383	2861	3084	1113	1064	2295	2373
2002	1749	1889	1946	2209	2195	2356	2315	2468	1724	1800	2160	2243	3044	3053	1122	1133	2398	2388
2003	1679	1833	2127	2131	2331	2433	2362	2491	1661	1744	1986	2101	3001	3139	1044	1045	2428	2426
2004	1622	1793	2112	2317	2259	2437	2300	2418	1705	1753	2054	2135	2767	2966	1066	1097	2362	2365
2005	1678	1910	2163	2331	2394	2505	2401	2519	1785	1726	2166	2279	2909	3027	1036	1028	2426	2428
2006	1669	1877	2171	2329	2233	2381	2264	2495	1631	1806	2124	2283	2874	2978	1084	1145	2373	2347
2007	1499	1715	2138	2299	2135	2281	2365	2339	1639	1688	2106	2170	2653	2768	1045	1036	2228	2314
2008	1539	1603	2190	2331	2140	2206	2134	2215	1579	1599	2009	2085	2564	2499	991	1000	2153	2153
2009	1476	1578	2257	2364	1889	2112	2129	2257	1622	1702	2146	2207	2674	2623	1069	1032	2232	2213
2011	1543	1633	1581	1611	1672	1764	1562	1656	1544	1560	1961	2023	2350	2302	812	822	2060	2190
2012	1453	1491	1541	1551	1730	1764	1574	1556	1660	1634	2028	2109	2256	2301	929	876	2097	2095
2013	1252	1289	1630	1630	1505	1573	1466	1563	1578	1604	2041	2153	2299	2313	926	911	1848	1947
2014	1280	1333	1569	1532	1646	1707	1476	1562	1585	1589	1946	2132	2357	2373	874	873	1936	1912
2015	1351	1402	1409	1453	1653	1656	1387	1451	1584	1520	2083	2077	2299	2282	833	801	1849	1784

Tabela 4.2 – Média e desvio padrão da variável “idade” – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2005, exceto 2010 – Homens e Mulheres, 9 Regiões Metropolitanas.

	Idade																	
	Média; desvio padrão																	
	Belém - PA		Fortaleza - CE		Recife - PE		Salvador - BA		Belo Horizonte - MG		Rio de Janeiro - RJ		São Paulo - SP		Curitiba - PR		Porto Alegre - RS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2001	21,68; 4,10	21,72; 4,15	21,57; 4,3	21,63; 4,19	21,50; 4,22	21,83; 4,27	21,52; 4,13	21,85; 4,25	21,71; 4,17	21,71; 4,20	21,73; 4,17	21,81; 4,25	21,6; 4,23	21,82; 4,32	22,0; 4,25	21,75; 4,20	21,59; 4,26	21,71; 4,23
2002	21,73; 4,15	21,93; 4,23	21,34; 4,22	21,55; 4,25	21,58; 4,20	21,75; 4,33	21,67 ; 4,16	21,67; 4,17	21,80; 4,11	21,99; 4,12	21,77; 4,26	21,94; 4,23	21,71; 4,18	22,02; 4,22	21,90; 4,27	21,84; 4,22	21,70; 4,27	21,80; 4,23
2003	21,85; 4,20	21,85; 4,16	21,51; 4,22	21,60; 4,18	21,62; 4,27	21,76; 4,25	21,71; 4,15	21,94; 4,12	21,73; 4,27	21,94; 4,13	21,82; 4,19	21,88; 4,24	21,68; 4,20	21,88; 4,26	21,95; 4,27	22,04; 4,37	21,74; 4,13	21,76; 4,19
2004	21,86; 4,23	21,66; 4,22	21,46; 4,22	21,40; 4,21	21,80; 4,27	21,90; 4,35	21,97; 4,16	22,00; 4,15	21,80; 4,20	21,85; 4,15	21,89; 4,22	22,02; 4,20	21,82; 4,33	21,97; 4,27	22,27; 4,24	22,18; 4,26	21,68; 4,16	21,99; 4,23
2005	22,04; 4,15	21,96 4,20	21,73; 4,25	21,86; 4,24	21,78; 4,21	22,05; 4,23	22,20; 4,12	22,36; 4,11	22,14; 4,30	22,05; 4,25	21,93; 4,20	22,04; 4,22	21,77; 4,18	21,89; 4,27	21,80; 4,29	22,17; 4,23	21,95; 4,21	21,89; 4,25
2006	21,85; 4,13	22,07; 4,16	21,73; 4,19	21,83; 4,24	21,89; 4,24	22,09; 4,22	22,30; 4,18	22,38; 4,08	22,28; 4,19	21,96; 4,29	22,13; 4,19	22,21; 4,22	22,10; 4,24	22,07; 4,28	22,04; 4,27	22,07; 4,20	22,12; 4,22	22,07; 4,22
2007	22,09; 4,24	22,05; 4,25	21,94; 4,18	21,82; 4,20	21,99; 4,29	22,30; 4,17	22,26; 4,22	22,30; 4,17	22,15; 4,30	22,12; 4,30	21,95; 4,29	22,24; 4,28	21,98; 4,19	22,16; 4,27	21,89; 4,32	22,08; 4,25	22,16; 4,26	22,15; 4,28
2008	21,82; 4,24	21,99; 4,30	21,61; 4,18	22,05; 4,26	21,80; 4,32	22,17; 4,28	22,22; 4,22	22,27; 4,21	22,29; 4,41	22,41; 4,34	22,00; 4,29	22,28; 4,33	22,06; 4,31	22,20; 4,21	22,28; 4,34	22,27; 4,40	22,04; 4,33	22,00; 4,25
2009	22,07; 4,32	22,15; 4,31	21,98; 4,39	22,13; 4,27	21,97; 4,34	22,27; 4,33	22,14; 4,35	22,40; 4,25	22,28; 4,33	22,32; 4,28	22,13; 4,36	22,09; 4,41	22,11; 4,27	22,26; 4,27	22,14; 4,37	22,11; 4,44	21,98; 4,36	22,12; 4,39
2010	22,06; 4,39	21,81; 4,36	21,89; 4,28	22,11; 4,30	21,82; 4,37	22,30; 4,43	22,10; 4,45	22,51; 4,34	21,90; 4,30	22,00; 4,26	21,78; 4,36	21,98; 4,36	22,17; 4,35	22,41; 4,31	21,69; 4,41	22,20; 4,29	21,89; 4,34	22,05; 4,37
2012	21,74; 4,31	21,97; 4,32	21,92; 4,26	21,93; 4,25	21,84; 4,34	22,24; 4,37	21,79; 4,41	22,43; 4,36	22,06; 4,34	22,33; 4,31	21,75; 4,31	22,16; 4,35	22,17; 4,38	22,31; 4,36	21,75; 4,22	21,76; 4,43	21,60; 4,34	22,02; 4,45
2013	21,63; 4,30	21,86; 4,25	21,79; 4,34	21,77; 4,23	21,58; 4,24	22,16; 4,37	21,79; 4,36	22,39; 4,35	21,97; 4,34	22,15; 4,28	21,78; 4,43	21,96; 4,33	21,89; 4,27	22,03; 4,37	21,88; 4,31	22,17; 4,31	21,64; 4,44	22,00; 4,36
2014	21,80; 4,40	22,13; 4,28	21,87; 4,27	22,04; 4,22	21,94; 4,36	22,14; 4,43	21,73; 4,39	22,22; 4,42	21,98; 4,40	22,09; 4,36	22,05; 4,37	21,99; 4,35	21,90; 4,35	21,91; 4,36	21,88; 4,35	22,10; 4,26	21,89; 4,25	21,79; 4,33
2015	21,74; 4,31	22,10; 4,29	21,82; 4,20	22,04; 4,33	21,55; 4,29	21,83; 4,37	21,63; 4,41	22,08; 4,35	21,83; 4,28	21,98; 4,29	21,62; 4,27	21,75; 4,41	21,88; 4,38	21,76; 4,44	21,75; 4,39	22,11; 4,34	21,64; 4,32	21,82; 4,42

Tabela 4.3 – Média e desvio padrão da variável “anos de estudo” – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001 a 2005, exceto 2010 – Homens e Mulheres, 9 Regiões Metropolitanas

	Anos de estudo																	
	Média; desvio padrão																	
	Belém - PA		Fortaleza - CE		Recife - PE		Salvador - BA		Belo Horizonte - MG		Rio de Janeiro - RJ		São Paulo - SP		Curitiba - PR		Porto Alegre - RS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2001	7,59; 3,24	8,02; 3,28	7,04; 3,59	7,80; 3,48	7,27; 3,43	7,97; 3,45	7,42; 3,34	8,24; 3,32	7,99; 3,05	8,71; 3,12	8,11; 3,39	8,58; 3,40	8,71; 3,16	9,14; 3,16	8,30; 3,49	8,73; 3,44	8,17; 3,14	8,68; 3,14
2002	7,79; 3,28	8,22; 3,33	7,56; 3,56	8,21; 3,38	7,39; 3,54	8,12; 3,37	7,71; 3,44	8,46; 3,26	8,38; 3,28	8,89; 3,18	8,33; 3,34	8,93; 3,25	8,91; 3,17	9,36; 3,16	8,76; 3,21	9,09; 3,28	8,43; 3,14	8,96; 3,18
2003	7,82; 3,31	8,23; 3,20	7,66; 3,52	8,30; 3,28	7,50; 3,51	8,33; 3,46	7,83; 3,38	8,63; 3,19	8,45; 3,16	9,18; 3,09	8,72; 3,28	9,21; 3,26	9,06; 3,12	9,54; 3,08	9,00; 3,17	9,34; 3,20	8,82; 3,05	9,28; 3,08
2004	7,99; 3,33	8,39; 3,20	7,92; 3,53	8,43; 3,42	7,92; 3,47	8,54; 3,32	8,09; 3,37	8,82; 3,15	8,85; 3,02	9,27; 2,99	8,79; 3,21	9,24; 3,25	9,34; 2,95	9,69; 2,85	9,13; 3,29	9,73; 3,10	8,96; 2,94	9,40; 3,10
2005	8,09; 3,31	8,70; 3,17	8,16; 3,46	8,67; 3,26	8,00; 3,45	8,75; 3,27	8,32; 3,41	8,97; 3,19	8,94; 3,09	9,49; 2,85	9,05; 3,17	9,42; 3,17	9,46; 2,94	9,88; 2,85	9,46; 3,01	9,90; 3,04	8,94; 3,05	9,33; 3,06
2006	8,36; 3,24	8,76; 3,08	8,55; 3,26	8,83; 3,19	8,20; 3,41	8,91; 3,25	8,58; 3,36	9,40; 3,07	9,10; 3,14	9,70; 2,86	9,14; 3,18	9,59; 3,23	9,67; 2,91	10,06; 2,81	9,50; 3,09	9,98; 2,98	9,11; 3,04	9,57; 3,02
2007	8,64; 3,27	9,10; 3,08	8,66; 3,27	9,12; 3,11	8,31; 3,42	9,06; 3,25	8,71; 3,41	9,34; 3,08	9,16; 3,17	9,59; 2,92	9,25; 3,25	9,72; 3,08	9,81; 2,83	10,24; 2,81	9,19; 3,22	9,88; 3,05	9,16; 3,04	9,61; 2,98
2008	8,72; 3,12	9,22; 3,04	8,67; 3,27	9,31; 3,12	8,39; 3,36	9,28; 3,10	8,85; 3,26	9,50; 3,01	9,34; 3,07	9,96; 2,78	9,38; 3,24	9,94; 3,10	9,89; 2,83	10,31; 2,72	9,59; 3,09	10,12; 3,13	9,27; 2,98	9,76; 2,98
2009	8,69; 3,22	9,18; 3,04	8,85; 3,28	9,42; 3,03	8,86; 3,31	9,57; 3,05	8,54; 3,47	9,56; 3,05	9,53; 3,08	10,16; 2,85	9,39; 3,29	9,75; 3,23	9,94; 2,92	10,29; 2,84	9,70; 2,90	10,19; 3,01	9,32; 2,91	9,82; 2,88
2011	8,89; 3,42	9,58; 3,11	8,95; 3,25	9,55; 3,08	8,93; 3,42	9,64; 3,20	8,70; 3,38	9,75; 3,16	9,44; 3,16	10,16; 2,88	9,27; 3,31	9,82; 3,22	10,10; 2,96	10,55; 2,82	9,45; 3,02	10,14; 3,04	9,41; 3,07	9,85; 2,96
2012	9,11; 3,13	9,63; 3,06	9,12; 3,19	9,56; 2,95	9,21; 3,32	9,81; 3,10	8,92; 3,16	9,83; 2,88	9,52; 2,97	10,34; 2,64	9,50; 3,02	10,03; 3,02	10,22; 2,80	10,71; 2,66	9,79; 3,15	10,23; 3,04	9,25; 3,06	9,86; 2,96
2013	9,27; 2,96	9,63; 3,03	9,09; 3,12	9,80; 2,96	9,34; 3,25	9,95; 3,09	8,90; 3,42	9,85; 3,09	9,43; 3,03	10,26; 2,76	9,49; 3,28	10,14; 2,97	10,15; 2,90	10,59; 2,77	9,77; 3,21	10,25; 3,27	9,32; 3,03	9,90; 3,05
2014	9,15; 3,14	9,74; 2,99	9,22; 3,00	9,92; 2,90	9,53; 3,10	10,26; 2,76	9,07; 3,27	9,97; 3,00	9,58; 3,06	10,38; 2,65	9,75; 3,00	10,20; 2,91	10,25; 2,76	10,64; 2,67	9,84; 3,13	10,45; 2,77	9,52; 3,02	10,08; 2,76
2015	9,27; 3,15	9,76; 2,81	9,45; 3,07	9,99; 2,88	9,26; 3,18	10,09; 2,85	9,13; 3,20	9,98; 2,98	9,65; 2,98	10,42; 2,72	9,78; 3,00	10,09; 2,94	10,26; 2,72	10,69; 2,54	9,81; 3,13	10,48; 2,98	9,39; 3,06	10,10; 2,98

#### 4.1.2 TRANSIÇÕES ETÁRIAS E EDUCACIONAIS NAS NOVE REGIÕES METROPOLITANAS

Apresenta-se aqui as tendências no que diz respeito às estruturas etárias e educacionais das nove Regiões Metropolitanas analisadas. O objetivo é apontar como tais tendências corroboram com as hipóteses levantadas na revisão da literatura desta dissertação. Para tal, estão apresentados dois indicadores, o primeiro relativo à transição etária sugerido e apresentado por Korenman e Neumark (2000) e o segundo relativo à transição educacional apresentado por Biagi e Lucifora (2008).

Assim como sugerido por Biagi e Lucifora (2008), apesar de os indicadores não captarem as características institucionais, sistemas de bem-estar adotados nas populações, as legislações contrárias à discriminação dos jovens no mercado de trabalho e nem as habilidades adquiridas na educação formal, existem respaldos na literatura que verificam tais transições como influentes no desemprego juvenil. Para a transição educacional Meneses-Filho (2001) mostra uma distinta alteração na tendência dos indicadores de mercado de trabalho para distintos grupos educacionais. Já para a transição etária Bercovich e Massé (2004) apontaram para o comportamento positivo do mercado de trabalho frente à diminuição do tamanho das coortes jovens. Além disso, a aplicação regionalizada de ambos os indicadores favorece a identificação da heterogeneidade das transições o que corrobora com especulações quanto aos resultados encontrados em outras análises de desemprego.

O conjunto de gráficos 3.1 traz os dois indicadores combinados para as nove regiões metropolitanas analisadas. O indicador de transição etária – participação de jovens - esboça a proporção de jovens de 15 a 29 anos em relação à população jovem adulta e adulta - 15 a 59 anos. Já o indicador de transição educacional – participação dos mais escolarizados - se configura como a proporção de pessoas com mais de 13 anos de estudos formais em relação ao tamanho da população jovem adulta e adulta. De acordo com o sistema educacional brasileiro 13 anos ou mais de estudo tem correspondência com a entrada no ensino superior<sup>14</sup>. Apesar de não configurar como permanência desse estágio de escolarização, o recorte que compreende

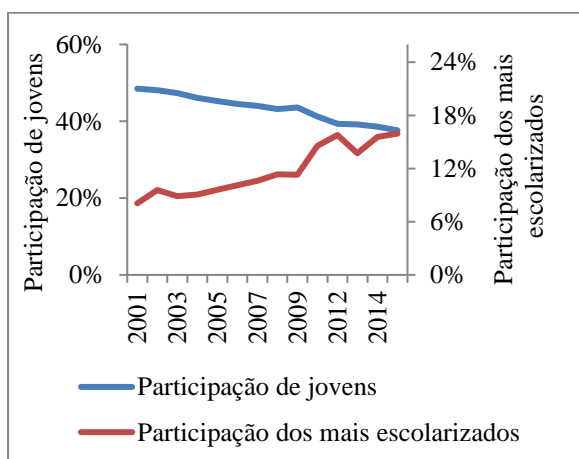
---

<sup>14</sup> De acordo com a LDB a educação escolar é dividida em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. A Educação Básica apresenta três etapas: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil compreende a creche e a pré-escola, já o Ensino Fundamental, os anos iniciais e os anos finais. O Ensino Superior se dividiu em cursos e programas: cursos sequenciais, graduação, pós-graduação e de extensão.

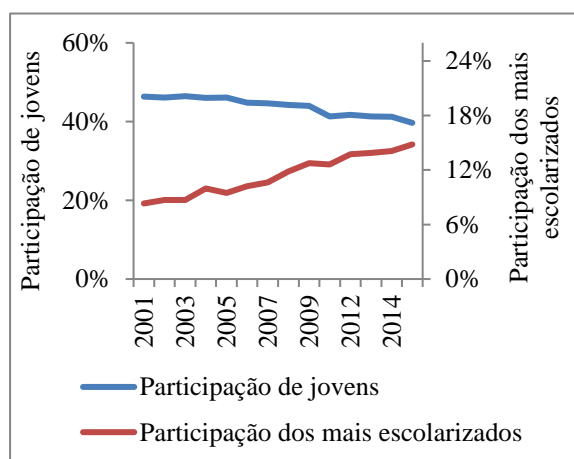
acima de 13 anos de estudo objetiva a interpretação também do aumento da demanda desse estágio entre as populações analisadas. Ambos indicadores foram construídos para os 14 anos cobertos por essa dissertação.

Gráficos 4.4 – Participação de jovens e Participação dos mais escolarizados (%) para as nove regiões metropolitanas analisadas – 2001 a 2015, exceto 2010.

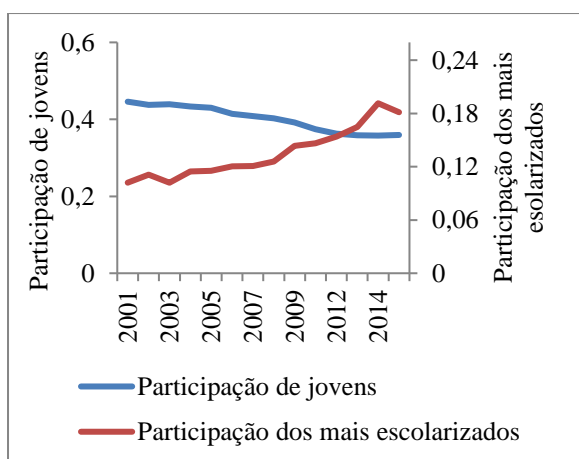
a. Belém – PA



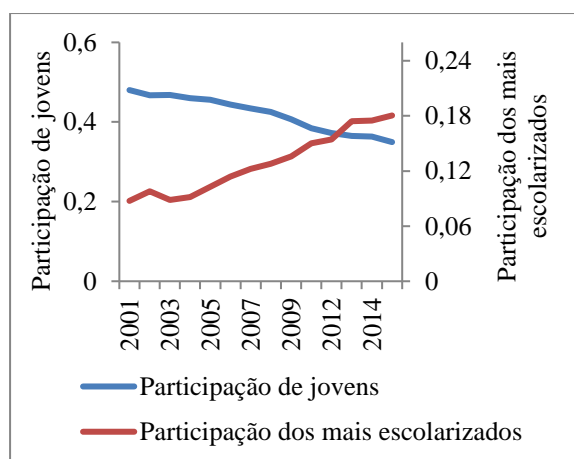
b. Fortaleza – CE



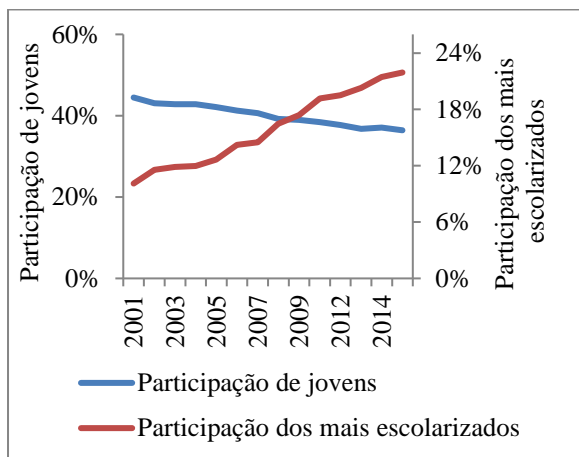
a. Recife - PE



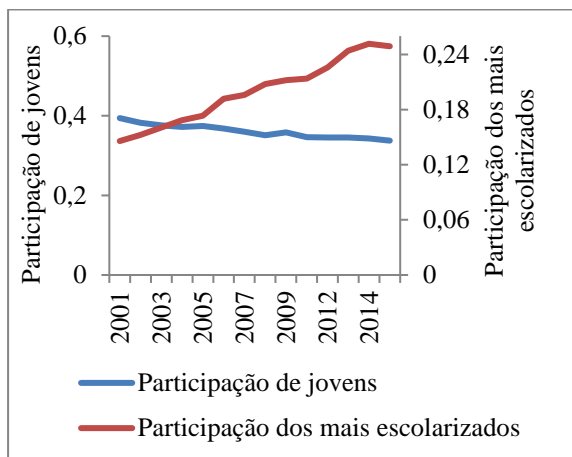
b. Salvador - BA



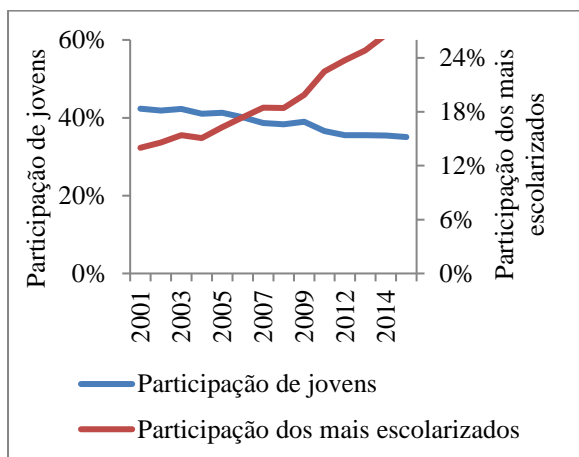
e. Belo Horizonte – MG



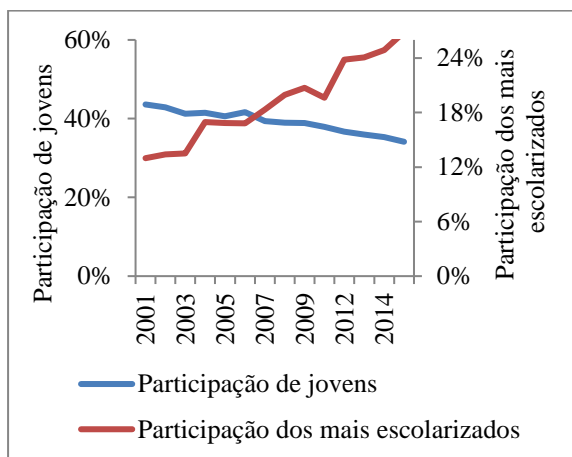
f. Rio de Janeiro – RJ



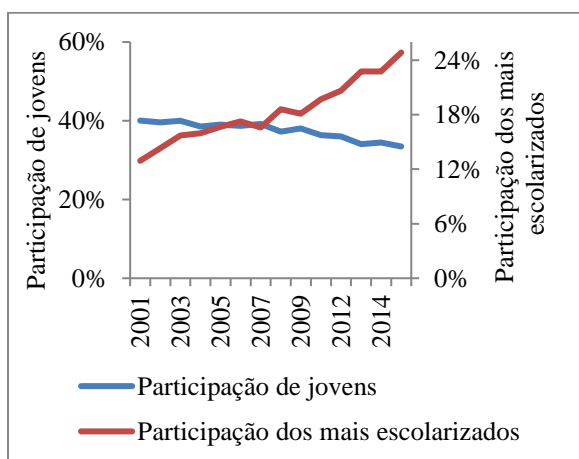
g. São Paulo – SP



h. Curitiba – PR



i. Porto Alegre – RS



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

O primeiro fato a ser discutido na apresentação dos indicadores é a tendência oposta destes para as nove Regiões Metropolitanas analisadas. Ao passo que a proporção de jovens em relação à população adulta declina, a participação do grupo mais escolarizado aumenta. As tendências observadas vão de acordo com o salientado no trabalho de Biagi e Luifora (2008), o *baby bust* e o *boom* da educação ocorrem concomitantemente com o boom da educação. Para o Brasil, Amaral et al (2006) também observaram essa tendência concomitante. Segundo os autores o Brasil experimentou uma significativa mudança no padrão da estrutura etária observado ao mesmo tempo em que aumentou a proporção de pessoas com maiores níveis de escolaridade, porém, mantendo diferenças regionalizadas do país.

Assim como apresentado na revisão da literatura e nas tendências delineadas por Lam (2014), espera-se que a transição demográfica leve a uma redução na participação de grupos mais jovens na população. Em contrapartida, espera-se um aumento expressivo da participação dos grupos mais envelhecidos. A tendência encontrada está de acordo com o relatado por Wong e Carvalho (2006) onde os autores alegam que, para o Brasil, a participação relativa de crianças reduziu-se significativamente na década de 1990 levando, portanto, a coortes jovens relativamente reduzidas nos anos 2000.

Apesar de o indicador não fornecer um parâmetro de comparação entre o decréscimo da participação de jovens via alteração do comportamento da fecundidade ou por razões migratórias, é válido ressaltar dois pontos fundamentais para a interpretação dos resultados dessa dissertação. Em primeiro lugar, uma vez que o objetivo é analisar os efeitos de competição na determinação dos níveis de desemprego juvenil é fundamental que o tamanho das coortes sejam analisados a partir do momento que estas entram no mercado de trabalho, e não no momento de seu nascimento. Dessa forma, os comportamentos migratórios no que diz respeito ao tamanho dos fluxos também exercem influência significativa na competição enfrentada pelos jovens no mercado de trabalho. Além disso, a literatura aponta que grande parte do dinamismo da migração no país ocorre com orientação metropolitana (Matos, 2012) e apesar de autores como Cunha (2005) considerar que o “Brasil Metropolitano” não é homogêneo, as grandes cidades ainda são responsáveis pela absorção de uma parte importante do fluxo observado no país.

Em segundo lugar, trabalhos como o de Wong e Bonifácio (2008) evidenciam a diminuição do tamanho das coortes brasileiras metropolitanas como ocasionadas devido à observação da

fecundidade abaixo do nível de reposição. Segundo as autoras o declínio observado na fecundidade das regiões metropolitanas do Brasil fez diminuir não somente a taxa de natalidade como também o volume de nascimentos. Segundo Medici e Beltrão (1995), dados sobre fecundidade indicam que, a partir dos anos 1980, existem evidências de uma redução da fecundidade para todas as regiões do Brasil, efeito intenso de um processo de urbanização experimentado nos anos 70. Camargo e Yazaki (2002) analisaram essa mesma tendência especificamente para São Paulo e Mello e Alves (2006) para o Rio de Janeiro. Dessa forma, tais trabalhos trazem elementos que corroboram para observação do fenômeno do *baby bust* nas regiões metropolitanas brasileiras. Isto é, pode-se estabelecer relação entre a redução da participação dos jovens nas populações adultas analisadas e o comportamento da fecundidade em tais localidades.

No que diz respeito ao indicador de mudanças na estrutura etária e analisando pela perspectiva regional os diferentes níveis e as diferentes inclinações chamam atenção. Os gráficos apontam a Região Metropolitana de Belém - Pará como aquela que apresenta a maior participação de jovens na população jovem adulta e adulta no início do período analisado. Porém, tal região está entre aquelas que apresentam maior inclinação da curva *participação de jovens*, ficando atrás apenas de Salvador - Bahia. Ou seja, apresenta um ritmo de declínio da participação dos jovens maior em comparação com regiões integrantes das Grandes Regiões Sudeste e Sul. Rio de Janeiro, em contrapartida, apresenta menor nível inicial, porém, ao final da série temporal analisada é a Região Metropolitana de Porto Alegre - Rio Grande do Sul que se configura como aquela com a menor participação de jovens. Um fato observado é que o diferencial entre as nove Regiões Metropolitanas para níveis de participação de jovens na população jovem adulta e adulta permanece mesmo após a transcorrência dos 14 anos analisados, reforçando a permanência das desigualdades regionais.

O trabalho de Camarano (1996) respalda os resultados encontrados. Segundo a autora as tendências de fecundidade apontam uma aceleração na queda desta especialmente na Grande Região Nordeste. Na Região Sudeste a autora destaca a tendência da fecundidade atingindo níveis abaixo daquele de reposição. Porém, segundo a autora, ainda não se pode afirmar a existência de evidências favoráveis a uma convergência entre as regiões, permanecendo, portanto um diferencial regional em estrutura etária significativo. Wong e Bonifácio (2008) também respaldam os resultados encontrados apontando que para a maioria das Regiões

Metropolitanas do Nordeste o conjunto de nascimentos registrados em um ano não superam os nascimentos do ano anterior, valendo essa observação para os anos iniciais da década de 2000.

O indicador de transição educacional evidencia o “*boom da educação*” pelo qual as Regiões Metropolitanas do país foram submetidas nos anos 2000 e assim como indicado na revisão da literatura, o Brasil, como país com tradicional baixo nível educacional no passado, experimenta uma onda de escolarização da população. O indicador mostra o crescimento da expressividade dos altamente escolarizados em relação ao contingente de jovens adultos e adultos e assim como o indicador de transição etária também expressa evidências dos diferenciais regionais.

A escolha de tal indicador como representante do reflexo de “*boom da educação*” muito se justifica pelo apontado por Andrade (2010). Segundo a autora, no Brasil a oferta estrutural de educação se modificou significativamente nos anos 90 através da universalização do ensino fundamental, porém, foi na década de 2000 que o aumento da porcentagem de jovens que concluíram o Ensino Médio tornou o acesso ao Ensino Superior uma das etapas com maior crescimento relativo na escala da escolarização. Além disso, para essa mesma época a porcentagem daqueles que concluíram o ensino fundamental e não concluíram o médio apresentou tendência de estabilização, enquanto o acesso ao Ensino Superior apresentou crescimento em tendência histórica. Ou seja, o crescimento da participação desse grupo é compatível com o período analisado. Meneses-Filho (2001) mostra que uma fato marcante da educação Brasileira é a diminuição expressiva de indivíduos com escolaridade correspondente a menos de 6 anos de estudo ao passo que foi observado um crescimento do número de indivíduos concluindo o Ensino Médio.

Meneses-Filho (2001) também apontou que, desde 1988, a população brasileira experimentou uma melhora expressiva no nível educacional fazendo com que os retornos econômicos à educação em termos salariais se configurassem como um dos mais elevados do mundo. Segundo o autor o Brasil, em comparação com outros países do mundo, se beneficiou mais da evolução dos níveis de escolaridade ao passo que foi fundamental para a queda de desigualdade observada a ela<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Ver: Fernandes e Menezes-Filho, 2000



Schwartzman e Cossío (2007) apontam que o boom da educação para os jovens pode ser interpretado como uma superação de um círculo vicioso entre um nível educacional baixo, provocado pelo abandono escolar e as altas taxas de repetências, e as condições socioeconômicas precárias que impediam a escolarização desse grupo. Os autores também mostram como essa superação beneficiou a sinalização dos jovens no mercado de trabalho.

Diferente do indicador *participação de jovens* as maiores inclinações na *participação dos mais escolarizados* são observadas para aquelas Regiões Metropolitanas localizadas nas duas Grandes Regiões com estágios mais avançados da transição demográfica - Sudeste e Sul. Também são nessas Regiões Metropolitanas onde os níveis iniciais de proporção de altamente escolarizados em relação à população jovem adulta e adulta são os maiores. O trabalho de Komatsu et al (2017) contribui para essa discussão ao passo que alega que ao longo do século XX e início do século XXI a ordenação das regiões em termos de desigualdade educacional não se alterou porém, a diferença entre as regiões têm aumentado sensivelmente na década de 2000 se estabelecendo com maior desigualdade educacional intra região o Nordeste e com menor desigualdade o Sudeste. Entretanto, Meneses-Filho (2001) apresenta uma contribuição importante para a temática. Segundo o autor, em 1997, as Regiões Norte e Nordeste eram aqueles que apresentaram maior concentração de pessoas com menor nível educacional – menos de 4 anos de estudo, portanto os efeitos de uma transição educacional são potenciais e bastante expressivos nessas regiões.

Em termos de nível, Medeiros e Oliveira (2014) apontam que existem disparidades importantes em termos de anos de estudo, onde as Grandes Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores desvantagens. Segundo os autores grande parte das desigualdades regionais pode ser explicada pela composição social das populações, entretanto, os resultados apresentados sugerem que o que mais diferencia os níveis educacionais é a forma diferenciada com que as regiões respondem às características da educação – acessibilidade, valores culturais da educação e atratividade da escolarização tendo em vista o mercado de trabalho. Logo, hipóteses de convergência em escolaridade só são plausíveis em contexto onde essas características são sinalizadas de forma parecida.

Dessa forma, pode-se dizer que os indicadores apresentados nesta seção além de salientar a observação das duas transições estudadas nesta dissertação para as nove Regiões Metropolitanas analisadas, também ilustram os diferentes estágios de tais transições. Os

indicadores auxiliam na evidência dos descompassos regionais entre elas ao passo que fornecem argumentos especulativos quanto ao comportamento do desemprego jovem. Visto a redução da competição para o grupo total de jovens e a possível alteração da competição na estratificação dos jovens por grupo de escolaridade, pode-se esperar alguns comportamentos como: redução geral na proporção de desempregados pela redução da competição no grupo etário, aumento na proporção de jovens altamente escolarizados devido ao aumento da competição neste grupo causada pelo boom da educação.

Além dos indicadores apresentados, participação dos jovens e participação dos mais escolarizados, outros elementos corroboram para a observação das transições nas Regiões Metropolitanas analisadas.

#### 4.1.3 COMPORTAMENTO DO DESEMPREGO JOVEM NAS NOVE REGIÕES METROPOLITANAS.

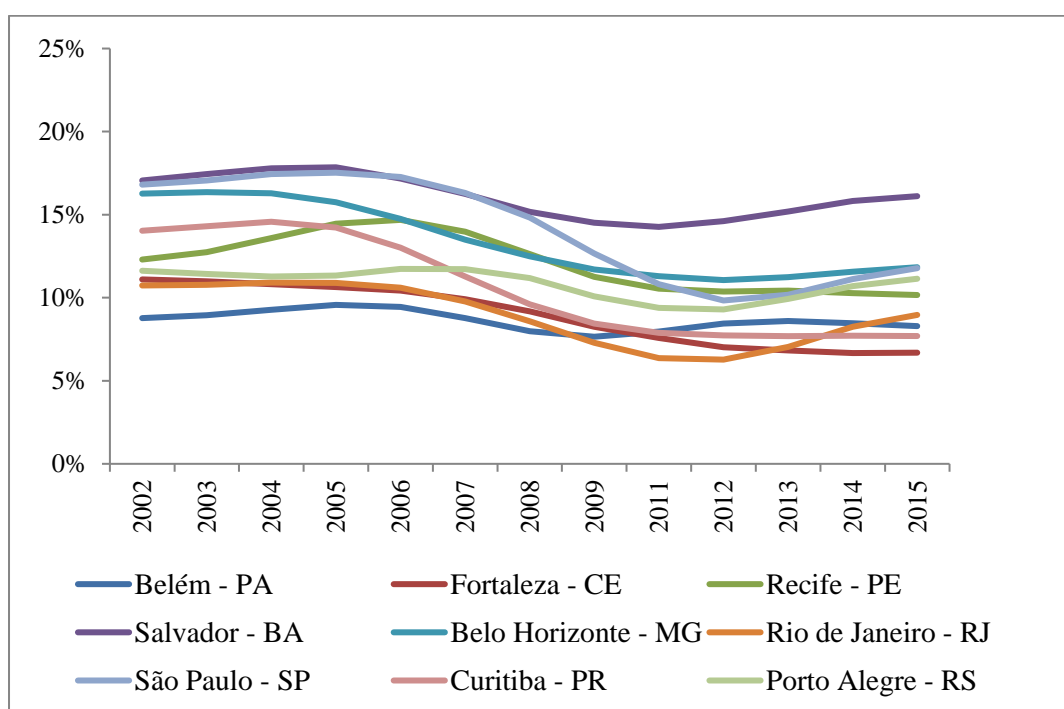
Visando atender as hipóteses apresentadas nessa dissertação, a presente seção busca, através da construção de células de proporção de desempregados a partir da combinação entre grupos etários e grupos educacionais, extrair evidências do comportamento aparente do desemprego jovem para nove regiões metropolitanas no Brasil.

Para tal, o grupo de jovens foi desagregado em três grupos etários quinquenais - 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e, por fim, 25 a 29 anos - e em três grupos educacionais - de 0 a 9 anos de estudo, correspondente ao Ensino Fundamental; de 10 a 12 anos, correspondente ao Ensino Médio e 13 anos ou mais de estudos como correspondente à Educação Superior. A construção das células parte do exercício de gerar a proporção de jovens desempregados segundo todas as combinações possíveis entre as duas estratificações delimitadas. Ou seja, a razão entre o número de jovens de 15-19 anos pertencentes ao nível mais baixo de educação estratificado em situação de desemprego e a quantidade de jovens de 15 a 19 anos com o nível mais baixo de educação estratificado se configura como a primeira célula da análise. As demais combinações - 15 a 19 anos com ensino médio, 15 a 19 anos com ensino superior, 20 a 24 anos com ensino fundamental e assim por diante - completam a matriz de proporção de desempregados.

Assim como na construção dos indicadores apresentados na seção anterior, as células de proporção de desempregados foram construídas com base nos dados extraídos da PNAD segundo os anos de 2001 até 2015, excetuando-se o ano censitário de 2010. Os jovens foram categorizados entre ocupados e desocupados segundo a variável “Condição na ocupação no ano” e posteriormente o grupo dos desocupados foi dividido entre os grupos etários e educacionais com base nas variáveis idade e anos de estudo, respectivamente. As análises são apresentadas segundo os três grupos etários estratificados. Essa escolha parte do ideal discutido na revisão da literatura de que a competição no mercado de trabalho se diferencia por idade.

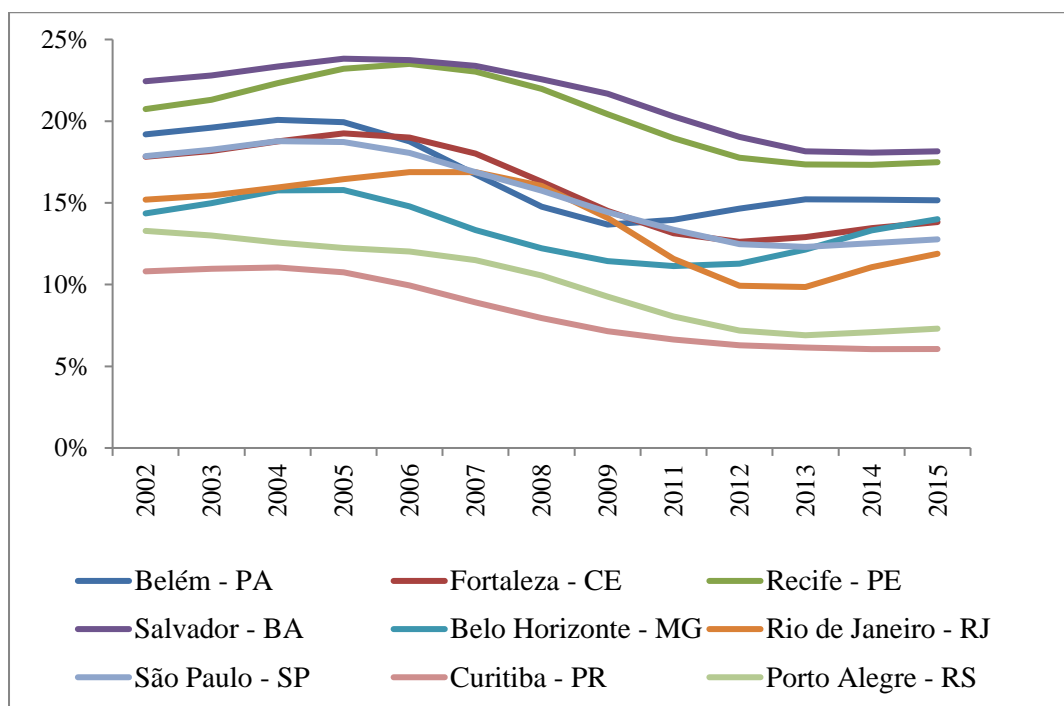
Gráficos 4.5 - Proporção de jovens (%) de 15-19 anos desempregados segundo duas estratificações educacionais.<sup>16</sup> – 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

a. Escolaridade 1 – Ensino Fundamental



<sup>16</sup> Todos os gráficos com a proporção de desempregados foram suavizados segundo aplicação de média móvel a fim de facilitar a análise das tendências.

## b. Escolaridade 2 – Ensino Médio



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

O primeiro conjunto de gráficos contempla os jovens de 15 a 19 anos. Uma vez que a terceira estratificação educacional compreende o ingresso no ensino superior e de acordo com o sistema educacional brasileiro é esperado que grande parte deste grupo não apresente idade compatível a esse nível, optou-se por omitir tal estratificação da análise.

Para o primeiro grupo educacional - Ensino fundamental - o comportamento das curvas da proporção de desempregados em relação aos jovens de mesma idade e do mesmo grupo educacional segue o esperado segundo discussões feitas anteriormente. Para todas as Regiões Metropolitanas analisadas a proporção de jovens desempregados é menor no final do período analisado em relação ao início deste. As possíveis explicações levantadas para o comportamento da proporção de desempregados pertencentes a essas duas estratificações contemplam tanto a transição demográfica quanto a transição educacional. Uma vez que o grupo de jovens de 15-19 anos tem sua formação temporal em um tempo mais recente em relação aos demais grupos etários e visto o comportamento da fecundidade, espera-se que o volume desses jovens seja reduzido ao longo dos anos. Além disso, com os efeitos da transição educacional, espera-se que a competição tenha crescido nos grupos mais escolarizados, reduzindo, portanto, a pressão competitiva nesse grupo específico.

Os diferenciais de nível, apesar de não ser escopo objetivo dessa dissertação, chamam atenção. Salvador - BA é a Região Metropolitana que apresenta maior nível de desemprego para esse grupo específico ao passo que Belém - PA e Rio de Janeiro - RJ são as Regiões Metropolitanas com menor nível de desemprego. As inclinações também sugerem o ritmo das transições observadas. São Paulo - SP e Curitiba - PR apresentam as maiores declinações na proporção de desempregados e tal comportamento segue o sugerido por Komatsu et al (2017) discutido em seção anterior – intensificação das diferenças educacionais.

Para o grupo de 15-19 anos com escolaridade correspondente ao Ensino Médio observa-se tendência parecida de declínio da proporção de desempregados. Apenas a Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta nível inicial e final próximos. As hipóteses levantadas estão de acordo com aquelas apresentadas para o mesmo grupo etário, porém, com menor escolaridade. O que diferencia esse grupo do grupo anterior é o nível do desemprego. Para todas as Regiões Metropolitanas a proporção de desempregados é maior em relação ao grupo com menor escolaridade. Tal comportamento é condizente com o padrão de inserção jovem no mercado de trabalho<sup>17</sup>. Muitos jovens decidem iniciar sua vida laboral após cumprimento da etapa escolar relativa ao Ensino Médio, logo, é esperado que os níveis de desemprego sejam expressivamente maiores devido ao diferencial de competição, porém, assim como já mencionado, a tendência de competição intra grupo é semelhante a do grupo anteriormente analisado.

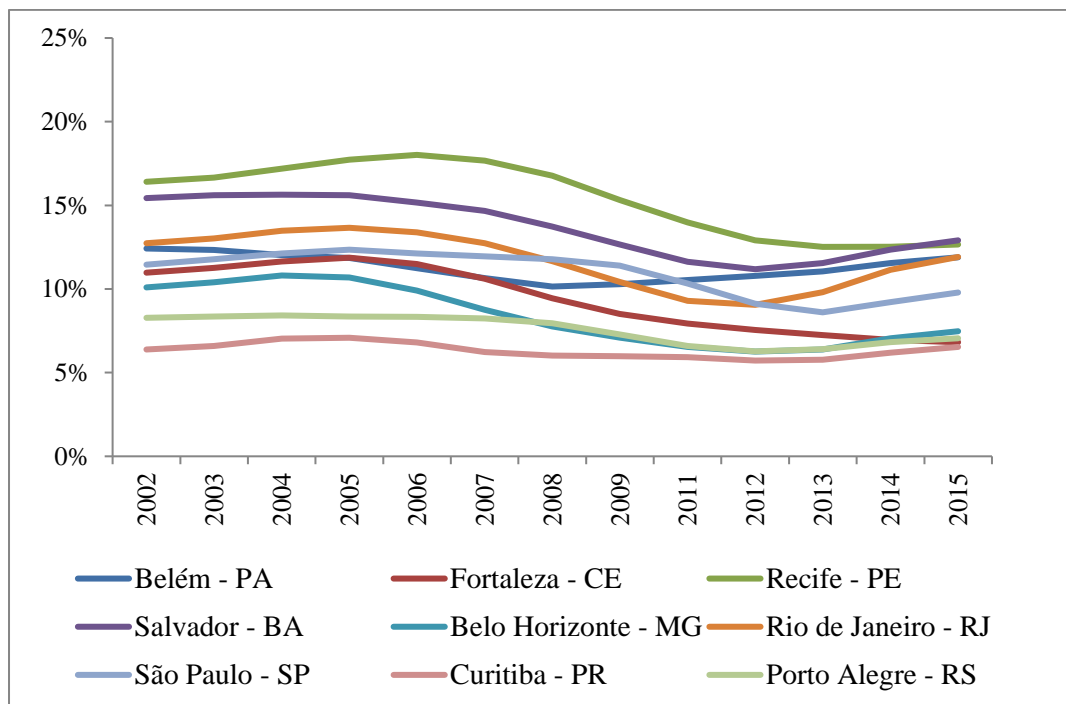
Averiguando as inclinações e excetuando-se Belo Horizonte que apresentou comportamento diferenciado, observa-se que apenas para São Paulo - SP e Curitiba - PR a declinação do grupo de jovens de 15-19 anos com escolaridade correspondente ao Ensino Médio é maior em relação ao mesmo grupo etário, porém com escolaridade compatível com Ensino Fundamental. Tal padrão pode ser justificado pelo maior avanço dessas duas Regiões Metropolitanas na transição educacional, como mostrado na seção anterior. Logo, é esperada uma redução mais brusca na competição do primeiro grupo apresentado devido a redução mais significativa da participação deste na população jovem.

---

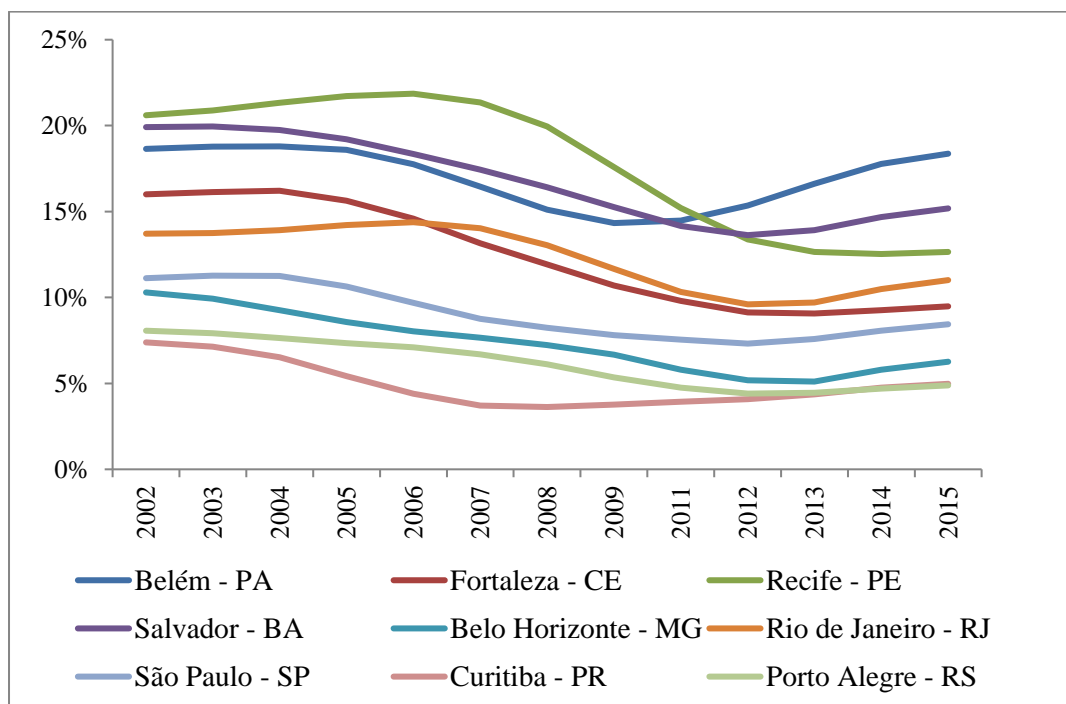
<sup>17</sup> De acordo com Souza et al (2012) a conclusão do Ensino Médio potencializa a obtenção de melhores colocações no mercado de trabalho para os jovens brasileiros. A taxa de retorno dessa etapa ainda é elevada, chegando a 60% de acordo com Tavares e Meneses-Filho (2008).

Gráficos 4.6 - Proporção de jovens (%) de 20-24 anos desempregados segundo 3 estratificações educacionais – 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

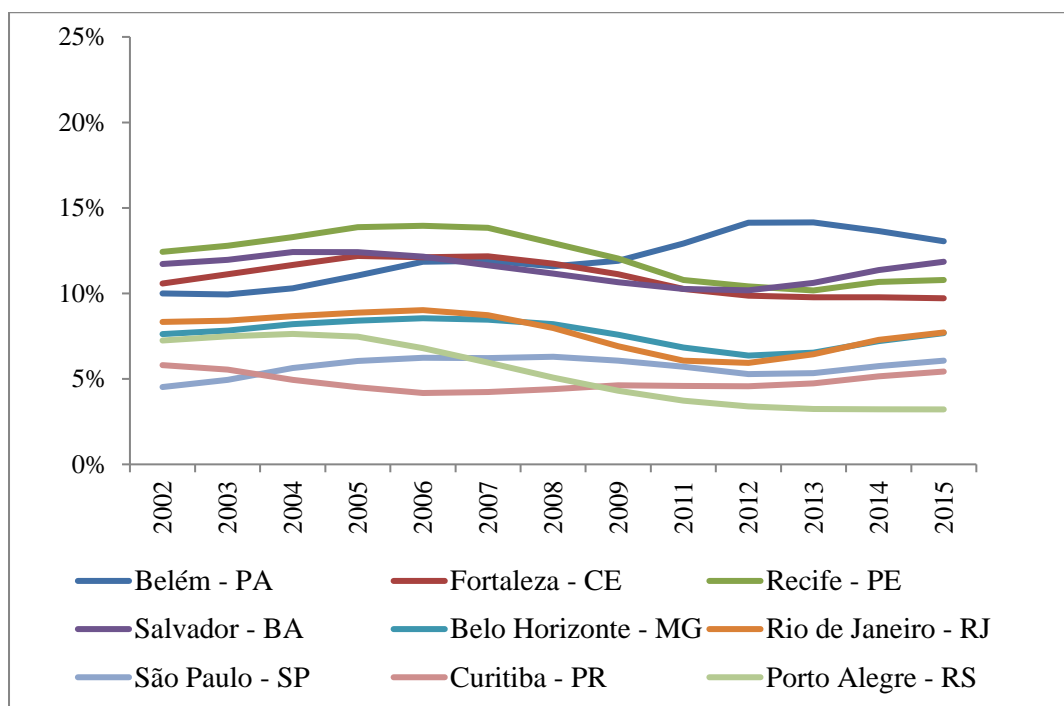
a. Escolaridade 1 – Ensino Fundamental



b. Escolaridade 2 – Ensino Médio



### c. Escolaridade 3 – Ensino Superior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

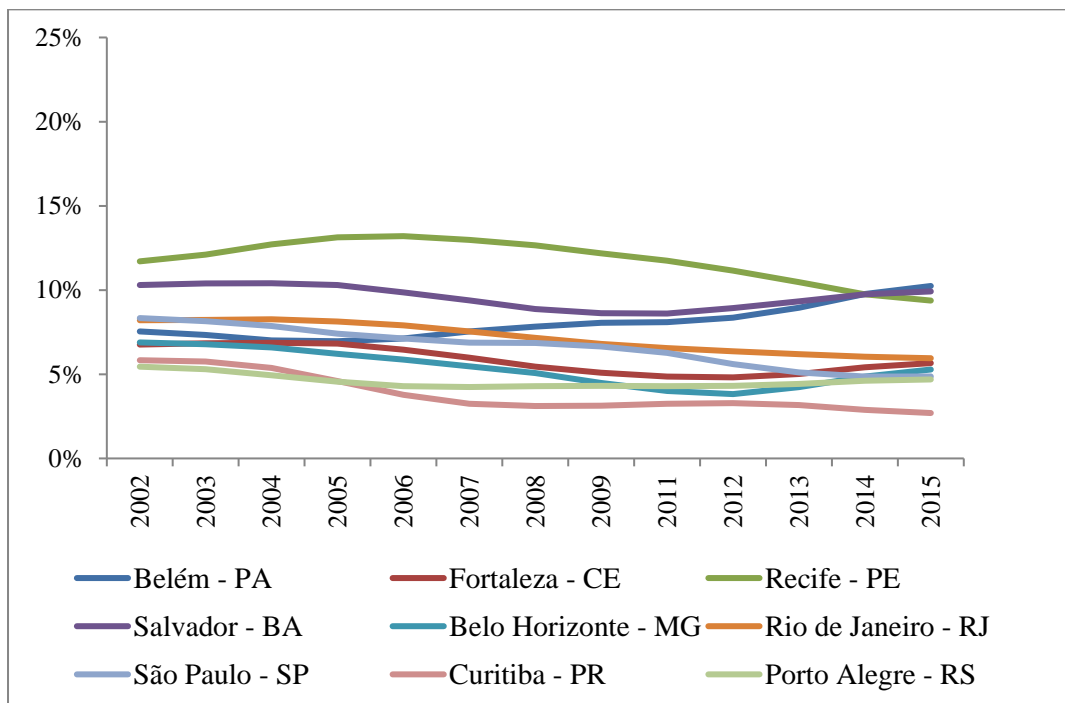
Avançando agora para a análise do segundo grupo etário estratificado observa-se claramente, as tendências esperadas. Enquanto para os dois primeiros grupos educacionais - Ensino Fundamental e Ensino Médio - a proporção de jovens desempregados apresenta declive, o grupo dos mais escolarizados - Ensino Superior - é penalizado com estabilidade, como é o caso de Salvador - BA e Curitiba - PR, ou até mesmo aumento na proporção de desempregados, como é o caso de Belém - PA e São Paulo - SP. Essa observação está de acordo com o apontado por Shavit e Müller (1998) no que diz respeito à externalidade de excesso produzindo resultados negativos ao grupo mais escolarizado.

As diferenças de nível entre os três grupos educacionais correspondem àquela esperada segundo discussão feita. Devido à sinalização positiva que a escolarização exerce no mercado de trabalho é esperado que o nível de desemprego entre os mais escolarizados seja proporcionalmente menor que o nível entre aqueles com menor escolaridade. Além disso, o nível mais alto de desemprego para o segundo grupo educacional estratificado também corresponde com o padrão encontrado na literatura no que diz respeito ao padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho segundo a partir da conclusão do Ensino Médio.

Diferente do observado para o primeiro grupo etário apresentado, o grupo de jovens de 20 a 24 anos nas Regiões Metropolitanas apresentadas indicam uma maior inclinação declinante na proporção de desempregados para o grupo educacional correspondente ao Ensino Médio. Porém, assim como o grupo de 15-19 anos as proporções de desempregados nessa mesma faixa educacional apresentam maior heterogeneidade ao se comparar as Regiões Metropolitanas. Isto é, para aqueles jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental e ao Ensino Superior existe uma maior homogeneidade quanto à proporção de desempregados em relação ao grupo com Ensino Médio. Tendência como estas indicam não apenas diferenciais de estrutura produtiva entre as regiões e, conseqüentemente, diferenciais de necessidade de mão de obra, mas também as diferentes influências das estruturas e conjunturas econômicas atuando na determinação desses diferenciais.

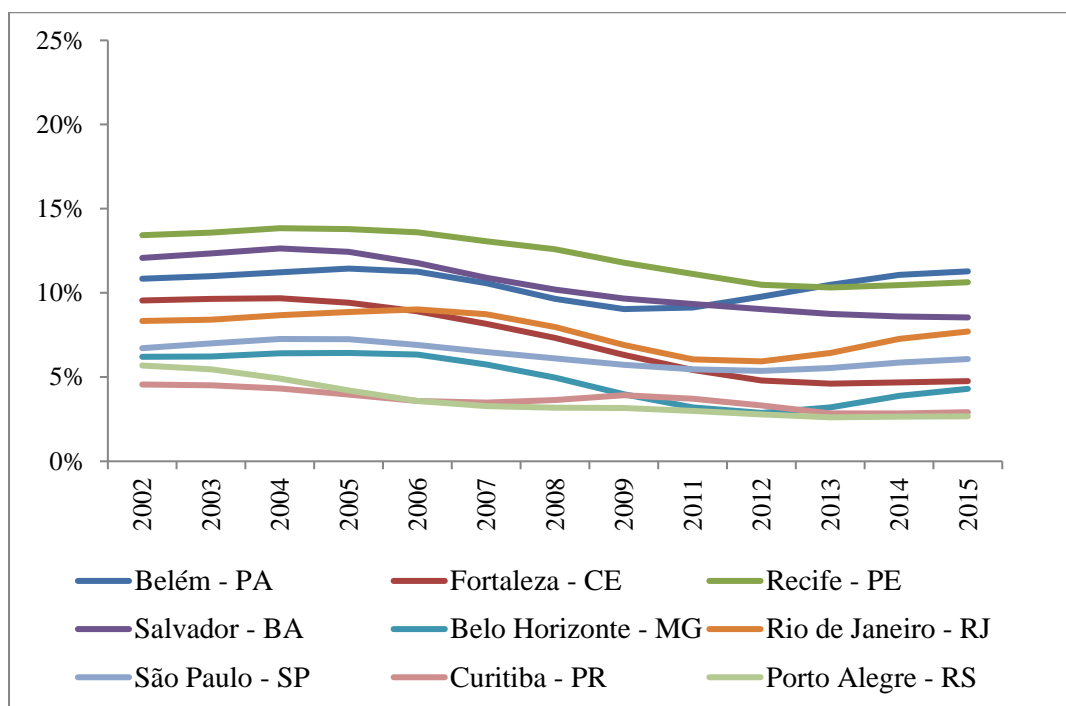
Gráficos 4.7 - Proporção de jovens (%) de 25-29 anos desempregados segundo 3 estratificações educacionais – 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

a. Escolaridade 1 – Ensino Fundamental

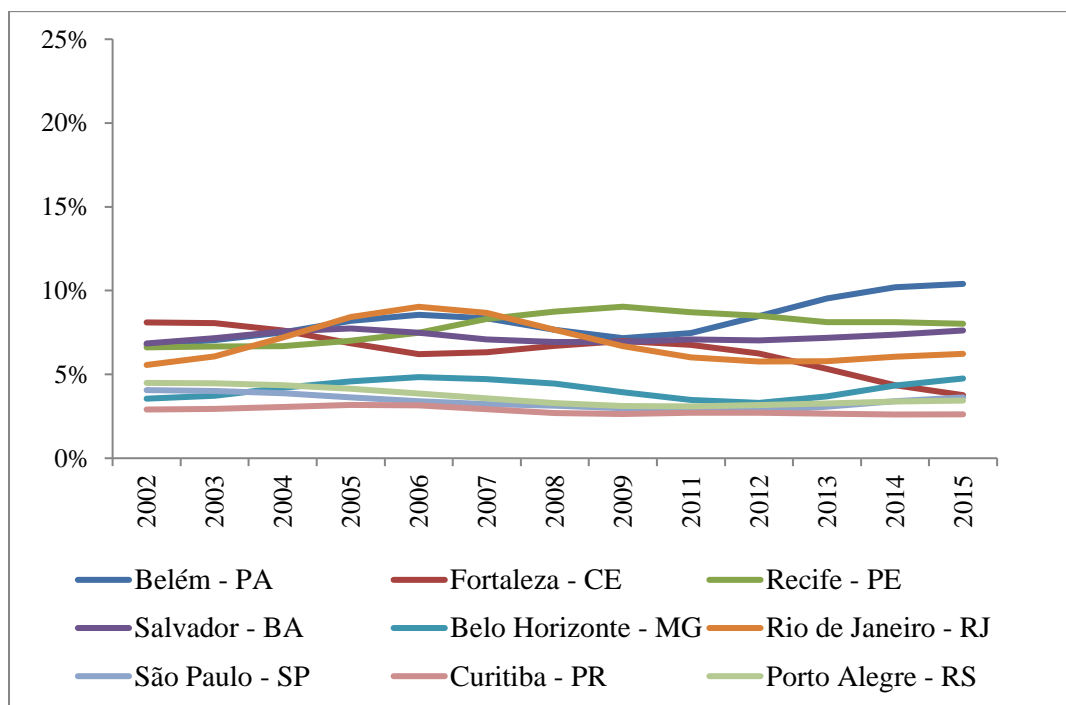




### b. Escolaridade 2 – Ensino Médio



### c. Escolaridade 3 – Ensino Superior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

Para o último grupo etário estratificado as evidências do comportamento diferenciado do desemprego jovem se tornam mais evidente. Para os três grupos educacionais, o nível do desemprego é menor para tal faixa etária, corroborando com a discussão de Freeman (1979) e

evidenciado por Flori (2003) de que o desemprego cai com a idade devido ao tempo de experiência adquirido em outros empregos Assim como apontado na literatura este último grupo etário é definido como um grupo de jovens adultos e, portanto, já capta tendências de comportamento do desemprego adulto em detrimento do desemprego dos mais jovens.<sup>18</sup>

No que diz respeito às tendências esperadas, pode-se dizer que o terceiro grupo etário permanece com as observações feitas quanto aos dois grupos anteriores, porém, com evidências mais visíveis do aumento da competição entre os mais escolarizados. Para o grupo correspondente ao Ensino Superior é possível perceber o aumento ou permanência na proporção de desempregados ao final do período analisado ao passo que para os outros dois grupos educacionais analisados permanece a tendência de queda nessa proporção. Tais resultados indicam que o comportamento das Regiões Metropolitanas Brasileiras segue o padrão de competição apontado por Welch (1979), de aumento de competição para os mais escolarizados, e por Amaral et al (2013) onde os autores apontam que o crescimento da participação de pessoas com Educação superior não só produziram substancial mudança na composição da força de trabalho impactando os indicadores de mercado de trabalho como também se configuram como os maiores impactos observado segundo grupos de escolaridade.

Este grupo etário, no entanto, é aquele onde as quedas nas proporções de desempregados são mais sutis. Ou seja, as inclinações observadas são menores em comparação com os demais grupos etários. Especula-se que grande parte desse comportamento pode ser atribuído à estrutura etária. Assim como o grupo de 15-19 é o grupo mais próximo de sua formação e, logo, é o grupo mais afetado por mudanças nos padrões de fecundidade, o grupo de 25-29 anos é o grupo com maior distância temporal de sua formação. É esperado, portanto uma menor participação do componente da estrutura etária na determinação dessas proporções.

A discussão apresentada nesta seção corrobora tanto com a identificação das transições estudadas no fenômeno do desemprego jovem quanto evidencia as particularidades dos comportamentos por grupos etário, educacionais e por Regiões Metropolitanas. Apesar de alguns padrões serem claros, como o ranking de colocação das Regiões segundo os níveis de desemprego evidenciando a disparidade Nordeste e Sul, outros padrões parecem receber

---

<sup>18</sup> Ver Leighton e Mincer (1979) (tá na flori)

influência de fatores conjunturais e estruturais relativos ao dinamismo do mercado de trabalho local assim como apontado em trabalhos como Shimer (1998) e Korenman e Neumark (2000).

Reconhece-se que o período ao qual essa dissertação se propõe a cobrir foi marcado por diversas mudanças no âmbito econômico e tais mudanças são responsáveis por alterações na dinâmica do mercado de trabalho podendo, portanto, alterar as tendências nas proporções de desempregados. Assim como apresentado na revisão da literatura, alguns trabalhos como o de Jimenemo e Rodriguez-Palenzuela (2002), alegam que alterações estruturais e conjunturais podem mitigar os potenciais efeitos dos ganhos em estrutura etária e educacionais ou até mesmo potencializar a influência das transições.

De acordo com Santos (2008) o Brasil experimentou uma ligeira melhora nos indicadores de mercado de trabalho no início dos anos 2000. Segundo a autora o mercado de trabalho brasileiro presenciou uma recuperação após período de estabilização através da maior formalização do emprego e melhora no posicionamento do estado frente ao cumprimento das leis trabalhistas. Essa recuperação está associada ao período que compreende o período pré anos 2000 onde Ramos (2009) afirma que o mercado de trabalho passou por uma zona de desconforto, associada tanto ao alto desemprego quanto pela baixa participação.

Em um trabalho que analisa os potenciais bônus atribuídos às questões demográficas e a conjuntura econômica do período Alves (2010) destaque que as décadas de 1980 a 2000 foram marcadas por crises econômicas, alta inflação, perda de dinamismo social e agravamento da insegurança fazendo com que o desenvolvimento e a melhoria nas condições de vida fossem limitadas. Logo, o início da década de 2000, escopo dessa dissertação, a economia apresentava baixo dinamismo e crescimento se destacando as condições desfavoráveis ao mercado de trabalho. Todavia, o autor aponta uma melhora gradativa da situação econômica do país a partir de 2004. A partir de adoção de novas políticas econômicas e sociais pode ser observado uma retomada do desenvolvimento econômico acarretando dinamismo ao mercado de trabalho.

Summa (2014) afirma que os anos 2000 foram marcados por uma forte tendência de criação de empregos e, mesmo após a desaceleração do crescimento do país a partir de 2011 e a relativa estabilização em um patamar mais baixo de crescimento do PIB, o mercado de trabalho continuou se comportando de maneira bastante satisfatória. Amitrano (2013) afirma que no período foi possível observar além da criação de empregos formais uma redução na taxa de

desemprego, sobretudo comparada com o início dos anos 2000 e aumento das taxas de participação.

Segundo Baltar (2015) a economia brasileira reativou o mercado de trabalho entre 2004 e 2008 favorecido pelo contexto internacional, especialmente melhorando os termos de troca do comércio externo brasileiro. Porém, a crise mundial alterou o cenário nacional ao passo que interrompeu esse padrão observado aumentando a concorrência internacional, refletindo nos indicadores de mercado de trabalho.

A partir dos dados do SEADE e do IBGE Summa (2014) mostra que 2003 foi o ano auge do processo da queda da taxa de desemprego. Entretanto, mesmo com o acirramento da crise mundial e da queda do desempenho da economia nacional a partir de 2011 o desemprego se manteve em um patamar relativamente baixo durante alguns anos. O autor aponta que a diminuição na redução das taxas de desemprego passou a ser observadas a partir do ano de 2012 e a redução das taxas de participação já passou a serem observada a partir de 2011

Amitrano (2013) afirma que, entre 2003 e 2010, o mercado de trabalho brasileiro apresentou extremo vigor, porém, o biênio 2011-2012 e mesmo o ano de 2013 apresentaram baixas na expansão da atividade econômica do país que foram responsáveis pela redução do dinamismo do mercado de trabalho nacional. Mesmo diante desse reconhecimento o autor aponta que esse baixo crescimento não reverteu a tendência da renda e do emprego que vinham sendo observadas no país. Baltar (2015) afirmou que as Regiões Metropolitanas mantiveram um bom desempenho no mercado de trabalho mesmo diante da inflação observada entre 2011 e 2012, desassociando seu desempenho do contexto internacional que enfrentava uma crise. Porém, reconhece questões como a desaceleração do número de pessoas ocupadas, menor aumento do PIB por pessoa ocupada e redução do crescimento do emprego assalariado, caracterizando um período econômico distinto do observado entre 2003 e 2010.

Diferente das tendências expostas por Baltar (2015) e Amitrano (2013), indicadores de mercado de trabalho disponibilizados pelo IBGE mostram além de um menor ritmo de crescimento dos empregos formais e uma redução do ritmo de queda do desemprego, claros sinais de escassez de mão de obra em determinados setores da economia. Essas observações indicam que os mercados de trabalho nas regiões metropolitanas não mantiveram o dinamismo como observado pelos autores citados. Além disso, em um estudo específico para Minas

Gerais, o Boletim Conjuntural da Fundação João Pinheiro (2015) indicou uma variação negativa de empregos formais para o Estado, retração dos postos de trabalhos que se assemelha à de nível nacional e início de uma trajetória de desemprego crescente.

Além disso, trabalhos como o de Bruno et al (2017), analisando os países da OCDE, indicam haver um impacto positivo das crises financeiras no comportamento do desemprego, em especial do desemprego jovem. Segundo os autores os efeitos de curto e longo prazo das crises no desemprego jovem são significativamente grandes e maiores do que os efeitos no desemprego adulto. Ou seja, mesmo verificando o comportamento positivo do mercado em geral, o desemprego jovem pode responder negativamente a períodos de instabilidade financeira.

Isto posto, pode-se dizer que o período que compreende essa dissertação foi marcado economicamente por uma recuperação – fruto do processo de estabilização da década de 1990 –, um período de crescimento e favorecimento dos indicadores do mercado de trabalho e um período marcado pela crise mundial e pela desaceleração dos padrões de crescimento.

Reconhecendo a influência desses fatores e pautada nos determinantes do desemprego jovem listados por O’Higgins (2001), essa dissertação busca, considerar tais fases econômicas do país como elementos para explicar a variação na proporção de desempregados. Porém, é válido ressaltar que análises relativas à sincronia entre conjuntura econômica e índices de desemprego não são escopo objetivo deste trabalho e por isso, não se configuram como foco de análise e de comprovação empírica.

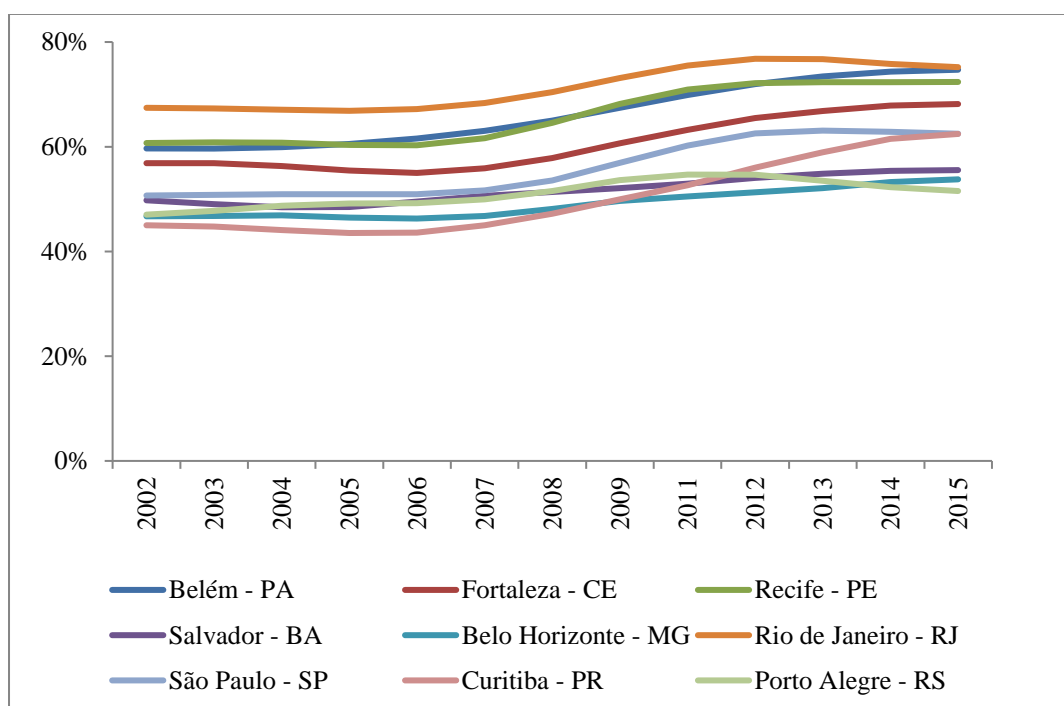
#### 4.1.4 COMPORTAMENTO DA INATIVIDADE JOVEM

Segundo Menezes-Filho (2013), a inatividade entre os jovens tem apresentado significativo crescimento e, assim como apresentado na revisão bibliográfica, suas causas perpassam tanto por questões relativas à transição para a vida adulta quanto pela precariedade do mercado de trabalho. Visto que a inatividade pode ser interpretada como uma alternativa ao mercado de trabalho e seu comportamento apresenta relação com os níveis de desemprego, viu-se a necessidade de analisar as tendências observadas durante o período estudado no que diz respeito à esse fenômeno.

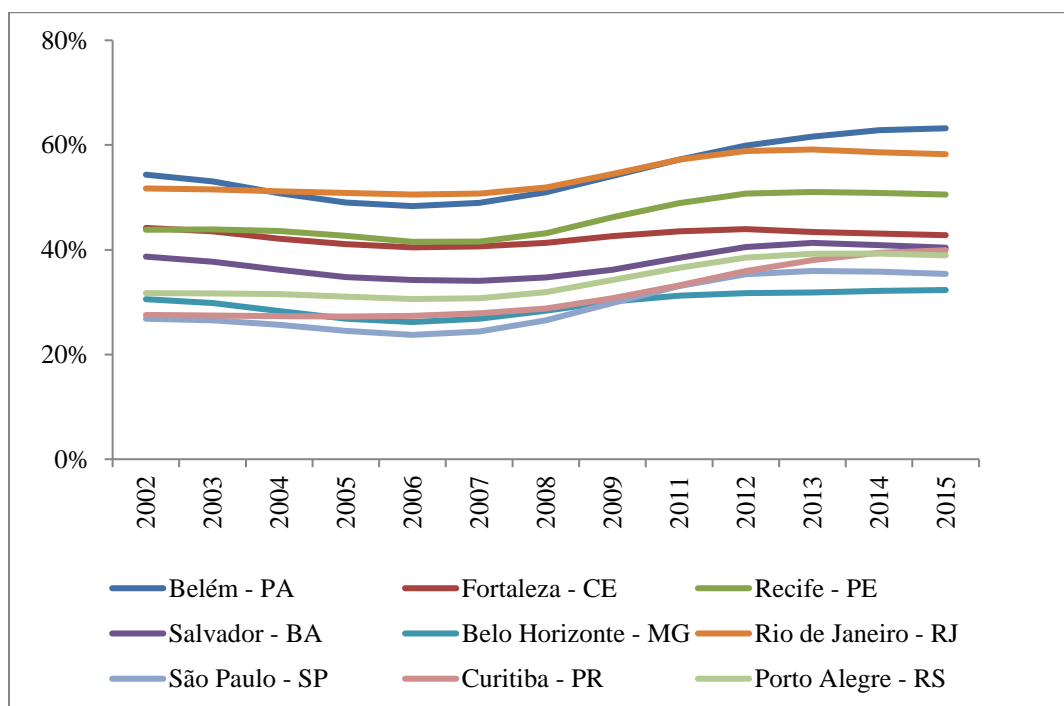
Para tal, células de proporção de inativos foram criadas a partir da mesma lógica de construção das células de desempregados. Os inativos também foram estratificados por grupos etários quinquenais e pelos mesmos três grupos educacionais já listados na seção anterior. Os dados utilizados para a construção dessa matriz de proporção de inativos também são provenientes da PNAD segundo o horizonte temporal que compreende de 2001 até 2015, excetuando-se 2010. A variável “Condição na atividade no ano” permitiu segregar os jovens entre economicamente ativos e não economicamente ativos. Os inativos foram estratificados segundo os grupos e as células serão apresentadas com base nos grupo etários quinquenais assim como a matriz de proporção de desempregados foi apresentada.

Gráficos 4.8 Proporção de jovens (%) de 15-19 anos inativos segundo 2 estratificações educacionais - 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

a. Escolaridade 1 – Ensino Fundamental



## b. Escolaridade 2 – Ensino Médio



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

O conjunto de gráficos 3.5, com a proporção de jovens de 15 a 19 anos em situação de inatividade para as duas primeiras estratificações educacionais, evidencia um comportamento esperado: alta proporção de inativos para esse grupo etário e comportamento crescente da inatividade. As altas proporções de inativos podem estar relacionadas à maior dedicação à qualificação formal vis-à-vis a entrada no mercado de trabalho. Já a característica de crescimento pode estar relacionada com o comportamento do adiamento.

Silva e Kassouf (2001) aponta que o nível de atividade dos jovens está diretamente relacionado à escolaridade e à idade destes. As autoras mostram que com o aumento da idade do jovem aumentam, também, as probabilidades de estes estarem inseridos no mercado de trabalho em detrimento da qualificação formal. Além disso, jovens mais velhos e com baixos níveis de escolaridade encontram dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho devido à alta rotatividade atrelada à sua escolaridade, aumentando significativamente a inatividade destes.

Assim como apresentado por Tomás, Oliveira e Rios-Neto (2008) um dos principais pontos discutidos a cerca da inatividade jovem é o adiamento. Segundo os autores o adiamento da entrada no mercado de trabalho está fortemente associado ao fenômeno de prolongamento da juventude, uma vez que a transição para o mercado de trabalho parece ser uma etapa importante

para a vida adulta. Esse fator também corrobora com a observação de níveis crescentes de inatividade para esse grupo.

Apesar da expressividade do comportamento na inatividade desse grupo etário, é possível notar uma redução significativa do nível das proporções à medida que esse grupo passa do nível educacional correspondente ao Ensino Fundamental até o grupo correspondente ao Ensino Médio. Esse padrão pode ser explicado pelos mesmos fatores que diferenciam o comportamento na proporção de desempregados. Para os jovens brasileiros a entrada no mercado de trabalho tem grande associação com a permanência ou a completude do Ensino Médio, logo, é esperado uma redução significativa na proporção de jovens em situação de inatividade em comparação com aqueles na mesma faixa etária, porém, com nível correspondente ao Ensino Fundamental.

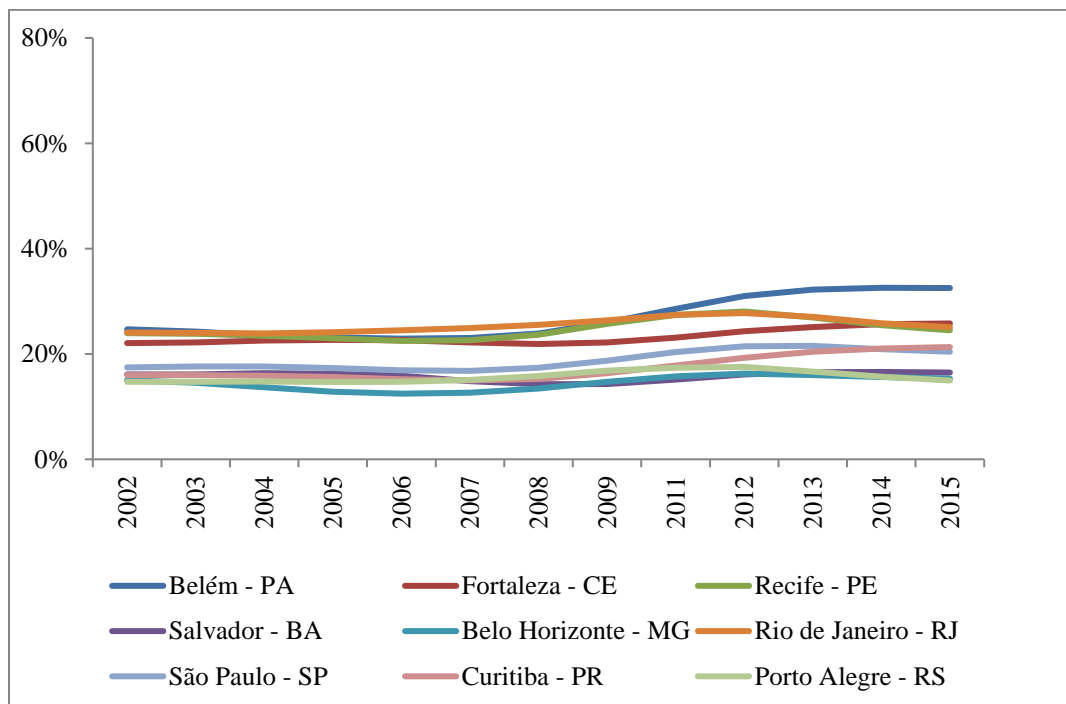
O que se destaca na análise do conjunto de gráficos apresentados, portanto, é a tendência ascendente da proporção de inativos para os dois grupos educacionais. No geral, o grupo de jovens com 15 a 19 anos apresentou uma tendência de aumento da proporção de inativos durante o período que compreende de 2001 até 2015. Tal também tendência corrobora para as especulações levantadas na discussão da literatura e apresentadas por Shavit e Müller (1998) envolvendo tanto o aumento do tempo dedicado à educação formal, que mitiga a entrada dos jovens no mercado de trabalho, quanto à precariedade do mercado que não produz incentivos à entrada neste.

Analisando as inclinações, a proporção de jovens inativos apresentou crescimento mais expressivo para o grupo de Ensino Fundamental em relação ao grupo de Ensino Médio. Cunha, Araújo e Lima (2011) apontam que a partir de 2007 foi observada uma alta probabilidade de desemprego do grupo de aproximadamente seis anos de estudo – correspondente a uma etapa do Ensino Fundamental - o que pode justificar a maior inclinação em direção ao crescimento da inatividade para esse grupo. No que diz respeito à colocação das Regiões Metropolitanas tem-se a reprodução do padrão Norte/Nordeste - Sul/Sudeste com destaque apenas para as altas proporções de inativos observados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

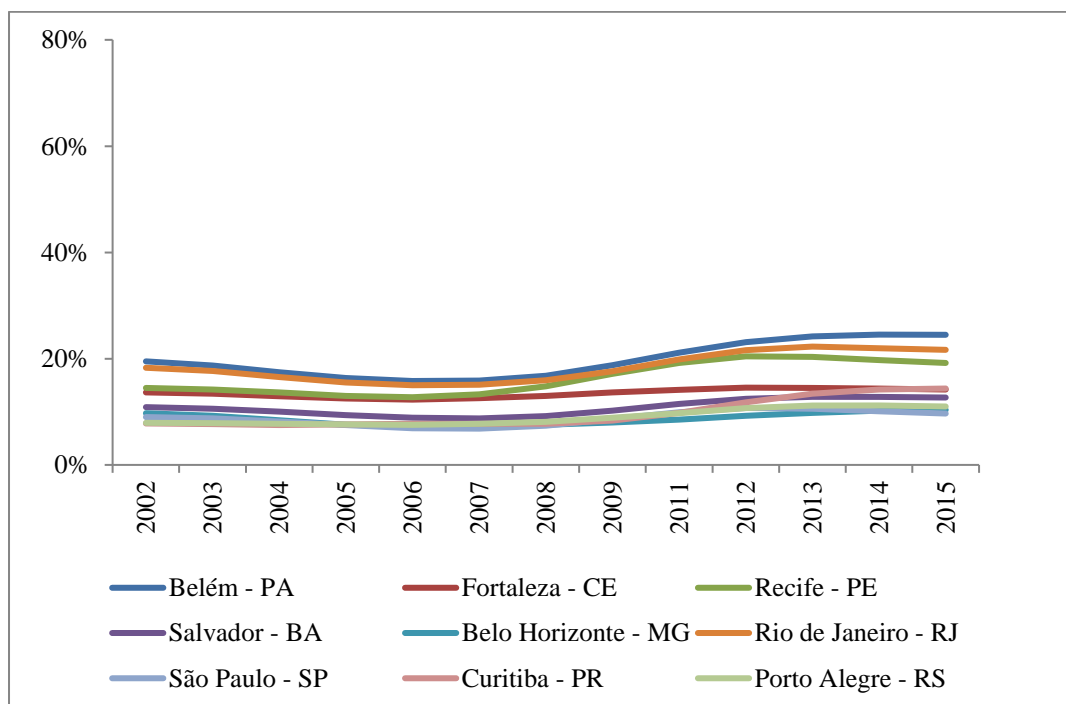


Gráficos 4.9 Proporção de jovens de 20-24 anos inativos segundo 3 estratificações educacionais - 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

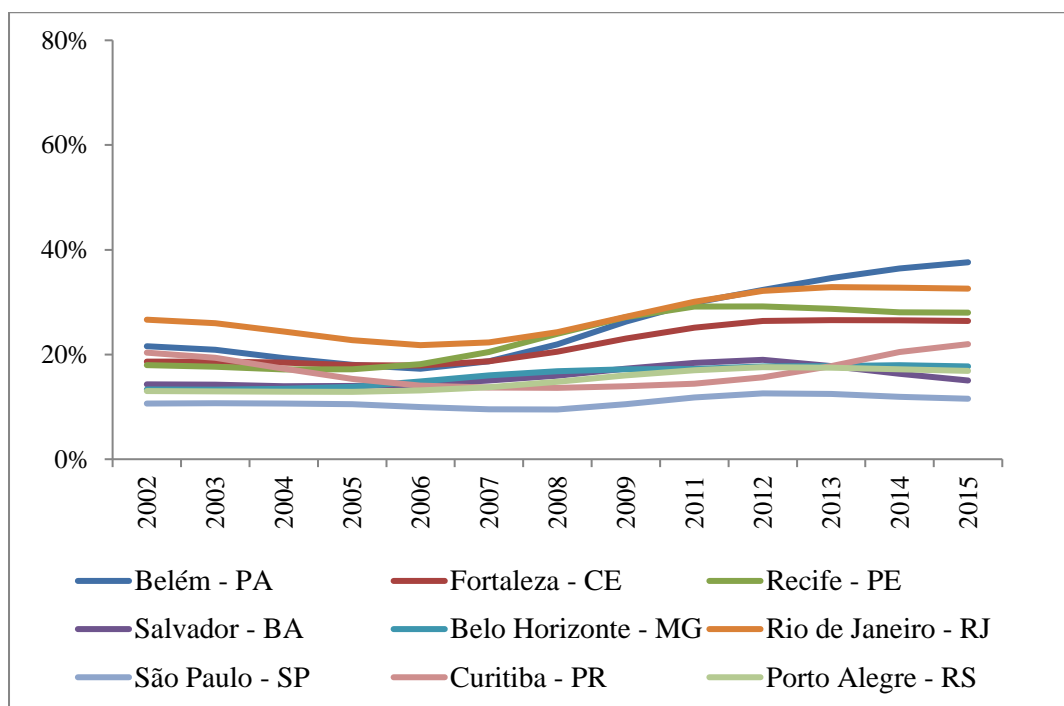
a. Escolaridade 1 – Ensino Fundamental



b. Escolaridade 2 – Ensino Médio



### c. Escolaridade 3 – Ensino Superior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

Para o segundo grupo etário estratificado o que chama atenção é a redução em nível em comparação com o primeiro grupo. Para os jovens entre 20 e 24 anos da idade a proporção destes em situação de inatividade é, consideravelmente, menor em relação àqueles entre 15 e 19 anos. Tal padrão pode ser fruto tanto de uma relação negativa entre investimento em escolarização e idade<sup>19</sup> quanto também da maior inserção ocupacional dos jovens quanto maior a idade.

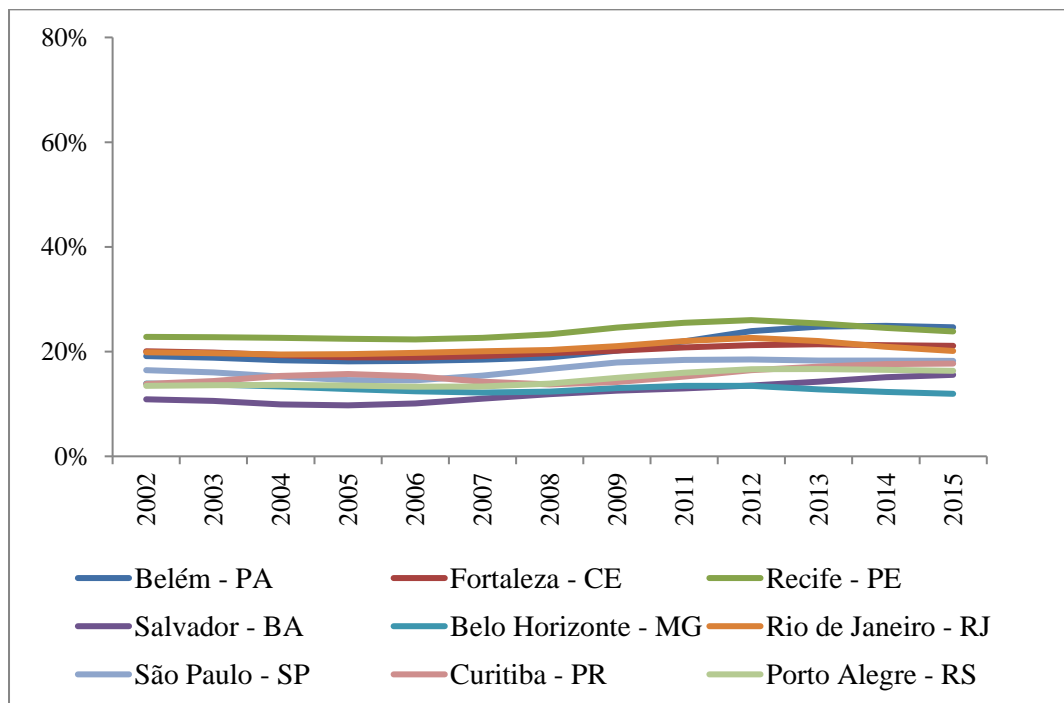
Entretanto, o padrão das curvas de proporção de desempregados segue àquele observado para o grupo etário apresentado anteriormente. É observado um crescimento da proporção de inativos ao longo dos anos podendo sinalizar as duas hipóteses levantadas: adiamento da entrada no mercado de trabalho por precarização ou por investimento em educação. Porém, o expressivo crescimento em inclinação do terceiro grupo educacional, correspondente ao Ensino Superior, fortalece a hipótese do investimento em educação como preditor da inatividade.

<sup>19</sup> Segundo Ferreira, Nogueira Junior e Costa (2010) a probabilidade de frequentar a escola se reduz com a idade. Grupos etários diferentes tendem a ter recursos diferentes para acessar e utilizar produtivamente as oportunidades educacionais. Com o aumento da idade investimentos educacionais futuros passam a não compensar a renda imediata que seu ingresso no mercado de trabalho proporciona e a pressão para o trabalho aumenta à custa do acesso, investimento e manutenção na escola.

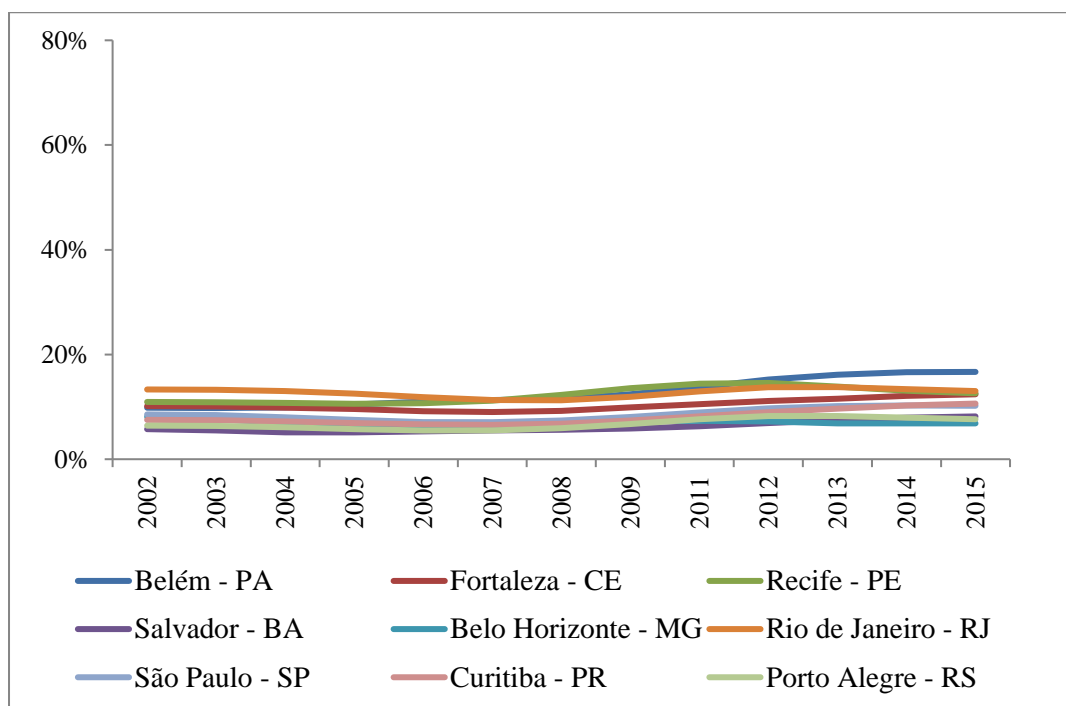
As desigualdades regionais já discutidas anteriormente, no início deste capítulo, também se tornam evidentes nesta seção. As regiões com maiores participações de altamente escolarizados na população jovem adulta e adulta são aquelas onde a proporção de inativos apresenta menor crescimento ao longo dos anos, corroborando para a observação de Silva e Kassouf (2001) de que jovens com baixos níveis de escolaridade encontram maiores dificuldades de conciliação entre estudo e trabalho devido à alta rotatividade atrelada à sua escolaridade, potencializando a verificação da inatividade para esse grupo. Um destaque para as Regiões Metropolitanas de São Paulo - SP e Porto Alegre - RS que apresentam a menor inclinação de mudança na proporção de inativos para os três níveis educacionais estratificados. Em contrapartida, Belém - PA apresenta inclinações positivas significativas e, para o terceiro grupo educacional, se destaca no aumento da proporção de inativos de 20 a 24 anos.

Gráficos 4.10 Proporção de jovens de 25-29 anos inativos segundo 3 estratificações educacionais - 9 Regiões Metropolitanas – 2001 a 2015, exceto 2010.

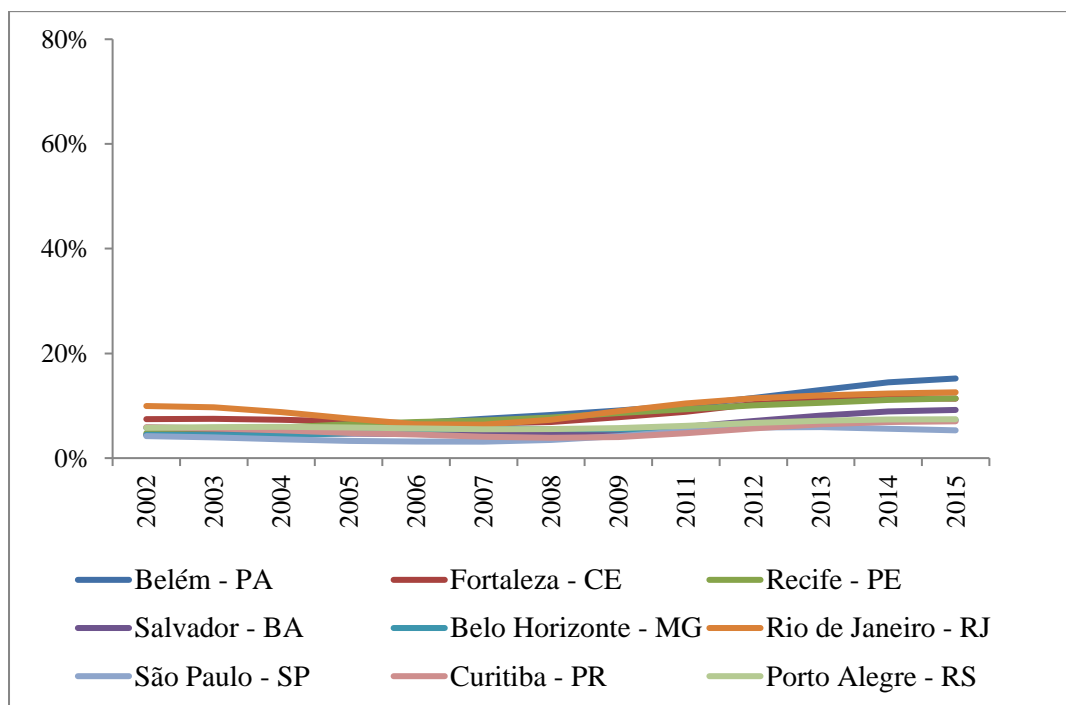
#### Escolaridade 1 – Ensino Fundamental



### Escolaridade 2 – Ensino Médio



### Escolaridade 3 – Ensino Superior



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

O terceiro grupo etário se coloca como aquele com as menores alterações na proporção de inativos ao longo do horizonte temporal analisado, atendendo à literatura que combina inatividade e idade. Para o primeiro grupo educacional, correspondente ao Ensino

Fundamental, é possível observar certa estabilidade com crescimento baixo ou quase imperceptível em algumas Regiões Metropolitanas. Tendo a perspectiva de que investimento em educação reduz quanto mais perto o jovem chega da vida adulta, as oscilações observadas nesse terceiro grupo etário podem se relacionar menos com o investimento em educação e mais com a precariedade e com a sazonalidade econômica das Regiões Metropolitanas.

O terceiro grupo educacional, apesar de evidenciar um crescimento marginal na proporção de inativos, é aquele onde as regiões metropolitanas de Belém - PA, Fortaleza - CE e Salvador - BA esboçam que o crescimento na proporção de altamente escolarizados na população jovem adulta e adulta pode se relacionar com os níveis de inatividade, evidenciando a relação diferenciada entre estratificação educacional e os diferentes comportamentos no mercado de trabalho salientado por Boockmann e Steiner (2000).

Por fim, analisando os três conjuntos de gráficos apresentados, é possível dizer que no que diz respeito ao comportamento da inatividade as nove Regiões Metropolitanas analisadas nesta dissertação seguem as tendências apontadas na literatura. As tendências tanto de aumento da inatividade por razões educacionais quanto por razões conjunturais e estruturais da economia alteram o comportamento do desemprego, fenômeno estudados neste trabalho, ao passo que aumentam ou reduzem a quantidade de jovem em busca de inserção no mercado de trabalho, interferindo diretamente na competição neste. Borjas e Van Ours (2010) salientaram a relação positiva entre a inatividade e os resultados observados para os indicadores de desemprego, apontando, portanto, a necessidade de análise desse fenômeno. Além disso, os comportamentos de inatividade evidenciados nessa seção favorecem especulações sobre a influência da transição educacional concomitante com a transição etária, aumentando a probabilidade de esta transição ter maior influência na alteração do comportamento do mercado de trabalho ao longo dos anos.

## 4.2 DECOMPOSIÇÃO

Este capítulo se dedica à apresentação dos resultados obtidos a partir da aplicação do método de decomposição explicitado no capítulo anterior. A aplicação do método corrobora com as perguntas de pesquisa ao passo que além de esboçar a magnitude dos efeitos das transições no desemprego jovem ainda mostram as possíveis alterações nesses efeitos ao longo da janela temporal estudada segregada aqui em curto e longo prazo. O presente capítulo é subdividido em duas seções, sendo a primeira dedicada à apresentação, discussão e comparação dos resultados da decomposição de curto prazo e a segunda seção segue o mesmo roteiro para a decomposição de longo prazo.

### 4.2.1 DECOMPOSIÇÃO DE CURTO PRAZO

Assim como apresentado no esquema 4.1, para cada nível educacional uma decomposição de curto prazo é feita. Uma vez que essa dissertação se propõe a analisar e comparar o comportamento do desemprego jovem em nove Regiões Metropolitanas do Brasil, a apresentação da decomposição se organiza de modo a permitir tal ação.

Tabelas 4.11 – Decomposição de curto prazo – Escolaridade 1, Ensino Fundamental.

Resultados da decomposição de curto prazo (2001-2005 e 2006-2009) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade 1				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	-12,21	5%	74%	22%
Fortaleza - CE	-16,14	8%	59%	33%
Recife - PE	-16,02	8%	60%	32%
Salvador - BA	-19,00	17%	68%	15%
Belo Horizonte - MG	-21,70	7%	41%	52%
Rio de Janeiro - RJ	-15,79	4%	62%	34%
São Paulo - SP	-98,52	2%	20%	78%
Curitiba - PR	-143,15	0%	10%	90%
Porto Alegre - RS	-14,00	6%	-24%	118%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

A tabela 4.1 mostra os resultados obtidos segundo a decomposição de curto prazo para as nove Regiões Metropolitanas analisadas nessa dissertação segundo o primeiro nível de escolaridade estratificado, correspondente ao Ensino Fundamental. A primeira coluna da tabela indica a diferença na proporção de jovens desempregados em relação aos dois períodos analisados, isto é, o curto prazo e o grupo de referência. Ou seja, é a proporção de jovens desempregados para

tal escolaridade de 2006-2009 menos a proporção de jovens desempregados de 2001-2005. A partir da segunda coluna têm-se os resultados da decomposição da diferença apresentada na primeira coluna, sendo a segunda coluna a porcentagem da diferença atribuída às variações em estrutura etária para os dois períodos temporais, a terceira coluna a porcentagem atribuída às diferenças em estrutura educacional para os dois tempos e a quarta coluna a porcentagem da variação referente aos diferenciais em proporções específicas também para os dois conjuntos de tempo analisados. Todas as tabelas apresentadas neste capítulo seguem a mesma lógica de leitura alterando, somente, as definições temporais quanto ao curto e ao longo prazo.

Assim como apresentado no capítulo de metodologia descritiva, para todas as Regiões Metropolitanas analisadas, a diferença entre o curto prazo e o grupo de referência para esse nível educacional é negativa. Ou seja, no grupo referente ao curto prazo houve uma redução na proporção de jovens de 15 a 29 anos desempregados. Essa diferença, apontada na primeira coluna da tabela 5.1, é significativamente maior para as Regiões Metropolitanas de São Paulo – SP e Curitiba – PR e menor para Belém – PA e Porto Alegre – RS.

Analisando a participação de cada um dos componentes da decomposição na determinação dessa diferença é possível notar o componente correspondente à estrutura educacional apresentando participação significativa para aquelas Regiões Metropolitanas onde os níveis educacionais eram, no início do período analisado, menores. Para Belém – PA a participação do componente correspondente às diferenças educacionais de curto prazo é responsável por 74% da variação observada, enquanto o efeito da estrutura etária responde apenas por 5% dessa diferença. Meneses-Filho (2001) já havia indicado desde então que um movimento característico da escolaridade brasileira é a redução rápida do número de pessoas com escolaridade compatível ao Ensino Fundamental o que corrobora com a significativa participação relativa do componente educacional na determinação das diferenças observadas.

Para todas as Regiões Metropolitanas, exceto Porto Alegre – RS, os três componentes da decomposição atuam a favor das diferenças observadas, ou seja, os três efeitos – estrutura etária, estrutura educacional e proporções específicas – contribuem para a redução de curto prazo da proporção de jovens desempregados. Essas observações tanto endossam as hipóteses levantadas nesta dissertação quanto corroboram com os efeitos encontrados na literatura no que diz respeito à redução da competição no mercado de trabalho para jovens de baixa escolaridade e pertencentes às coortes mais jovens. Os efeitos etários corroboram com a hipótese de relação

entre o *baby bust* e a melhora nos indicadores no mercado de trabalho apresentada por Mincer (1991), os efeitos educacionais corroboram tanto com a hipótese de comportamentos diferenciados segundo distintos níveis educacionais quanto também com os achados de Boockmann e Steiner (2006) que evidenciaram que o boom da educação gerou um excesso relativo de pessoas com alta escolaridade melhorando a situação do mercado de trabalho daqueles com baixa qualificação.

Apenas a Região Metropolitana de Porto Alegre – RS tem, no componente educacional, uma direção contrária daquela apresentada pelas demais regiões analisadas. Uma vez que tal Região Metropolitana está entre aquelas com maiores níveis educacionais no início do período analisado a redução de jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Fundamental pode ser considerada como marginal no curto prazo, tornando os demais efeitos superiores a este quando analisado o curto prazo.

No que diz respeito ao componente estrutural e conjuntural, correspondente aqui às proporções específicas de jovens desempregados, pode-se dizer que este também correspondeu às hipóteses levantadas quanto à consonância entre o desemprego juvenil e a situação econômica das Regiões Metropolitanas. Para todas as regiões as proporções específicas corroboraram com a redução na proporção de desempregados para esse grupo de escolaridade. Análises econômicas para o Brasil como um todo apontam o período, que nessa dissertação corresponde com o período de curto prazo, como um momento favorável economicamente às mudanças na demanda agregada<sup>20</sup>. Assim como apontado por O’Higgins (2001) bons períodos econômicos são benéficos à geração de postos de trabalhos e logo, espera-se uma redução na proporção de desempregados em tais momentos.

O que se torna relevante, portanto, no componente de proporções específicas, é a diferença da sua participação segundo as regiões. Apesar de seguirem a mesma direção efetiva, a porcentagem da diferença atribuída às proporções específicas tem maior peso em São Paulo – SP e Curitiba – PR superando, em magnitude, os efeitos dos demais componentes ao passo que em Porto Alegre – RS o efeito correspondente às mudanças estruturais e conjunturais mais que compensam os efeitos de estrutura etária e educacional. Lemos et al (2001) já haviam salientado para as diferenças regionais quanto à resposta a períodos de crescimento econômico.

---

<sup>20</sup> Ver: Summa (2014) e Amitrano (2013)



Segundo os autores as regiões metropolitanas que integram a rede urbana das Grandes Regiões Sul e Sudeste reforçam suas vantagens comparativas através de amplas possibilidades de consolidação econômica em períodos vantajosos.

Quanto ao componente da estrutura etária as mudanças, apesar de menores, também corroboram para a redução na proporção de desempregados, representando, portanto, uma alteração na lógica de distribuição dos jovens dentro do grupo etário de 15 a 29 anos. Esse fator vai contra ao determinismo de protagonismo da estrutura etária salientado por O'Higgins (2001). Apenas a Região Metropolitana de Curitiba – PR não apresentou efeito para tal componente, o que pode corresponder ao seu estágio comparativamente avançado na transição demográfica que produz mudanças menos bruscas em relação às demais Regiões Metropolitanas. Salvador – BA apresenta tal componente com maior participação na determinação da diferença observada – 17% - seguido de outras duas Regiões Metropolitanas pertencentes à Grande Região do Nordeste, Fortaleza – CE e Recife – PE confirmando a observação de desigualdade regional salientada por Camarano (1996) de que as tendências de queda da fecundidade apresentam uma aceleração significativa na Região Nordeste.

As evidências da sensibilidade do desemprego jovem aos comportamentos regionais – sejam nas transições etárias e educacionais ou no comportamento estrutural da economia – ficam evidentes na comparação entre Curitiba – PR e Porto Alegre – RS. A primeira apresenta a maior diferença na proporção de jovens desempregados no curto prazo enquanto a segunda apresenta a menor variação. Porém, ambas tem maior participação do componente das proporções específicas na determinação dessas diferenças. Já para Salvador – BA e Belo Horizonte – MG, apesar da proximidade na diferença da proporção de jovens desse grupo de escolaridade desempregados, apresentam participação distinta dos determinantes dessa diferença. Para Salvador – BA as diferenças nas estruturas educacionais explicam proporcionalmente mais da queda do desemprego, porém, para Belo Horizonte – MG a maior participação é delegada aos diferenciais nas proporções específicas.

Tabela 4.12 – Decomposição de curto prazo – Escolaridade 2, Ensino Médio .

Resultados da decomposição de curto prazo (2001-2005 e 2006-2009) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade 2				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	2,44	-10%	440%	-330%
Fortaleza - CE	2,10	-22%	544%	-423%
Recife - PE	1,92	-33%	595%	-462%
Salvador - BA	6,76	-4%	180%	-75%
Belo Horizonte - MG	-4,54	21%	-120%	199%
Rio de Janeiro - RJ	9,03	-9%	84%	25%
São Paulo - SP	-2,62	41%	-310%	368%
Curitiba - PR	-8,07	3%	-25%	122%
Porto Alegre - RS	-4,06	18%	-59%	141%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

Avançando para o segundo grupo de escolaridade estratificado, tem-se, representado na tabela 4.2, o seu comportamento de curto prazo. No que diz respeito às diferenças na proporção de jovens desempregados o comportamento desse grupo não é tão uniforme quanto para aqueles pertencentes ao primeiro grupo de escolaridade. Para cinco das nove Regiões Metropolitanas analisadas a diferença de curto prazo é positiva, ou seja, a proporção de jovens desempregados no curto prazo é maior em relação à proporção no grupo de referência. Porém, para outras quatro Regiões Metropolitanas essa diferença é negativa, indicando, portanto, uma redução temporal na proporção de jovens em situação de desemprego.

As Regiões Metropolitanas que representam as Grandes Regiões Norte e Nordeste e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ são aquelas onde a diferença para esse grupo educacional é positiva. Para tais regiões as hipóteses levantadas tanto para a transição etária quanto para a transição educacional são endossadas ao passo que o componente de estrutura etária corrobora para a redução dos níveis de desemprego – evidência da transição etária e consequente redução da competição no grupo de jovens – e o componente educacional caminha para o lado oposto - aumento da proporção de desempregados ao passo de aumenta a competição dentro desse grupo educacional. Para tais, os efeitos de estrutura educacional mais que compensam os efeitos de estrutura etária e de proporções específicas, mesmo que ambos caminhem em direções contrárias. Ou seja, o aumento na proporção de jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Médio nessas regiões aumentou a competição deste grupo à medida que mitigou os efeitos de redução na proporção de desempregados proporcionados pelas diferenças na estrutura etária e na conjuntura econômica. Esse achado corrobora com as

evidências mostradas por Andrade (2010). A autora salienta que a década de 2000 foi marcada pelo aumento significativo de jovens no Ensino Médio.

Para as demais regiões metropolitanas analisadas o efeito sobressalente é o efeito das proporções específicas. Em todos os casos o componente que traduz a situação econômica das Regiões mais que explica os demais componentes, comendo, portanto, qualquer outro efeito observado no curto prazo. Essa observação também apresenta respaldo bibliográfico. Nardone (1987) já havia levantado a possibilidade de os efeitos estruturais da economia superarem efeitos educacionais e Jimenemo e Rodriguez-Palenzuela (2002) evidenciaram que alterações econômicas podem ser as responsáveis pela melhora dos indicadores de mercado de trabalho.

Apesar de, em saldo, a diferença ser negativa – reduzindo a proporção de desempregados em comparação com o grupo de referência – os efeitos esperados para as transições estudadas são evidentes. Com os coeficientes da decomposição positivos para os efeitos de estrutura etária é possível dizer que esse componente contribuiu para reduzir a competição de longo prazo do grupo de jovens de 15 a 29 anos ao passo que alterou a participação de cada grupo quinquenal pertencente a esse grupo de jovens. Ou seja, mesmo que os efeitos de estrutura etária tenham sido mitigados pelos diferenciais em proporções específicas, pode-se indicar a evidência da transição etária operando a favor dos indicadores de mercado de trabalho.

No caso do componente correspondente à estrutura educacional este, também, corresponde ao esperado segundo apontado na revisão da literatura à medida que esse componente caminha em sentido contrário às diferenças negativas observadas no curto prazo. Isto é, os efeitos de estrutura educacional, isoladamente, proporcionariam um aumento na proporção de jovens desempregados, correspondendo a um aumento de competição desse grupo educacional com a maior participação dele em relação à população de 15 a 29 anos. Porém, assim como os efeitos de estrutura etária essa componente tem efeito atenuado devido à significativa participação do componente das proporções específicas.

Regionalmente, os resultados da decomposição apresentado na tabela 4.2 evidenciam as disparidades na determinação do desemprego. Apesar de todas as Regiões Metropolitanas analisadas sugerirem o comportamento esperando tanto para o componente etário quanto para o componente educacional o que, de fato, determinou o sinal matemático das diferenças entre as proporções de desempregados no curto prazo e no grupo de referência foi à intensidade da

transição educacional e do comportamento das proporções específicas. Salvo o caso particular da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ pode-se notar um padrão nos dois grupos formados nessa decomposição. Enquanto para as regiões pertencentes ao Norte e Nordeste os efeitos relativos às mudanças na composição etária se destacam na determinação positiva da diferença na proporção de desempregados, os estados pertencentes ao Sul e Sudeste apresentam no comportamento estrutural e conjuntural a maior participação. Essa observação reforça tanto o aumento das vantagens comparativas das Regiões Metropolitanas pertencentes ao Sul e Sudeste em períodos de expansão econômica apontado por Lemos et al (2001) quanto a hipótese de desigualdade da distribuição da educação levantada por Medeiros e Oliveira (2014). Os autores apontam que as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores níveis de desigualdades educacionais internas, ou seja, onde o gap educacional é maior, logo, uma elevação nos níveis educacionais na base da distribuição educacional seria significativamente mais expressiva em comparação com as demais Grandes Regiões do país.

Tabela 4.13 – Decomposição de curto prazo – Escolaridade 3, Ensino Superior.

Resultados da decomposição de curto prazo (2001-2005 e 2006-2009) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade 3				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	4,39	-1%	65%	36%
Fortaleza - CE	3,68	-2%	81%	21%
Recife - PE	4,13	-2%	80%	23%
Salvador - BA	2,82	-2%	126%	-23%
Belo Horizonte - MG	3,97	-3%	87%	16%
Rio de Janeiro - RJ	5,29	-2%	89%	13%
São Paulo - SP	2,14	-3%	45%	58%
Curitiba - PR	-1,33	1%	-172%	272%
Porto Alegre - RS	0,05	-142%	3043%	-2801%

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD. 2001 a 2015, exceto 2010.

A decomposição do terceiro grupo de escolaridade, apresentado na tabela 4.3, já apresenta resultados mais uniformes conforme as Regiões Metropolitanas porém, com comportamentos esperados bem marcados. Excetuando a Região Metropolitana de Curitiba – PR, todas as demais regiões apresentaram uma diferença positiva entre o curto prazo e o grupo de referência, indicando, portanto, um aumento na proporção de jovens de 15 a 29 anos em situação de desemprego. Freeman (1976) já havia mostrado que o grupo de escolaridade que mais penalizado pelos efeitos de aumento de competição no mercado de trabalho é o grupo correspondente ao Ensino Superior e Brito (2017) mostrou que no decênio 2000-2010 o Brasil apresentou um aumento na oferta de vagas em instituições de terceiro grau puxado pelo

crescimento do volume de pessoas elegíveis à entrada no ensino superior, reforçando a natureza dos resultados dessa decomposição.

Assim como indicado tanto na seção descritiva dessa dissertação quanto na definição metodológica e apresentação da intensidade das transições estudadas, nas Regiões Metropolitanas analisadas, o *boom* da educação permitiu um significativo crescimento relativo do grupo de jovens com escolaridade competível com alguma etapa do Ensino Superior. Dessa forma, tendo como guia os diferenciais em competição, o aumento de jovens pertencentes a esse grupo de escolaridade estaria, diretamente, relacionado com a maior dificuldade destes de absorção no mercado de trabalho. É válido ressaltar que, apesar de esta dissertação se propor a estudar os determinantes do desemprego juvenil, uma série de fatores responsáveis, diretamente, por essa determinação não foram discriminados à ponto de se configurarem como um componente da decomposição. A exemplo, a literatura aponta a disponibilidade de postos de trabalho como um dos fatores determinantes dos altos níveis de desemprego jovem observados nas populações. Na limitação e impossibilidade de inclusão de um componente de absorção estratificado por níveis etários e de escolaridade, esse comportamento integra, teoricamente, as diferenças nas proporções específicas representada na quarta coluna das tabelas apresentadas. Porém, é necessário se ter em mente a influência desse fatores, assim como demais outros fatores discutidos na revisão da literatura como discriminação, na interpretação do potencial dos efeitos.

Mais uma vez o componente que atribui participação dos diferenciais de estrutura etária contribui para as evidências dessa transição ao passo que, para todas as Regiões Metropolitanas analisadas, excetuando-se Curitiba – PR, esse componente contribuiria para a redução da proporção de desempregados nesse grupo de escolaridade. E, assim como os demais resultados já apresentados, o componente sobressalente na determinação da diferença de curto prazo observada se divide entre estrutura educacional e proporções específicas, seguindo a lógica regional já analisada para decomposições anteriores.

Apesar dos efeitos em estrutura educacional contribuírem para a diferença positiva observada, indicando, portanto, o aumento da competição dentro desse grupo de escolaridade, as características desse componente variam segundo as regiões analisadas. Para o caso específico das Regiões Metropolitanas de Salvador – BA e Porto Alegre - RS os efeitos em escolaridade mais que compensam os efeitos negativos de estrutura etária e de proporções específicas. Ou

seja, mesmo que estes dois últimos componentes atuem de modo a reduzir a proporção de desempregados no curto prazo, os efeitos de aumento de participação do grupo com escolaridade compatível às etapas do Ensino Superior, acaba por determinar, significativamente, o aumento da proporção de desempregados observada. Já para as Regiões Metropolitanas de Belém – PA, Fortaleza – CE, Recife – PE, Belo Horizonte - MG e Rio de Janeiro – RJ as diferenças em estrutura educacional apresentam grande participação na diferença de jovens em situação de desemprego variando de 65% a 89%, porém, tais efeitos não superam, em magnitude, os efeitos provenientes dos demais fatores, como é o caso de Salvador – BA.

Excetuando-se Salvador – BA e Porto Alegre – RS nota-se que, os diferenciais em proporções específicas atuam de modo favorável ao aumento na proporção de curto prazo de jovens desempregados. Tal efeito, assim como discutido anteriormente, pode ser atribuído à disponibilidade de postos de trabalhos, absorção desse grupo específicos de escolaridade segundo as estruturas produtivas de cada Região Metropolitana ou discriminação idade-escolaridade. Amadeo (2006) ressalta que as análises de desemprego devem envolver o funcionamento dos ambientes sociais e das instituições que os regem podendo esse fator responder a grande parte da variação do desemprego entre as regiões. São Paulo – SP é a única Região Metropolitana com diferencial positivo a apresentar no componente de proporções específicas a maior participação na determinação do desemprego assim como os resultados apresentados por Jimeno Rodriguez-Palenzuela (2002), isto é, a Região Metropolitana de São Paulo apresenta comportamento distinto ao apresentar diferenciais de estrutura e conjuntura econômica favoráveis ao aumento na proporção de jovens desempregados no curto prazo. É válido ressaltar portanto, que apesar da maior participação das proporções específicas na determinação dos diferenciais de desemprego a Região Metropolitana de São Paulo também apresenta expressiva participação dos diferenciais regionais na determinação. Já o caso de Curitiba – PR, onde a diferença na proporção de jovens em situação de desemprego decaiu no curto prazo, são os diferenciais em proporções específicas que definem essa redução, sendo esse componente responsável por explicar 272% da diferença observada. Ou seja, apesar de seguir a tendências esperadas no que diz respeito aos componentes estários e educacionais, favorecendo as evidências de transições, o efeito das proporções específicas mais que explicam as demais variações.

## 4.2.2 DECOMPOSIÇÃO DE LONGO PRAZO

Nessa seção serão apresentados os resultados da decomposição de longo prazo das proporções de jovens desempregados para as nove Regiões Metropolitanas estudadas nessa dissertação. A decomposição de longo prazo se diferencia da decomposição de curto prazo apenas no que diz respeito ao horizonte temporal. No longo prazo, a diferença produzida para a proporção de jovens desempregados será de 2011-2015 e o grupo de referência, 2001-2005. Objetiva-se com essa análise verificar se os determinantes do desemprego juvenil alteraram sua participação relativa frente tanto ao avanço das transições etária e educacionais quanto da mudança do ambiente econômico observada para o período correspondente ao longo prazo. Assim como para a decomposição de curto prazo, os resultados de longo prazo foram produzidos segundo as estratificações educacionais já apresentadas e com a mesma divisão dos componentes.

Tabela 4.14 – Decomposição de longo prazo – Escolaridade 1, Ensino Fundamental.

Resultados da decomposição de longo prazo (2001-2005 e 2011-2015) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	-17,04	1%	106%	-7%
Fortaleza - CE	-32,32	3%	42%	55%
Recife - PE	-31,56	1%	44%	55%
Salvador - BA	-26,12	1%	68%	30%
Belo Horizonte - MG	-29,58	1%	37%	62%
Rio de Janeiro - RJ	-25,24	-1%	47%	54%
São Paulo - SP	-114,92	0%	24%	75%
Curitiba - PR	-149,14	-1%	14%	86%
Porto Alegre - RS	-21,26	-1%	2%	99%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

A tabela 4.4 traz os resultados obtidos a partir da aplicação do método de decomposição de longo prazo para os jovens pertencentes ao primeiro grupo de escolaridade estratificado, correspondente ao Ensino Fundamental. Assim como esperado e apresentado previamente na análise descritiva dessa dissertação, a proporção de jovens desempregados desse grupo de anos de estudo se reduziu no longo prazo. Os resultados de curto prazo, apresentados na tabela 5.1, já indicavam a tendência do comportamento desse grupo e as diferenças de longo prazo confirmam a tendência de redução de competição favorável a este.

Os efeitos observados quanto às diferenças nas estruturas etárias chamam atenção à medida que, para três das nove Regiões Metropolitanas, esse componente opera em tendência contrária

à esperada. Ou seja, a estrutura etária, isoladamente, contribuiria para o aumento na proporção de desempregados a longo prazo desse grupo de escolaridade. A explicação para esse efeito é dada segundo a análise dos insumos utilizados para a aplicação do método. Para as três Regiões Metropolitanas onde a estrutura etária apresentou tal comportamento – Rio de Janeiro – RJ, Curitiba – PR e Porto Alegre – RS - foi verificado o aumento da participação de jovens de 15 a 19 anos de idade em relação à participação desse mesmo grupo quinquenal no grupo de referência (2001 – 2005). Esse aumento de longo prazo não indica, necessariamente, uma reversão nas tendências de transição demográficas dessas regiões. Uma vez que o número de jovens é produto da interação entre os níveis de fecundidade e o número de mulheres em idade reprodutiva no momento de nascimento da coorte de jovens esse ligeiro aumento pode simbolizar um crescimento do número de mulheres de tal idade. Além disso, como essa dissertação não analisa o tamanho da coorte de nascimento dos jovens e sim o tamanho desta no momento que configura a entrada no mercado de trabalho esse aumento pode estar relacionado à existência de fluxos migratórios em direção a tais Regiões Metropolitanas. Para as demais regiões os diferenciais em estrutura etária permanecem favorecendo a redução da proporção de jovens desempregados, assim como verificado também na análise de curto prazo.

Para o comportamento do componente de estrutura educacional tem-se que, para todas as Regiões Metropolitanas, este proporciona - e no caso da Região Metropolitana de Belém – PA proporciona e também determina - a redução na proporção de desempregados. Assim como já analisando na decomposição de curto prazo, o comportamento desse componente reforça a verificação e permanência da transição educacional para as regiões analisadas ao passo que para as duas diferenças temporais – curto e longo prazo - os efeitos educacionais para esse grupo de escolaridade permanecem seguindo às proposições apresentadas na literatura. Em comparação com o curto prazo a contribuição educacional na determinação da diferença entre a proporção de jovens desempregados se reduz para a maioria das regiões metropolitanas. Uma vez que a metodologia de decomposição não permite uma comparação tão apurada ao ponto de indicar, necessariamente, uma redução na velocidade da transição educacional, as inclinações apresentadas no conjunto de gráficos 3.1 já mostram uma queda destas nas curvas “participação dos mais escolarizados” podendo, portanto, ser um indício dessa redução.

Excetuando-se a Região Metropolitana de Belém – PA, as demais regiões apresentam o efeito das proporções específicas beneficiando a queda na proporção de desempregados de longo prazo. Essa observação corrobora com o apontado por Amitrano (2013) que alega a



manutenção tendência da renda e do emprego que vinham sendo observada no país no quinquênio anterior mesmo com redução do dinamismo econômico do nacional<sup>21</sup>. Exceto para Salvador – BA esse componente é aquele que responde, proporcionalmente, à maior participação na determinação da diferença negativa entre as proporções observadas. Apesar de tal componente englobar diversos fatores muitas vezes não observados no mercado de trabalho é possível sugerir, pela limitada análise da magnitude dos componentes de curto e longo prazo, uma melhora nos determinantes econômicos que absorvem esse grupo de escolaridade, como por exemplo, a estrutura produtiva das regiões e crescimento potencial da demanda agregada, indo em direção contrária aos resultados esperados para o longo prazo e sua relação com o contexto econômico do período.

Tabela 4.15 – Decomposição de longo prazo – Escolaridade 2, Ensino Médio.

Resultados da decomposição de longo prazo (2001-2005 e 2011-2015) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	12,57	-9%	157%	-48%
Fortaleza - CE	-10,45	8%	-144%	236%
Recife - PE	-10,50	9%	-143%	234%
Salvador - BA	-4,45	37%	-309%	372%
Belo Horizonte - MG	-9,77	5%	-61%	157%
Rio de Janeiro - RJ	-7,05	9%	-120%	211%
São Paulo - SP	-10,25	8%	-88%	180%
Curitiba - PR	-8,78	0%	-31%	131%
Porto Alegre - RS	-11,23	2%	-28%	126%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

Diferente da decomposição de curto prazo para esse mesmo grupo educacional a decomposição de longo prazo apresentada na tabela 4.5 apresenta maior uniformidade quanto às Regiões Metropolitanas. Essa uniformidade pode ser observada tanto no sentido das diferenças encontradas quando na magnitude dessas. Exceto para Belém – PA, a diferença obtida através da aplicação do método indica uma redução na proporção de desempregados, ou seja, em relação ao grupo de referência, a proporção de jovens de 15 a 29 anos com escolaridade correspondente ao Ensino Médio é menor no longo prazo.

<sup>21</sup> Santos e Gimenez (2015) Também afirma aqui o crescimento econômico entre 2004 e 2012, apresentou evidentes efeitos positivos sobre o mercado de trabalho e sobre a estrutura social brasileira ampliando os espaços de inserção laboral dos jovens. Não somente os espaços foram ampliados, como a qualidade dos postos de trabalho oferecidos evoluiu positivamente, em razão da melhoria geral da estrutura de emprego e de renda.

Para esse grupo a proporção da diferença atribuída à estrutura etária corrobora com os resultados esperado para essa componente, com a diferença da distribuição etária da população jovem corroborando para a redução na proporção de desempregados para todas as Regiões Metropolitanas analisadas. A região de Salvador – BA permanece como aquela onde os diferenciais etários apresentam maior participação relativa na determinação da diferença de longo prazo, ao passo que Curitiba – PR também permanece como a Região Metropolitana onde tal componente apresenta os menores efeitos.

Os efeitos educacionais, mais uma vez corroboram para a elevação na proporção de desempregados no longo prazo. Porém, nesse caso e exceto para Belém - PA, as proporções específicas mais que explicam a diferença observada entre as proporções de desempregados. Enquanto no curto prazo as proporções das diferenças atribuídas à estrutura educacional para grande parte das Regiões Metropolitanas apresentaram maior participação, no longo prazo os efeitos dos diferenciais em educação são mitigados pelo comportamento estrutural e conjuntural das economias analisadas. Ou seja, apesar de a estrutura educacional indicar que o comportamento esperado para essa diferença era de aumento e apresentar participação relativa significativa, os efeitos das proporções específicas, atuando a favor da redução do desemprego, superam os efeitos educacionais. Mais uma vez, o comportamento dos diferenciais em estrutura etária foi atenuado, em grande proporção, pelos demais componentes. Porém, cabe ressaltar o sentido desse componente favorável à redução da proporção de jovens desempregados.

Percebe-se que os diferenciais regionais não são tão visíveis no longo prazo quando comparados com o curto prazo. Tal fenômeno não indica, impreterivelmente, uma uniformização da determinação do desemprego juvenil entre as regiões e também, não faz alusão a um possível nível convergência entre as regiões. Porém, tal comportamento reforça o poder de determinação das duas transições estudadas, ao passo que ambas seguem a mesma tendência para as duas divisões temporais utilizadas. Ou seja, o comportamento de longo prazo garante que a tendência observada no curto prazo para as transições estudadas tem característica de permanência nas regiões estudadas.

Tabela 4.16 – Decomposição de longo prazo – Escolaridade 3, Ensino Superior.

Resultados da decomposição de longo prazo (2001-2005 e 2011-2015) da proporção de jovens desempregados - Escolaridade				
	Diferença na proporção de jovens desempregados (.1000)	Proporção da diferença atribuída à estrutura etária (%)	Proporção da diferença atribuída à estrutura educacional (%)	Proporção da diferença atribuída às proporções específicas (%)
Belém - PA	14,07	0%	59%	41%
Fortaleza - CE	2,64	-4%	197%	-93%
Recife - PE	8,97	-1%	94%	6%
Salvador - BA	7,12	-2%	107%	-5%
Belo Horizonte - MG	4,55	-2%	122%	-20%
Rio de Janeiro - RJ	2,43	-2%	229%	-127%
São Paulo - SP	3,27	-2%	98%	4%
Curitiba - PR	0,86	-2%	470%	-369%
Porto Alegre - RS	-0,86	-3%	-313%	416%

Fonte: PNAD (2001 a 2015, exceto 2010)

Por fim, a última etapa da decomposição consiste na diferença de longo prazo entre os jovens de 15 a 29 anos com escolaridade correspondente ao Ensino Superior. Para essa estratificação apenas a Região Metropolitana de Porto Alegre - RS não apresenta diferença positiva entre o grupo de longo prazo e o grupo de referência. Assim como já analisado para a decomposição de curto prazo, era esperado um aumento na proporção de jovens em situação de desemprego uma vez que os indicadores descritivos apresentados nessa dissertação mostram um claro aumento da competição nesse grupo.

Mais uma vez as proporções das diferenças atribuídas aos diferenciais em estrutura etária corroboraram para uma queda potencial na proporção de jovens desempregados. Porém, assim como observado nas demais decomposições apresentadas os efeitos de estrutura etária são amplamente mitigados pelos demais comportamentos retratados na decomposição, tornando-os, portanto, insuficientes no potencial queda na proporção de desempregados e indo contra o protagonismo de determinação levantado por O'Higgins (2001).

Diferente do comportamento observado para o grupo de escolaridade correspondente ao Ensino Médio pode-se notar, para o terceiro grupo de escolaridade no longo prazo, uma maior heterogeneidade das diferenças obtidas em relação ao curto prazo. Isto é, as diferenças apresentadas no longo prazo apresentam maior *gap* variando de 0,86 para Curitiba - PR até 14,07 para a Região Metropolitana de Belém – PA. No curto prazo a variação correspondia de 0,05 para Porto Alegre - RS até 4,39 em Belém – PA. Ao analisar a participação relativa dos componentes na determinação da diferença de longo prazo é possível perceber que, para tal nível de escolaridade, as diferenças em estrutura etária são aquelas que, de fato, determinam o

comportamento do diferencial na proporção de jovens desempregados. Ou seja, comparando os resultados da tabela 4.6 com os resultados das tabelas 4.4 e 4.5 (correspondentes também a decomposição de longo prazo) tem-se que, apenas para esse nível de escolaridade os efeitos de estrutura educacional superam os demais efeitos, evidências do aumento significativo desse grupo de escolaridade no período de longo prazo e reforço para a hipótese de penalidade de Freeman (1976).

Os efeitos de proporções específicas para esse grupo de escolaridade só apresentam participação determinante para o caso de Região Metropolitana de Porto Alegre – RS. Para as demais regiões é possível observar uma variação do comportamento desse componente ao passo que para algumas regiões as proporções específicas reforçam a diferença entre a proporção de jovens desempregados, como é o caso de Belém – PA, Recife – PE e São Paulo, e para outros o efeito é de atenuação da diferença.

#### 4.2.3 COMPARAÇÕES ENTRE O CURTO E O LONGO PRAZO

Comparando os resultados obtidos segundo as decomposições de curto prazo e aquelas de longo prazo é possível elencar algumas permanências e algumas divergências na determinação das diferenças entre as proporções de desempregados.

No que diz respeito ao primeiro grupo de escolaridade, correspondente ao Ensino Fundamental, as comparações entre o curto e o longo prazo confirmam a tendência de redução de competição deste grupo favorecendo a permanência da diferença negativa na proporção de desempregados. O que chama atenção para esse grupo é a divergência entre o curto e o longo prazo no componente que assume maior participação relativa na determinação da diferença observada. Enquanto para o curto prazo cinco das nove Regiões Metropolitanas analisadas apresentam o componente educacional com maior participação, no longo prazo sete regiões têm nas proporções específicas a maior porcentagem de participação. Também nessa estratificação educacional tanto para o longo quanto para o curto prazo as diferenças regionais caminham para a indicação das Regiões Metropolitanas do Norte e do Nordeste como aquelas onde as transições etárias e educacionais apresentam maior peso na determinação das diferenças em comparação com a alta participação do componente econômico verificado para as regiões pertencentes ao Sul e Sudeste.

Para o grupo educacional correspondente ao Ensino Médio, a primeira diferença observada indica a maior uniformidade das diferenças entre as proporções de desempregados para o longo prazo em relação ao curto prazo. Porém, apesar dessa uniformidade, as diferenças quanto a participação relativa de cada componente se assemelha àquela apresentada para o primeiro grupo de escolaridade, com diferenciais em estrutura etária apresentando a maior participação relativa na determinação das diferenças de curto prazo e com os diferenciais em proporções específicas assumindo essa posição para o longo prazo. As diferenças regionais para esse grupo também são bem marcadas e semelhantes às apresentadas para o grupo correspondente ao Ensino Fundamental, sendo os diferenciais em estrutura educacional são preponderantes nas regiões Norte e Nordeste.

Os resultados obtidos para o Ensino Superior são os únicos onde a proporção da diferença atribuída à estrutura educacional permanece com o protagonismo na determinação da diferença na proporção de desempregados para o curto e para o longo prazo. Além disso, o padrão de comportamento das diferenças entre as proporções de desempregados favorece a ideia de permanência do aumento da competição desse grupo educacional nos mercados de trabalho metropolitanos.

No que diz respeito às perguntas levantadas por essa dissertação pode-se dizer que aplicação do método possibilitou tanto a compreensão da intensidade das transições etárias e educacional na determinação do desemprego juvenil quanto evidenciou a direção dos componentes e a alteração da participação relativa destes ao longo dos anos.

## 5. CONCLUSÃO

Este trabalho se propôs a investigar o comportamento de um fenômeno que assola as populações pertencentes tanto a países desenvolvidos quanto a países em desenvolvimento: o desemprego jovem. Para tal, o trabalho apresentou uma investigação dos principais determinantes do fenômeno apontados na literatura internacional e nacional e, a partir da seleção dos principais fatores que determinam o desemprego juvenil, propôs um acompanhamento deste para nove Regiões Metropolitanas Brasileiras num período que compreende do ano de 2001 até o ano de 2015. A discussão dos determinantes potenciais do desemprego jovem contemplou áreas de escopo demográfico, econômico, sociológico, institucional e estrutural, reforçando a heterogeneidade do fenômeno estudado e identificando seus iminentes diferenciais, como por exemplo, os diferenciais por grupos etários, educacionais e regionais.

As discussões que permearam este trabalho contemplaram, principalmente, duas transições fortemente presentes na literatura e observadas nas populações de estudo dessa dissertação, são elas; a Transição Demográfica e a Transição Educacional. Tais transições operam concomitantemente, nas populações estudadas, assim como mostrado para populações de países desenvolvidos por Biagi e Lucifora (2007) e comprovado para o Brasil por Amaral et al (2006). Então, a partir da observação de evidência dessas transições para as nove Regiões Metropolitanas selecionadas e tendo referenciais bibliográficos no tema no que diz respeito à competição no mercado de trabalho, as investigações da trajetória e do comportamento do desemprego jovem foram permeadas por uma série de hipóteses e perguntas as quais o corpo da dissertação se propôs a responder.

A primeira hipótese levantada aponta uma relação entre a redução da participação relativa dos jovens na população e a melhora gradativa dos indicadores de mercado de trabalho. Essa hipótese tem referencial teórico nos efeitos deletérios ao mercado de trabalho já observados para as coortes, tanto internacionais quanto nacionais, no período do *baby boom*, documentada em trabalhos para o Brasil como o de Muniz (2002) e adaptada segundo evidências de *baby bust*. Assim como Muniz (2002) observou uma piora nos indicadores de desemprego para as Regiões Metropolitanas do Brasil na presença de coortes mais alargadas, os resultados apresentados nessa dissertação apontam para um efeito positivo das mudanças em estrutura etária no mercado de trabalho, ao passo que a proporção de jovens desempregados apresentou,

no geral, uma queda durante o período analisado. Ou seja, pode-se dizer que para as Regiões Metropolitanas analisadas nessa dissertação foi possível observar uma resposta positiva das variações em estrutura etária nos indicadores de mercado de trabalho, em especial o desemprego. Essa observação situa o Brasil na discussão de caráter demográfico do mercado de trabalho ao passo que evidencia os potenciais efeitos provenientes da estrutura etária na continuidade da transição etária no país. Além disso, confirma a hipótese de Bercovich e Massé (2004) de que a estrutura etária apresentaria comportamento positivo no mercado de trabalho.

A apresentação das estatísticas descritivas permitiu algumas suposições sobre o comportamento da estrutura etária nas proporções de desempregados, já indicando a validação dessa hipótese. No entanto, foi a aplicação da metodologia de decomposição que permitiu a visualização e materialização desse efeito a partir do isolamento do fator estrutura etária. Tanto para as decomposições de curto prazo quanto para as de longo prazo a estrutura etária correspondeu positivamente à hipótese feita, reforçando uma contribuição favorável à queda da proporção de desempregados para todos os grupos educacionais analisados.

A estratégia de separação das decomposições em curto e longo prazo foi essencial para salientar a continuidade do efeito da estrutura etária para todas as Regiões Metropolitanas analisadas. Porém, os resultados obtidos com a metodologia de decomposição mostraram que, para todos os recortes temporais e para todos os níveis de escolaridade, os efeitos da estrutura etária são mitigados pelos demais efeitos observados nas populações – efeitos educacionais e efeitos estruturais das economias locais. Logo, foi possível concluir que, diferente do proposto por O’Higgins (2001), os efeitos em estrutura etária, apesar de favorecerem a redução da proporção de jovens de 15 a 29 anos em situação de desemprego, não exercem protagonismo na determinação do desemprego jovem para as regiões metropolitanas analisadas e, logo, não é possível afirmar que o dinamismo do mercado de trabalho funcional puramente sob a lógica Neoclássica na determinação do desemprego, como foi apontado pelos trabalhos pioneiros nessa temática (Flaim, 1979; Welch, 1979; Fair e Domingues, 1991)

O fato de a estrutura etária não exercer influência dominante na determinação das diferenças temporais de proporção de desempregados, não reduz, desse componente, seu papel de influência no desemprego jovem. Lam (2014) já apontava que, embora os efeitos em estrutura etária possam parecer óbvios devido à solidificada literatura do *baby boom*, esse efeito carecia de evidências para países em desenvolvimento, como o Brasil, que considerassem as demais

influências no desemprego, como por exemplo, as disparidades regionais e a intensidade e velocidade da transição educacional. Entretanto, os resultados apresentados nessa dissertação quanto à estrutura etária indicam o potencial desse componente visto que ainda é esperando, para as populações em transição demográfica, uma redução da participação relativa dos jovens. Ou seja, para efeito de políticas públicas e tendo em vista os potenciais efeitos positivos da intensificação da transição etária como apontado por Bercovich e Massé (2004), espera-se que a participação do componente de estrutura etária potencialize seu efeito na determinação da proporção de desempregados ao longo dos anos.

A segunda hipótese levantada por essa dissertação aponta para um diferencial de comportamento do desemprego jovem segundo os grupos de escolaridade. Estratificados em três grupos educacionais - o primeiro correspondente ao Ensino Fundamental, o segundo ao Ensino Médio e o terceiro ao Ensino Superior - as evidências apontavam, desde as análises descritivas, para a comprovação de um diferencial que beneficiava os jovens com menor nível de instrução e penalizava aqueles com maior número de anos de estudos acumulados. Essa observação aloca essa dissertação em concordância com algumas evidências de mercado de trabalho apontadas na literatura. Freeman (1976) e Welch (1979), analisando o retorno à escolaridade e o salário das coortes, já haviam apontado, para os países desenvolvidos, um efeito deletério do aumento da escolaridade da população para o grupo dos mais escolarizados. Mais recente, Boockmann e Steiner (2006), Brunello et al (2000) e Brunello e Lauer (2004) reforçam a existência desses diferenciais.

Além de conversar com a literatura de mercado de trabalho, essa dissertação ainda evidencia os efeitos da transição educacional especificamente para o desemprego, em uma perspectiva diferenciada de análise do mercado de trabalho pautada nos retornos, que se apresenta como mais comum na literatura. Reconhece-se que a o aumento dos retornos associado às etapas de qualificação ainda se configuram como uma incentivo à escolarização, e destaca-se que este trabalho não se posiciona contrário à qualificação formal dado os resultados negativos para o grupo de maior escolaridade.

Os resultados relativos à aplicação do método de decomposição reforçaram a significativa importância do *boom* educacional para as populações estudadas nessa dissertação, fazendo com que esse componente apresentasse significativo protagonismo na determinação dos diferenciais em proporção de desempregados. O aumento da competição para o grupo mais escolarizado e



a redução desta para os grupos de menor instrução formal influenciaram o comportamento do desemprego ao passo que aumentou a proporção de desempregados para os primeiros e reduziu para o grupo de menor escolaridade. Essa observação reforça o que foi apontado por Amaral et al (2007) e que diferencia o comportamento do mercado de trabalho observado nos Estados Unidos e o comportamento verificado nessa dissertação para as Regiões Metropolitanas do Brasil. Segundo os autores a mudança composicional relacionada à escolaridade no Brasil foi significativamente mais rápida e com choques mais expressivos, justificando a intensidade desse componente tanto no longo quanto no curto prazo.

Além de operarem nos sentidos favoráveis ou contrários aos estímulos de variação de oferta de mão de obra no mercado de trabalho, os diferenciais em estrutura educacional ainda apresentaram papel principal na determinação das diferenças, isto é, em alguns casos analisados as variações educacionais mais que explicaram as diferenças observadas entre as proporções de desempregados, mitigando a participação relativa dos demais componentes da decomposição.

Essa dinâmica de aumento de competição intra grupos educacionais, que também foi apontada por Meneses-Filho (2001), ganha, portanto, um reforço nas evidências aliada à adoção de uma perspectiva regionalizada, ao passo que para as Regiões Metropolitanas pertencentes às Grandes Regiões Norte e Nordeste foram observadas participações relativas maiores dos diferenciais em estrutura educacional em comparação com as regiões pertencentes ao Sul e Sudeste.

A comparação entre as decomposições de curto e de longo prazo evidenciaram que no longo prazo o componente educacional da decomposição perdeu o protagonismo na determinação das diferenças de proporção de desempregados para os dois primeiros grupos educacionais, porém, manteve a determinação preponderante para o grupo correspondente ao Ensino Superior. Tal observação mostrou que, para as Regiões Metropolitanas analisadas, a expansão do Ensino Superior tem impactado de forma mais abrupta a inserção dos jovens desse grupo de escolaridade no mercado de trabalho. Reforça-se, portanto, a necessidade de avaliar políticas que mitiguem esses efeitos e favoreça absorção dessa parcela educacional com menor rotatividade e maior estabilidade no mercado de trabalho.

Esses achados confirmam a relevância do fenômeno apontado por Fernandes e Meneses-Filho (2002) de incompatibilidade entre escolaridade e ocupação dos grupos escolarizados do país e reforçam a necessidade de se compreender mais a fundo essa incompatibilidade. De acordo com IPEA (2018) o ano de 2018 se caracterizou como o ano onde o índice de incompatibilidade entre trabalho e escolaridade apresentou o maior patamar, chegando a 38% entre os jovens. Esse índice tem significativa participação de jovens com diplomas universitários. Ou seja, além de este grupo de escolaridade ter apresentado um aumento expressivo na proporção de desempregados, muito explicado pelo aumento da competição intra grupo, há ainda, a verificação do fenômeno da incompatibilidade entre os jovens ocupados, o que se caracteriza como uma quebra das expectativas criadas em torno do investimento em educação.

As análises dos diferenciais em estrutura educacional evidenciaram a observação da terceira hipótese levantada nessa dissertação, a hipótese de existência de comportamentos distintos segundo as nove regiões metropolitanas analisadas. Apesar do diferencial em estrutura etária ter se comportado de forma mais uniforme mesmo com diferenças em magnitude do efeito, o diferencial em estrutura educacional apresentou conduta de modo heterogêneo ao passo em que, para algumas regiões, esse efeito foi preponderante e em outras o efeito foi mitigado. No curto prazo as Regiões Metropolitanas pertencentes às Grandes Regiões Norte e Nordeste apresentaram no componente educacional uma participação mais significativa e determinante principalmente para o segundo grupo de escolaridade correspondente ao Ensino Médio. Já no longo prazo os efeitos regionais já não são tão evidentes quanto no longo prazo, sugerindo uma possível convergência no processo de determinação do desemprego juvenil frente aos componentes analisados mesmo em permanência de diferenciais regionais no que diz respeito aos níveis.

As evidências de diferenciais regionais ficam ainda mais claras na análise da hipótese alternativa dessa dissertação. A hipótese alternativa apontava a possibilidade de absorção dos efeitos esperados tanto em estrutura educacional quanto em estrutura etária pelo contexto econômico, estrutural e conjuntural das populações estudadas. Essa hipótese foi levantada através de respaldo de trabalhos envolvendo a análise de coorte de *baby boomers* onde evidências sugeriram que as alterações nos indicadores no mercado de trabalho não eram, necessariamente, produto de alterações em estrutura etária, mas sim de variações econômicas favoráveis ou desfavoráveis ao comportamento do desemprego (Jimeno Rodriguez-Palenzuela, 2002). Apesar de esse determinante ter característica de controle e de esse trabalho não se

propor a realizar uma análise econômica das Regiões Metropolitana selecionadas, foi possível inferir e mensurar a dimensão desse efeito. As proporções específicas de desempregados por grupos educacionais mostraram comportamentos distintos na medida em que para as regiões pertencentes ao Sudeste e Sul esse componente apontou maior contribuição relativa na determinação da diferença temporal do desemprego em comparação com as regiões Norte e Nordeste. Além disso, esse efeito se mostrou significativamente mais relevante para o grupo de jovens com escolaridade correspondente ao Ensino Médio nas duas divisões temporais analisadas, curto e longo prazo, e apresentou menor influência relativa para o grupo de escolaridade compatível com alguma etapa do Ensino Superior. Essa observação corrobora tanto com a hipótese de variabilidade cíclica levantada por O'Higgins (2001) quando para a o destaque do autor que aponta os níveis de escolaridade e os diferenciais em demanda agregada como um fator de determinação conjunta.

Visto o desempenho do componente das proporções específicas na determinação do desemprego e tendo como referência a discussão dos ciclos econômicos feita ao longo da dissertação, é possível dizer que esse componente apresentou comportamento favorável até mesmo no longo prazo, período correspondente ao de crise econômica. Apesar do baixo crescimento do país, o desemprego jovem continuou apresentando a tendência de dinamismo salientado por Baltar (2015). De acordo com Santos e Gimenez (2015) muito desse dinamismo pode ser explicado pela adoção de políticas públicas permanentes de inserção de jovens no mercado de trabalho. Segundo os autores, as estratégias de proteção social e de educação técnica favoreceram a manutenção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Entretanto, reconhece-se a necessidade de, em uma agenda de pesquisa futura, avaliar outro desenho de pesquisa sobre como fatores conjunturais, estruturais e institucionais se combinam na determinação dos níveis e na evolução do desemprego juvenil do país.

A fim de situar o Brasil na discussão da relação entre fatores estruturais e o desemprego jovem, é viável dizer que a análise do comportamento das economias locais não permite a verificação da hipótese alternativa. Isto é, não é possível alegar, pelas evidências apresentadas nessa dissertação, que os fatores estruturais e conjunturais mitigaram os efeitos provenientes das estruturas etárias e educacionais em todas as Regiões Metropolitanas analisadas. Ao contrário do apontado pela hipótese alternativa, o componente relativo às variações econômicas se comporta no sentido de potencializar a melhora do desemprego. Entretanto, as limitações dessa dissertação não permitem determinar e elencar quais são os fatores que constituem o

componente das proporções específicas favoráveis a queda do desemprego jovem para as Regiões Metropolitanas analisadas. Especula-se que tais fatores, além dos provenientes de políticas públicas como apontado por Santos e Gimenez (2015), também envolvam a melhora na sinalização dos jovens no mercado de trabalho, a maior simetria na informação visto o aumento geral da escolaridade, a redução dos níveis de discriminação enfrentados por esse grupo populacional e a crescente substituíbilidade dos jovens em relação aos adultos.

Por fim, frisa-se ainda as contribuições dessa dissertação ao tratar de um tema multicausal e complexo através de um método caracteristicamente demográfico. Além disso, contribui-se ao situar as desigualdades regionais do Brasil na discussão do desemprego jovem e ao isolar os efeitos das transições etárias e educacionais permitindo a discussão desses dois aspectos. Entretanto, reconhece-se que i) o tema ainda é passível de maiores análises incluindo a seleção de outros determinantes e analisando a continuidade das transições aqui estudadas, ii) ainda é necessário averiguar com maior acuracidade o comportamento da inatividade, que foi brevemente discutida nessa dissertação. Admite-se a existências de uma relação entre a proporção de inativos, proveniente da maior dedicação à educação formal, e a proporção de desempregados. Porém, ainda é fundamental compreender a alteração nas taxas de participação e a potencial influência desta na determinação da taxa de desemprego. Por fim, integram também a agenda de pesquisa proveniente da discussão dessa dissertação dois pontos já discutidos ao longo desse capítulo, iii) a necessidade de se compreender o comportamento da incompatibilidade entre ocupação e escolaridade para os jovens com Ensino Superior e iv) o delineamento de uma estratégia de análise dos fatores estruturais, conjunturais e institucionais na determinação do desemprego jovem.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. M. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. 1. ed. São Paulo: **Fundação Perseu Abramo**, 2005.
- AHLBURG, Dennis; CRIMMINS, Eileen; EASTERLIN, Richard 1981. **The outlook for higher education: A cohort size model of enrollment of the college age population**. Review of Public Data, 1981
- ALBIERI, Sonia. Principais aspectos de amostragem das pesquisas domiciliares do IBGE : revisão 2. Sonia Albieri, Zélia Magalhães Bianchini. Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Métodos e Qualidade, 46 p. - Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas; n. 55, 2015.
- ALLMENDINGER, Jutta. **Educational Systems and Labour Market Outcomes**, European Sociological Review, 5, pp. 231-250. 1989
- ALVES, Giovani. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo, 2000.
- ALVES, José. Eustáquio. Estrutura etária, bônus demográfico e população economicamente ativa no Brasil: cenários de longo prazo e suas implicações para o mercado de trabalho IPEA, Textos para Discussão CEPAL-IPEA, v.10, 2010.
- ALVES, José. Eustáquio. O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro UFRJ, 2004.
- AMADEO, Edward; CAMARGO, José Márcio; GONZAGA, Gustavo; BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, 353, 1994.
- AMADEO, Edward. Instituições trabalhistas e desempenho do mercado de trabalho no Brasil. In: TAFNER, P. (Ed.) Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- AMARAL, Ernesto; RIOS-NETO, Eduardo; Potter, Joseph. Long Term Influences of Age–Education Transition on the Brazilian Labour Market. Bulletin of Latin American Research, v.31 n.3, 2012.
- AMARAL, Ernesto; HAMERMESH, Daniel; POTTER, Joseph; RIOS-NETO, Eduardo. Demographic change and the structure of wages: a demand-theoretic analysis for Brazil. NBER Working Paper Series, 2007.
- AMARAL, Ernesto. Demographic change and the structure of wages: a demand-theoretic analysis for Brazil. National Bureau of Economic Research, 2007.
- AMITRANO, Claudio. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: CORRÊA, VANESSA PETRELLI. **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

AMORIM, Ricardo; POCHMANN, Márcio. (Org.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, v.1, 2003.

ANDRADE, Cibele. Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. *Revista Ensino Superior Unicamp*, v. 6, p. 18-27, 2012.

ARRIAGA, Eduardo. Measuring and explaining the change in life expectancies. *Demography*, v. 21, n. 1, 1984.

ARRUDA, M. R. de. Prolongamento da juventude: opção ou falta de opção? Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

ARULAMPALAM, Wiji. Is Unemployment Really Scarring? Effects of Unemployment Experiences on Wages. In: *The Economic Journal* v.111. 2001

ATHERWOOD, Serge; SPARKS Corey. Early-career trajectories of young workers in the US in the context of the 2008–09 recession: the effect of labor market entry timing. 2019.

BALTAR, Paulo. **Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil**. Campinas, Ipea/IE - Unicamp, 2013

BARROS, Alexandre. Desigualdades Regionais no Brasil. Natureza, Causas, Origens e Soluções. Working Papers 63, **Data métrica Consultoria Econômica**, 2011.

BARROS, Ricardo Paes; CAMARGO, José Márcio e MENDONÇA, Rosana. A estrutura do desemprego no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão, n.478, 1997.

BASTOS, Raul. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 26, n. esp, 2005.

BECKER, Gary. **Altruism in the Family and Selfishness in the Market Place**. *Economica*, n.48. 1981

BELL, David, BLANCHFLOWER, David. Youth Unemployment: Déjà Vu? *IZA*. n° 4705, 2010.

BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felícia. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG. Anais. ABEP, v. 2, 1990.

BERCOVICH, Alicia; DELLASOPPA, Emílio; ARRIAGA, Eduardo. J'adjunte, mais je ne corrige pas: Jovens, Violência e Demografia no Brasil. Algumas reflexões a partir de indicadores de violência. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, vol.1, 1998.

BERCOVICH, Alicia; MASSÉ, Gladys. Descontinuidades demográficas, onda jovem e mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. Trabalho apresentado no I Congresso da ALAP. Caxambu, Brasil, 2004.

BERGER, Mark. The effect of cohort size on earnings growth: a re-examination of the evidence. **Journal of Political Economy**, v.93, n°3, 1985.

BERTOLA, Giuseppe, BLAU, Francine; KAHN, Lawrence. Labor market institutions and demographic employment patterns. **Journal of Population Economics**, v.20 n°4, 2007.

BIAGI Federico, LUCIFORA, Claudio. Demographic and Education Effects on Unemployment in Europe: Economic Factors and Labour Market Institutions. IZA Discussion Papers, n° 1806, Institute for the Study of Labor, 2005.

BIAGI Federico, LUCIFORA, Claudio. Demographic and education effects on unemployment in Europe. **Labour Economics**, v.15, n°5, 2008.

BIRDSALL, Nancy; SINDING, Steven. How and why population matters: new findings: new Blanchflower, David, and Richard Freeman. Growing into work. In **OECD employment outlook**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 1996.

BLANCHARD, Olivier; SUMMERS, Lawrence; Hysteresis in Unemployment European Economic Review, issue 31, **Monthly Labor Review**, v. 110, 1987.

BLAU, Peter; DUNCAN, Otis. The American occupational structure. Nova York: John Wiley & Sons, 1967.

BLOOM, David; FREEMAN, Richard; KORENMAN, Sanders. The labour market consequences of generational crowding. **European Journal of Population** v.3, 1987.

BOOCKMANN, Bernhard; VIKTOR, Steiner. Cohort Effects and the Returns to Education in West Germany, ZEW Discussion Paper n° 00-05, 2002.

BORJAS, George; VAN OURS, Jan. **Labor economics** – 6ed. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2010

BRAGA, Thaiz; RODARTE, Mário. A inserção ocupacional e o desemprego dos jovens: o caso das regiões metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte. *Pesquisa e Debate*, v. 17, 2006.

BRITO, Murillo. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. v.47, n°163, 2017.

BRUNELLO, Giorgio; LAUER Charlotte. Are wages in the Southern Europe more flexible? The effects of cohort size on European earnings”, IZA Discussion paper 1299, 2004.

BRUNELLO, Giorgio, COMI, Simona; LUCIFORA Claudio. The College wage gap in 10 European countries: evidence from two cohorts. IZA Discussion paper n°228, 2000.

BRUNO, Giovanni, TANVEER, Misbah; MARELLI, Enrio; SIGNORELLI, Marcelo. The short-and long-run impacts of financial crises on youth unemployment in OECD countries. **Applied Economics** v.49 n°34, 2017.

CACIAMALI, M. C; BRAGA, T. S. A armadilha social destinada aos jovens: mercado de trabalho insuficiente, oferta educacional restrita e de baixa qualidade e ações públicas incipientes. In: CACCIAMALI, M. C CHAHAD, J. P. Z. (orgs.). **Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais do trabalho**. São Paulo. LTR, 2003.

CACCIAMALI, M. C. Mercado de trabajo juvenil: Argentina, Brasil y México. Documentos de Estratégias de Empleo. Organização Internacional do Trabalho, 2005.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Impacto do Desemprego e da Informalidade sobre a Empregabilidade e a Renda Futura do Jovem. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. 1ª ed. Brasília: IPEA; 2017.

CAMARANO, Ana Amélia. A hipótese de convergência dos níveis de fecundidade nas projeções populacionais. **São Paulo em Perspectiva**, v.10, n.2, 1996.

CAMARGO, Antônio; YAZAKI, Lucia. A Fecundidade Recente em São Paulo: abaixo dos níveis de reposição? In: Anais do XIII Encontro de Estudos Populacionais, ABEP: Ouro Preto, 2002, v.1, 2002.

CARD, David; LEMIEUX, Thomas. Can falling supply explain the rising return to college for younger men? A cohort-based analysis, **Quarterly Journal of Economics**, v.116 n°2, 2001.

CAROLEO, Floro; PASTORE, Francesco. The youth experience gap: explaining differences across EU countries. **Quaderni del Dipartimento di Economia**, Finanza e Statistica, 2007.

CARVALHO, José Alberto. O tamanho da População Brasileira e sua Distribuição Etária: uma visão prospectiva. In Encontro nacional de estudos populacionais, 6. Anais, Olinda, v.1 p. 37 a 66. 1988.

CARVALHO, José Alberto; SAWYER, Diana; RODRIGUES, Roberto. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. Belo Horizonte: Abep, Série Textos didáticos n° 1, 1994.

CLARK, Kim; SUMMERS, Laurence. The Dynamics of Youth Unemployment. Forthcoming in Youth Unemployment: Its Nature, Causes, and Consequences, 1982.

COLLINS, R. **The credential society**: an historical sociology of education and stratification. New York: Academic Press, 1979.

CORSEUIL, C. H. L.; FOGUEL, M. N. Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações. Rio de Janeiro: IPEA, 2011. (Texto para Discussão, n. 1571).

CORSEUIL, Carlos; FOGUEL, Miguel; GONZAGA, Gustavo; RIBEIRO, Eduardo. A Rotatividade dos Jovens no Mercado de Trabalho Formal Brasileiro. Em: **Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros**. Organizadores, Carlos Henrique Corseuil, Rosana Ulhôa Botelho – Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

CRUZ, Bruno; Silva, Alisson Carlos. Somos tão jovens? Impacto da demografia nas taxas de desemprego no DF, São Paulo e Porto Alegre: A decomposição das taxas de participação por grupos etários de 1992 a 2015. Texto para discussão n° 17, Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2016

CUNHA, Dênis; ARAÚJO, Aracy; LIMA, João Eustáquio. Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano. **Revista de Economia e Agronegócio**, v.9, n° 3, 2011.



CUNHA, José Marcos. Migração e Urbanização no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v.19, n°4, 2005.

DARITY, Willian; GOLDSMITH, Arthur. Social psychology, unemployment and macroeconomics. **Journal of Economic Perspectives**, v.10, n°1, 1996.

DAS GUPTA, Prithwis. **Standardisation and decomposing of rates: A user's manual**. U.S Bureau of the Census, Current Population reports, series p23-186, U.S Government Printing Office, DC, 1994.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. Estudos e Pesquisas, n. 24, 2006.

DEVROEY, Michael. *Involuntary Unemployment: The Elusive Quest for a Theory*, New York: Routledge, 2004.

EASTERLIN, R. A. **Birth and Fortune**: the impact of numbers on personal fortune. New York: Basic, 1980.

ELLWOOD, David. Teenage unemployment: Permanent scars or temporary blemishes? Em **The youth labor market problem: Its nature, causes and consequences**, ed. R. Freeman and D. Wise. Chicago: University of Chicago Press and National Bureau of Economic Research, 1982.

FLORI, P. M. Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações. Boletim de conjuntura econômica de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2015. v. 9, n° 1 (3º quadrimestre 2015), 2015

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Quem são os jovens brasileiros? Seminário sobre a juventude, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Juventude e Trabalho: Alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. Nota Técnica N°37, Ipea – Mercado de trabalho, 2008.

KOMATSU, Bruno; MENEZES-FILHO, OLIVEIRA, Pedro; VIOTTI, Leonardo. A História da Educação e as Origens da Desigualdade Regional no Brasil. Policy Paper Insper, São Paulo, n. 27, 2017.

LEVINE, Phillip; MITCHELL, Olivi. The baby boom's legacy: Relative wages in the twenty-first century. *American Economic Review*. v.78, n°2, 1988.

FAIR, Ray; DOMINGUEZ, Kathryn. Effects of changing US. age distribution on macroeconomic equations. *American Economic Review* v.8, n°1, 1991.

FAIRLIE, Robert; KLETZER, Lori. The long-term costs of job displacement among young workers, **Industrial and Labor Relations Review**, v.56, n°4, 2006.

FELDSTEIN, Martin; ELLWOOD, David. Teenage Unemployment: What is the Problem? Em **The Youth Labor Market Problem: Its Nature, Causes and Consequences**. Freeman and D. Wise (eds.). Chicago: University of Chicago Press, 1982.

FERNANDES, Reynaldo, PICCHETTI, Paulo. Uma análise da estrutura do desemprego e da Inatividade no Brasil Metropolitano. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 29, nº 1, 1999.

FERNANDES, Reynaldo; MENEZES-FILHO, Naércio. Escolaridade e demanda relativa por trabalho: uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. In: CHAHAD, J. P. Z; MENEZES-FILHO, N. A. Mercado de Trabalho no Brasil. v.1 Editora LTR, 2002.

FERREIRA, Frederico; NOGUEIRA JUNIOR, Reinaldo; COSTA, Bruno. Determinantes da escolarização de crianças e adolescentes em situação de rua no estado de Minas Gerais. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro, v. 18, nº 68, 2010.

FLAIM, Paul. The effect of demographic changes on the Nation's unemployment rate. *Monthly Labor Review* v.102, 1979.

FOUGÈRE, Denis; KRAMARZ, Francis; Kramarz; MAGNAC, Thierry. Youth Employment Policies in France. **European Economic Review**. v.44, nº 4-6, 2000.

FREEMAN, Richard; WISE, David. The youth labor marketproblem: Its nature, causes, and consequences. Chicago, University of Chicago Press, 1892.

GARCIA, Maria de Fátima; ARAÚJO, Eliane; ARAÚJO, Elisangela; FAUSTINO, Izabel. A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). Em: Encontro Nacional de Economia, 38, 2010, Salvador. [Anais eletrônicos...]. Niterói: ANPEC, 2010

GARCIA, Maria de Fátima; ARAÚJO, Eliane; ARAÚJO, Elisangela; FAUSTINO, Izabel. A Condição do Jovem no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise Comparativa entre o Emprego e o Primeiro Emprego (1999-2009). **Revista Economia**. Brasília (DF), v.13, n.3a, p.481-506, set/dez 2012.

GREGG, Paul. 'The impact of youth unemployment on adult unemployment in NCDS', *Economic Journal*, v.111 nº475, 2001.

GOLDSMITH, Arthur; VEUM, Jonathan; DARITY, Darity. 'The psychological impact of unemployment and joblessness. **Journal of Socio-Economics**, v.25, nº3, 1996.

HALL, Robert; JONES, Charles. Why Some Countries Produce so Much More Output per Worker than Others? NBER Working Paper, 6564, 1998.

HAMMER Torild. Youth Unemployment and Social Exclusion in Europe, Policy Press, Bristol, United Kingdom, 2003.

HARTOG, Joop; OOSTERBEEK, Hessel; TEULINGS, Coen. "Age, Wage, and Education in the Netherlands", in: Johnson, P., and K. Zimmerman (eds), 1993, **Labour Markets in an Aging Europe**, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

JIMENO, Juan; RODRÍGUEZ-PALENZUELA, Diego. Youth unemployment in the OECD: demographic shifts, labour market institutions and macroeconomic shocks. Economics Working Papers n°19, **European Network of Economic Policy Research Institutes**, Brussels, 2003.

KEYNES, Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**, London: Macmillan, 1936.

KITAGAWA, Evelyn. **Components of a difference between two rates**. 1955.

KON, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. **Revista Economia & Tecnologia (RET)**, 2012.

KORENMAN Sanders; NEUMARK, Davi. Cohort crowding and youth labor markets: a cross sectional analysis. In Blanchflower D., Freeman R.E. (Eds), **Youth Employment and Joblessness in Advanced Countries**; NBER; Chicago University Press: Chicago; 2000.

LAM, David; MARTELETO, Letícia. A dinâmica da escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte versus diminuição no tamanho da família. In: XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2002.

LAM, David. Youth bulges and youth unemployment. **IZA World of Labor**, 2014.

LEE, Ronald; MASON, Andrew. Charting the economic lifecycle. In Population aging, human capital accumulation, and productivity growth. **Population and Development Review** 33 ed. A. Prskawetz, D. E. Bloom, and W. Lutz, 208–37. New York: Population Council, 2008.

LEIGHTON, Linda; MINCER, Jacob. Effects of Minimum Wages on Human Capital Formation. 'The Economics of Legal Minimum Wages. **American Enterprise Institute**, 1981.

LEMONS, Mauro; MORO, Sueli; CROCCO, Marco; BIAZI, Elenice. A dinâmica urbana das regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Economia Aplicada** v.7, 2003.

LETELIER, Maria Eugênia “Escolaridade e inserção no mercado de trabalho”. **Cadernos de Pesquisa**, n° 107, 1999;

LIMA, Marília. A atual crise social e os jovens da região metropolitana de São Paulo: desemprego, violência e hip hop. Dissertação de Mestrado em Economia Social e do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 2006.

MACUNOVICH, Diane. The Fortunes of One’s Birth: Relative Cohort Size and the Youth Labor Market in the U.S. **Journal of Population Economics**, v.12 n°2, 1999.

MAIA, A. G. Dinâmica do mercado de trabalho das classes ocupacionais no Brasil: 1981 a 2007. Em Júnior, M. & Carleial, L. M. F., editores. **Emprego, Trabalho e Políticas Públicas**. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, 2009.

MAKEHAM, P. Youth Unemployment, London, Department of Employment. Research Paper N° 10, 1980.

MARTELETO, Letícia; CARVALHAES, Flavio; HUBERT, Celia. Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v.26, n°2, 2012.

MARTIN Linda, OGAWA Naohiro. The effect of cohort size on relative wages in Japan. Em: Lee RD, Arthur WB, Rodgers G (eds). **Economics of changing age distributions in developed countries**. Clarendon Press, Oxford, 1988.

MARTINE, George; CAMARANO, Ana Amélia; FLETCHER, Philip; NEUPERT, Ricardo. PNAD: notas para uma avaliação. Em: SAWYER, D. (Org.), PNADs em foco: anos 80. Belo Horizonte: Abep, 1988.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v.8, n°1, UFMG, Belo Horizonte, Brasil, 2012.

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe. Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência. **Sociologia e estado**. v.29, n°2, Brasília, 2014.

MEDICI, André; BELTRÃO, Kaizô. Transição demográfica no Brasil: uma agenda para pesquisa. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n.12, 1995.

MELLO, Ennio; ALVES, José Eustáquio. A fecundidade na cidade do Rio de Janeiro entre 1991 e 2000: Favela versus Cidade. In XV Encontro Nacional da ABEP, anais. Caxambu, 2006.

MENEZES FILHO, Naércio. (2001). A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. 2001.

MENEZES FILHO, Naércio. (2001). A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho. 2001.

MENEZES FILHO, Naércio; CABANAS, Pedro; KOMATSU, Bruno. A Condição “Nem-nem” entre os Jovens é Permanente? Policy Paper n° 7. **Insper Instituto de Ensino e Pesquisa Centro de Políticas Públicas (CPP)**. São Paulo, SP – Brasil, 2013.

MENEZES FILHO, Naércio; KIRSCHBAUM, Charles. Educação e Desigualdade no Brasil. In M. Arretche, ed. **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MINCER, Jacob. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**. v.66, n°4, 1958.

MINCER, Jacob. Human Capital, Technology and the Wage Structure: What do Time Series Show? NBER WP 3581. **Studies in Human Capital**, Sldershot, 1991.

MROZ, Thomas; SAVAGE, Timothy. The long-term effects of youth unemployment, **Journal of Human Resources**, v.41 n°2, 2006.

MUNIZ, Jerônimo. Efeitos das discontinuidades demográficas sobre o mercado de trabalho dos jovens: uma análise temporal utilizando-se painéis metropolitanos agrupados. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

NARDONE, Thomas. Decline in youth population does not lead to lower jobless rates. **Monthly labor Rev. Research Summaries**, 1987.

O’HIGGINS, Niall. Youth unemployment and employment policy: A global perspective Oxford Univ, 1998 Oxford University, 2001.

O’HIGGINS, Niall. Youth Unemployment. IZA Policy Paper, n°103. **Institute for the Study of Labor**, 2015.

ONU – UNITED NATIONS: Youth. Shaping our future together. Who are the youth? 2019.

PERRY, George. Changing Labor Markets and Inflation. **Brookings Papers on Economic Activity**, v.3, 1970.

POCHMANN, Márcio. Inserção ocupacional e o emprego dos jovens. São Paulo: ABET, Mercado de Trabalho, v. 6, 1998.

POCHMANN, Márcio. A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POLLARD, J. H. Some methodological issues in the measurement of sex mortality patterns. Em: LOPEZ, A. D.; RUZICKA, L. T. **Sex differentials in mortality: trends, determinants and consequences**. Canberra, Australia: Australian National University, 1983.

PRESTON, Samuel; WANG, Haidong. Sex mortality differences in the United States: the role of cohort smoking patterns. **Demography**, Chicago, v. 43, n. 4, 2006.

RAMOS, Lauro. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 4 (116), p. 406-420, 2009.

REIS, Maurício; CAMARGO, José Márcio. “Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. Texto para discussão N°116 IPEA: Rio de Janeiro, 2005.

RIANI, Juliana. Determinantes do Resultado Educacional no Brasil: Família, Perfil Escolar dos Municípios e Dividendo Demográfico numa Abordagem Hierárquica e Espacial. Tese doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005.

RIOS-NETO, Eduardo; GOLGHER, André. A oferta de trabalho dos jovens: tendências e perspectivas, Mercado de Trabalho, IPEA/MTE, Ano 8, 2003.

SANTOS, A.L; GIMENEZ, D.M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 153-168, 2015.

SANTOS, Geórgia. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Proposições**, v. 19, n. 2, 2008.

SCARPETTA, Stefano; SONNET, Anne; MANFREDI, Thomas. Rising Youth Unemployment During The Crisis: How to Prevent Negative Long-term Consequences on a Generation? **Employment and Migration Working Papers**, nº106, OECD, 2010.

SCHULTZ, Theodore. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN Simon; COSSÍO, Maurício. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer**. v.7, nº2, 2007.

SEXTON, Robert; FORTUNA, Peter. **Exploring Economics**. 2005.

SHAVIT, Yossi; MÜLLER, Walter. From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations. **Oxford: Clarendon Press**, 1998.

SHIMER, Robert. Why is the U.S. unemployment rate so much lower? Em: Bernanke, B. & Rothenberg, J.(editores) **NBER Macroeconomics**, MIT Press, 1998.

SILVA, Nancy; KASSOUF, Ana Lúcia. Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

SILVA, N. V (Orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

SILVA, Pedro; PESSOA, Djalma; LILA, Maurício. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciência e Saúde Coletiva** v.7 nº4, 2002.

SILVEIRA, Glauber. Retornos da escolaridade no Brasil e Regiões. Universidade de Viçosa. Minas Gerais, (Dissertação de Mestrado), 2011.

SHIMER, Robert. The impact of young workers on the aggregate labor market. Working Paper nº 7306. Cambridge, Mass: **National Bureau of Economic Research**, 1999.

SOUZA, André; PONCZEK, Vladimir; OLIVA, Bruno; TAVARES, Priscilla. Fatores associados ao fluxo escolar no ingresso e ao longo do ensino médio no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, v.42, n.1, 2012.

STAPLETON, David; YOUNG, Douglas. Educational attainment and cohort size. **Journal of Labor Economics**, v.6, 1988.

SULIANO, Daniel; SIQUEIRA, Marcelo. Retornos da educação no Brasil em âmbito regional considerando um ambiente de menor desigualdade. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 16, nº1, 2012.

SUMMA, Ricardo. 2014. Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

TARTUCE, Gisela Pereira. Tensões e Intenções na Transição Escola-Trabalho: Um Estudo das Vivências e Percepções de Jovens sobre os Processos de Qualificação Profissional e (Re)Inserção no Mercado de Trabalho na Cidade de São Paulo. Tese de doutorado em Sociologia, USP, São Paulo, 2007.

TAVARES, Priscilla; MENEZES-FILHO, Naércio. O papel do capital humano na trajetória da desigualdade de salários no Brasil no período de 1981 a 2006. **Meeting of the brazilian econometric society**, 30. Anais, Salvador, 2008.

TOMÁS, Maria Carolina. O Ingresso dos jovens no mercado de trabalho: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) — Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

TOMÁS, Maria Carolina; OLIVEIRA, Ana Maria; RIOS-NETO, Eduardo. Adiamento do ingresso no mercado de trabalho sob o enfoque demográfico: uma análise das regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 25, n°1, 2008.

TOMIĆ, Iva. What drives youth unemployment in Europe? Economic vs non-economic determinants. **International Labour Review** v.157 n°3, 2018.

WELCH, Finis. **Effects of cohort size on earnings: the baby boom babies' financial bust** *Journal of Political Economy*, v. 87, n° 5, 1979.

WINKELMANN, Liliana; Rainer, WINKELMANN. Why are the unemployed so unhappy? Evidence from panel data. *Economica*, v. 65, n°257, A.E. Clark and A.J. Oswald (1994), 1998.

WONG Laura; Bonifacio, Gabriela. Evidências da diminuição do tamanho das coortes brasileiras: fecundidade abaixo do nível de reposição nas principais regiões metropolitanas, 2004 a 2006. ABEP, Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, 2008.

WONG, Laura; CARVALHO, José Alberto. O rápido processo de envelhecimento do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Abep, v.23, n.1, 2006.

WRIGHT, Robert Cohort size and earnings in Great Britain. **Journal of Population Economics**, v. 4, 1991.

ZIMMERMANN, Klaus. 1991. Ageing and the labor market: Age structure, cohort size and unemployment. **Journal of Population Economics** v. 4, 1991

## 7. ANEXO A – Matriz de desempregados

Células de proporção de jovens desempregados por grupo etário quinquenais (15 a 19; 20 a 24; 25 a 29) e grupo educacional (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

Tabela A1: Matriz de proporção de jovens desempregados segundo grupos etários e educacionais – 2001 a 2005, 9 Regiões Metropolitanas.

		2001			2002			2003			2004			2005		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,080	0,119	0,100	0,092	0,150	0,070	0,087	0,110	0,077	0,085	0,121	0,070	0,100	0,104	0,051
	Esc 2	0,136	0,147	0,105	0,174	0,215	0,103	0,222	0,174	0,106	0,204	0,195	0,125	0,202	0,189	0,098
	Esc 3	-	0,094	0,000	-	0,104	0,108	-	0,122	0,064	-	0,058	0,063	-	0,110	0,075
Fortaleza- CE	Esc 1	0,102	0,105	0,067	0,125	0,100	0,068	0,111	0,109	0,063	0,097	0,128	0,078	0,111	0,114	0,061
	Esc 2	0,186	0,140	0,080	0,175	0,150	0,085	0,167	0,171	0,108	0,190	0,165	0,101	0,203	0,176	0,094
	Esc 3	-	0,074	0,074	-	0,102	0,037	-	0,098	0,110	-	0,146	0,112	-	0,107	0,036
Recife - PE	Esc 1	0,116	0,146	0,088	0,122	0,155	0,107	0,115	0,177	0,122	0,134	0,167	0,137	0,152	0,171	0,137
	Esc 2	0,173	0,199	0,115	0,220	0,184	0,115	0,200	0,212	0,155	0,211	0,235	0,137	0,264	0,202	0,141
	Esc 3	-	0,105	0,046	-	0,126	0,083	-	0,114	0,056	-	0,150	0,075	-	0,135	0,061
Salvador - BA	Esc 1	0,106	0,129	0,077	0,183	0,146	0,108	0,180	0,164	0,104	0,180	0,174	0,116	0,180	0,132	0,094
	Esc 2	0,171	0,176	0,073	0,222	0,191	0,103	0,258	0,215	0,151	0,204	0,205	0,126	0,239	0,186	0,129
	Esc 3	-	0,122	0,052	-	0,073	0,068	-	0,144	0,059	-	0,125	0,095	-	0,138	0,078
Belo Horizonte- MG	Esc 1	0,147	0,097	0,086	0,170	0,078	0,053	0,155	0,107	0,075	0,175	0,123	0,072	0,169	0,114	0,060
	Esc 2	0,129	0,112	0,086	0,135	0,113	0,053	0,118	0,102	0,060	0,201	0,090	0,054	0,175	0,080	0,085
	Esc 3	-	0,059	0,045	-	0,069	0,022	-	0,082	0,040	-	0,083	0,033	-	0,095	0,060
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,114	0,119	0,070	0,102	0,096	0,084	0,110	0,153	0,089	0,103	0,131	0,073	0,120	0,139	0,094
	Esc 2	0,133	0,122	0,074	0,160	0,145	0,074	0,146	0,142	0,095	0,157	0,129	0,080	0,177	0,137	0,092
	Esc 3	-	0,116	0,043	-	0,111	0,058	-	0,141	0,053	-	0,111	0,055	-	0,114	0,099
São Paulo - SP	Esc 1	0,148	0,090	0,091	0,161	0,138	0,068	0,172	0,090	0,099	0,179	0,136	0,075	0,188	0,130	0,073
	Esc 2	0,151	0,080	0,217	0,162	0,091	0,069	0,189	0,135	0,073	0,198	0,122	0,087	0,200	0,109	0,070
	Esc 3	-	0,021	0,041	-	0,035	0,030	-	0,049	0,053	-	0,061	0,038	-	0,077	0,034
Curitiba - PR	Esc 1	0,108	0,075	0,031	0,136	0,062	0,045	0,145	0,055	0,084	0,156	0,061	0,058	0,155	0,109	0,041
	Esc 2	0,099	0,064	0,022	0,113	0,058	0,045	0,097	0,103	0,065	0,121	0,056	0,031	0,123	0,062	0,044
	Esc 3	-	0,060	0,020	-	0,096	0,043	-	0,030	0,025	-	0,054	0,019	-	0,045	0,042
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,110	0,055	0,043	0,124	0,067	0,057	0,121	0,106	0,062	0,105	0,088	0,051	0,104	0,071	0,036
	Esc 2	0,124	0,079	0,047	0,151	0,081	0,064	0,136	0,106	0,061	0,112	0,077	0,054	0,117	0,063	0,036
	Esc 3	-	0,037	0,033	-	0,064	0,034	-	0,083	0,057	-	0,097	0,054	-	0,058	0,024

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2001 a 2005.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior.



Tabela A2: Matriz de proporção de jovens desempregados segundo grupos etários e educacionais – 2006 a 2009, 9 Regiões Metropolitanas.

		2006			2007			2008			2009		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,112	0,153	0,088	0,094	0,089	0,060	0,067	0,079	0,089	0,061	0,098	0,083
	Esc 2	0,204	0,188	0,127	0,183	0,178	0,130	0,133	0,131	0,075	0,096	0,129	0,076
	Esc 3	-	0,140	0,109	-	0,152	0,100	-	0,094	0,059	-	0,067	0,068
Fortaleza - CE	Esc 1	0,108	0,134	0,079	0,106	0,105	0,055	0,089	0,094	0,046	0,088	0,075	0,056
	Esc 2	0,213	0,138	0,090	0,164	0,133	0,088	0,191	0,106	0,063	0,128	0,129	0,079
	Esc 3	-	0,147	0,055	-	0,077	0,047	-	0,159	0,089	-	0,128	0,079
Recife - PE	Esc 1	0,164	0,197	0,124	0,150	0,190	0,140	0,126	0,154	0,127	0,106	0,179	0,124
	Esc 2	0,236	0,213	0,130	0,223	0,244	0,148	0,242	0,211	0,106	0,210	0,187	0,141
	Esc 3	-	0,140	0,066	-	0,140	0,083	-	0,165	0,117	-	0,071	0,060
Salvador - BA	Esc 1	0,192	0,176	0,105	0,149	0,131	0,098	0,153	0,155	0,085	0,137	0,126	0,072
	Esc 2	0,287	0,194	0,119	0,191	0,164	0,111	0,242	0,167	0,094	0,224	0,167	0,094
	Esc 3	-	0,108	0,076	-	0,119	0,074	-	0,124	0,053	-	0,090	0,075
Belo Horizonte - MG	Esc 1	0,145	0,105	0,055	0,134	0,091	0,056	0,111	0,054	0,052	0,131	0,074	0,057
	Esc 2	0,138	0,082	0,057	0,141	0,075	0,065	0,091	0,073	0,048	0,140	0,067	0,047
	Esc 3	-	0,068	0,048	-	0,098	0,050	-	0,093	0,038	-	0,066	0,055
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,105	0,150	0,077	0,112	0,114	0,071	0,085	0,131	0,079	0,062	0,107	0,064
	Esc 2	0,158	0,156	0,084	0,178	0,157	0,109	0,179	0,127	0,081	0,164	0,115	0,062
	Esc 3	-	0,115	0,113	-	0,119	0,097	-	0,121	0,071	-	0,080	0,044
São Paulo - SP	Esc 1	0,159	0,129	0,062	0,188	0,103	0,079	0,150	0,111	0,057	0,139	0,135	0,077
	Esc 2	0,178	0,094	0,066	0,177	0,084	0,070	0,136	0,067	0,054	0,175	0,100	0,063
	Esc 3	-	0,047	0,035	-	0,068	0,030	-	0,055	0,029	-	0,081	0,038
Curitiba - PR	Esc 1	0,134	0,058	0,035	0,120	0,054	0,024	0,080	0,050	0,030	0,074	0,067	0,041
	Esc 2	0,098	0,038	0,042	0,080	0,023	0,017	0,083	0,029	0,037	0,078	0,052	0,039
	Esc 3	-	0,045	0,037	-	0,022	0,032	-	0,053	0,016	-	0,056	0,020
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,107	0,080	0,044	0,156	0,097	0,040	0,109	0,076	0,041	0,099	0,086	0,054
	Esc 2	0,126	0,074	0,033	0,133	0,081	0,031	0,099	0,052	0,027	0,094	0,060	0,037
	Esc 3	-	0,083	0,042	-	0,061	0,050	-	0,038	0,022	-	0,053	0,021

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2006 a 2009.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior.

Tabela A3: Matriz de proporção de jovens desempregados segundo grupos etários e educacionais – 2011 a 2015, 9 Regiões Metropolitanas.

		2011			2012			2013			2014			2015		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,072	0,132	0,082	0,106	0,105	0,075	0,096	0,089	0,081	0,061	0,111	0,098	0,097	0,147	0,124
	Esc 2	0,119	0,140	0,090	0,206	0,156	0,097	0,130	0,159	0,117	0,143	0,179	0,095	0,164	0,208	0,134
	Esc 3	-	0,158	0,057	-	0,151	0,178	-	0,184	0,122	-	0,089	0,101	-	0,145	0,101
Fortaleza- CE	Esc 1	0,057	0,068	0,048	0,087	0,096	0,044	0,054	0,066	0,046	0,069	0,056	0,045	0,069	0,080	0,078
	Esc 2	0,112	0,072	0,045	0,131	0,099	0,033	0,108	0,079	0,050	0,153	0,085	0,048	0,140	0,114	0,048
	Esc 3	-	0,063	0,056	-	0,091	0,064	-	0,123	0,079	-	0,093	0,029	-	0,089	0,020
Recife - PE	Esc 1	0,076	0,114	0,104	0,120	0,128	0,128	0,112	0,120	0,108	0,097	0,114	0,084	0,098	0,145	0,092
	Esc 2	0,156	0,113	0,095	0,202	0,147	0,109	0,149	0,109	0,096	0,162	0,108	0,087	0,200	0,155	0,134
	Esc 3	-	0,151	0,121	-	0,054	0,062	-	0,128	0,092	-	0,080	0,067	-	0,137	0,092
Salvador - BA	Esc 1	0,139	0,099	0,099	0,135	0,113	0,075	0,161	0,095	0,097	0,154	0,123	0,103	0,173	0,157	0,100
	Esc 2	0,212	0,131	0,094	0,177	0,115	0,098	0,173	0,132	0,081	0,154	0,153	0,076	0,219	0,167	0,097
	Esc 3	-	0,106	0,071	-	0,107	0,089	-	0,077	0,039	-	0,119	0,083	-	0,143	0,087
Belo Horizonte- MG	Esc 1	0,092	0,083	0,019	0,124	0,046	0,043	0,103	0,053	0,030	0,099	0,053	0,046	0,149	0,117	0,075
	Esc 2	0,101	0,077	0,021	0,095	0,027	0,019	0,118	0,039	0,026	0,128	0,042	0,036	0,173	0,105	0,064
	Esc 3	-	0,071	0,028	-	0,065	0,018	-	0,040	0,030	-	0,064	0,052	-	0,114	0,057
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,066	0,085	0,058	0,042	0,063	0,070	0,059	0,090	0,064	0,089	0,117	0,053	0,116	0,147	0,063
	Esc 2	0,107	0,105	0,059	0,050	0,081	0,036	0,092	0,084	0,070	0,099	0,089	0,071	0,168	0,155	0,095
	Esc 3	-	0,122	0,077	-	0,066	0,052	-	0,064	0,044	-	0,053	0,063	-	0,111	0,074
São Paulo - SP	Esc 1	0,083	0,127	0,065	0,082	0,069	0,063	0,086	0,056	0,033	0,121	0,068	0,042	0,137	0,161	0,063
	Esc 2	0,112	0,063	0,049	0,119	0,075	0,052	0,117	0,060	0,051	0,116	0,081	0,054	0,148	0,104	0,075
	Esc 3	-	0,050	0,024	-	0,050	0,024	-	0,041	0,023	-	0,051	0,044	-	0,086	0,037
Curitiba - PR	Esc 1	0,080	0,069	0,019	0,075	0,058	0,038	0,085	0,036	0,042	0,062	0,054	0,028	0,090	0,097	0,016
	Esc 2	0,041	0,042	0,069	0,082	0,027	0,013	0,056	0,045	0,021	0,049	0,051	0,022	0,073	0,054	0,045
	Esc 3	-	0,044	0,038	-	0,042	0,031	-	0,040	0,015	-	0,049	0,028	-	0,071	0,029
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,068	0,054	0,034	0,101	0,047	0,040	0,092	0,076	0,053	0,101	0,055	0,034	0,136	0,090	0,059
	Esc 2	0,077	0,038	0,037	0,068	0,045	0,019	0,059	0,040	0,028	0,054	0,038	0,017	0,103	0,067	0,038
	Esc 3	-	0,028	0,043	-	0,029	0,029	-	0,041	0,026	-	0,017	0,038	-	0,045	0,036

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2011 a 2015.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior.

## 8. ANEXO B – Matriz de inativos

Células de proporção de jovens inativos por grupo etário quinquenais (15 a 19; 20 a 24; 25 a 29) e grupo educacional (Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior).

Tabela B1: Matriz de proporção de jovens inativos segundo grupos etários e educacionais – 2001 a 2005, 9 Regiões Metropolitanas.

		2001			2002			2003			2004			2005		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,664	0,306	0,232	0,557	0,221	0,169	0,595	0,256	0,193	0,612	0,241	0,206	0,576	0,187	0,137
	Esc 2	0,675	0,300	0,136	0,569	0,175	0,103	0,487	0,181	0,090	0,534	0,190	0,081	0,460	0,133	0,097
	Esc 3	-	0,330	0,063	-	0,219	0,083	-	0,149	0,032	-	0,272	0,063	-	0,119	0,058
Fortaleza- CE	Esc 1	0,509	0,223	0,177	0,545	0,207	0,203	0,602	0,224	0,218	0,604	0,229	0,191	0,514	0,233	0,176
	Esc 2	0,399	0,142	0,106	0,492	0,135	0,109	0,448	0,140	0,092	0,408	0,138	0,106	0,374	0,107	0,092
	Esc 3	-	0,157	0,043	-	0,134	0,082	-	0,232	0,073	-	0,215	0,091	-	0,148	0,067
Recife - PE	Esc 1	0,595	0,253	0,238	0,578	0,228	0,219	0,621	0,241	0,226	0,639	0,250	0,243	0,594	0,218	0,210
	Esc 2	0,470	0,158	0,115	0,405	0,135	0,093	0,422	0,159	0,125	0,500	0,134	0,105	0,404	0,122	0,099
	Esc 3	-	0,232	0,015	-	0,180	0,035	-	0,159	0,075	-	0,193	0,031	-	0,129	0,089
Salvador - BA	Esc 1	0,567	0,180	0,137	0,477	0,134	0,099	0,519	0,183	0,107	0,449	0,142	0,126	0,468	0,183	0,046
	Esc 2	0,520	0,138	0,083	0,344	0,093	0,064	0,387	0,112	0,051	0,370	0,112	0,043	0,332	0,083	0,045
	Esc 3	-	0,138	0,043	-	0,147	0,034	-	0,130	0,046	-	0,180	0,057	-	0,092	0,043
Belo Horizonte- MG	Esc 1	0,468	0,174	0,151	0,436	0,154	0,148	0,490	0,145	0,126	0,460	0,142	0,141	0,502	0,127	0,132
	Esc 2	0,306	0,098	0,077	0,330	0,097	0,093	0,300	0,120	0,083	0,296	0,063	0,071	0,251	0,077	0,056
	Esc 3	-	0,118	0,053	-	0,121	0,044	-	0,149	0,046	-	0,136	0,039	-	0,124	0,027
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,636	0,237	0,209	0,674	0,253	0,196	0,704	0,237	0,206	0,659	0,235	0,189	0,651	0,230	0,174
	Esc 2	0,533	0,180	0,133	0,510	0,192	0,126	0,531	0,202	0,143	0,497	0,152	0,132	0,502	0,138	0,121
	Esc 3	-	0,274	0,072	-	0,234	0,084	-	0,300	0,123	-	0,275	0,118	-	0,173	0,044
São Paulo - SP	Esc 1	0,505	0,160	0,185	0,483	0,152	0,147	0,524	0,186	0,179	0,517	0,200	0,163	0,492	0,166	0,120
	Esc 2	0,282	0,092	0,080	0,227	0,090	0,080	0,295	0,096	0,097	0,287	0,088	0,083	0,213	0,063	0,069
	Esc 3	-	0,143	0,064	-	0,092	0,042	-	0,094	0,041	-	0,126	0,031	-	0,092	0,029
Curitiba - PR	Esc 1	0,400	0,176	0,160	0,448	0,140	0,116	0,493	0,178	0,127	0,422	0,152	0,154	0,423	0,145	0,204
	Esc 2	0,297	0,105	0,066	0,227	0,089	0,066	0,318	0,061	0,095	0,268	0,075	0,065	0,238	0,070	0,063
	Esc 3	-	0,160	0,091	-	0,183	0,043	-	0,290	0,067	-	0,154	0,051	-	0,076	0,049
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,453	0,154	0,119	0,419	0,132	0,134	0,487	0,154	0,140	0,519	0,148	0,135	0,502	0,161	0,146
	Esc 2	0,347	0,076	0,066	0,309	0,085	0,059	0,309	0,078	0,063	0,313	0,073	0,077	0,342	0,084	0,046
	Esc 3	-	0,149	0,044	-	0,113	0,060	-	0,142	0,053	-	0,120	0,071	-	0,134	0,068

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2001 a 2005.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior.

Tabela B2: Matriz de proporção de jovens inativos segundo grupos etários e educacionais – 2006 a 2009, 9 Regiões Metropolitanas.

		2006			2007			2008			2009		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,631	0,272	0,193	0,632	0,226	0,211	0,616	0,191	0,165	0,682	0,254	0,170
	Esc 2	0,475	0,174	0,141	0,492	0,148	0,108	0,457	0,143	0,103	0,556	0,179	0,100
	Esc 3	-	0,190	0,050	-	0,144	0,100	-	0,165	0,074	-	0,295	0,068
Fortaleza- CE	Esc 1	0,523	0,218	0,175	0,569	0,242	0,208	0,563	0,208	0,194	0,587	0,188	0,192
	Esc 2	0,433	0,120	0,099	0,400	0,131	0,085	0,387	0,127	0,075	0,417	0,118	0,092
	Esc 3	-	0,140	0,044	-	0,225	0,078	-	0,188	0,074	-	0,173	0,043
Recife - PE	Esc 1	0,569	0,223	0,222	0,609	0,226	0,232	0,618	0,207	0,212	0,682	0,226	0,229
	Esc 2	0,408	0,121	0,103	0,399	0,130	0,119	0,387	0,118	0,090	0,460	0,168	0,151
	Esc 3	-	0,197	0,071	-	0,187	0,052	-	0,180	0,093	-	0,351	0,060
Salvador - BA	Esc 1	0,495	0,156	0,110	0,531	0,172	0,120	0,524	0,103	0,113	0,476	0,132	0,134
	Esc 2	0,315	0,082	0,061	0,375	0,093	0,058	0,317	0,080	0,053	0,345	0,080	0,051
	Esc 3	-	0,140	0,042	-	0,176	0,057	-	0,142	0,028	-	0,163	0,049
Belo Horizonte- MG	Esc 1	0,419	0,099	0,109	0,450	0,138	0,139	0,497	0,128	0,099	0,489	0,123	0,117
	Esc 2	0,236	0,061	0,039	0,266	0,077	0,059	0,282	0,069	0,071	0,293	0,082	0,065
	Esc 3	-	0,115	0,070	-	0,203	0,060	-	0,179	0,075	-	0,149	0,021
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,677	0,243	0,210	0,669	0,274	0,216	0,683	0,237	0,191	0,741	0,238	0,181
	Esc 2	0,535	0,150	0,128	0,473	0,155	0,109	0,506	0,142	0,089	0,509	0,156	0,115
	Esc 3	-	0,208	0,053	-	0,223	0,064	-	0,221	0,059	-	0,262	0,070
São Paulo - SP	Esc 1	0,526	0,154	0,134	0,493	0,173	0,149	0,509	0,169	0,176	0,541	0,160	0,175
	Esc 2	0,228	0,075	0,064	0,222	0,051	0,070	0,250	0,071	0,073	0,291	0,069	0,071
	Esc 3	-	0,134	0,035	-	0,057	0,035	-	0,100	0,015	-	0,084	0,046
Curitiba - PR	Esc 1	0,440	0,194	0,145	0,395	0,102	0,135	0,508	0,149	0,127	0,495	0,174	0,119
	Esc 2	0,301	0,088	0,075	0,275	0,081	0,058	0,271	0,072	0,064	0,267	0,065	0,065
	Esc 3	-	0,188	0,037	-	0,133	0,058	-	0,113	0,021	-	0,127	0,035
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,477	0,124	0,125	0,459	0,149	0,126	0,531	0,162	0,133	0,542	0,155	0,137
	Esc 2	0,291	0,070	0,047	0,273	0,063	0,064	0,315	0,094	0,044	0,338	0,083	0,064
	Esc 3	-	0,129	0,039	-	0,117	0,057	-	0,155	0,062	-	0,165	0,055

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2006 a 2009.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior.

Tabela B3: Matriz de proporção de jovens inativos segundo grupos etários e educacionais – 2011 a 2015, 9 Regiões Metropolitanas.

		2011			2012			2013			2014			2015		
		15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29	15-19	20-24	25-29
Belém - PA	Esc 1	0,728	0,308	0,239	0,702	0,311	0,236	0,741	0,349	0,294	0,769	0,325	0,227	0,732	0,313	0,245
	Esc 2	0,613	0,225	0,155	0,565	0,245	0,153	0,650	0,258	0,174	0,625	0,237	0,168	0,641	0,247	0,164
	Esc 3	-	0,393	0,140	-	0,259	0,078	-	0,284	0,122	-	0,504	0,185	-	0,298	0,143
Fortaleza- CE	Esc 1	0,677	0,244	0,206	0,634	0,255	0,230	0,695	0,259	0,208	0,701	0,232	0,222	0,715	0,288	0,197
	Esc 2	0,482	0,180	0,139	0,426	0,116	0,092	0,458	0,162	0,110	0,376	0,152	0,122	0,471	0,123	0,139
	Esc 3	-	0,336	0,117	-	0,265	0,071	-	0,246	0,167	-	0,265	0,088	-	0,272	0,121
Recife - PE	Esc 1	0,782	0,354	0,315	0,713	0,265	0,219	0,697	0,297	0,293	0,742	0,236	0,244	0,719	0,223	0,205
	Esc 2	0,565	0,240	0,176	0,463	0,182	0,129	0,545	0,244	0,163	0,519	0,181	0,109	0,473	0,178	0,124
	Esc 3	-	0,327	0,116	-	0,275	0,106	-	0,250	0,096	-	0,343	0,095	-	0,225	0,147
Salvador - BA	Esc 1	0,551	0,163	0,133	0,544	0,161	0,119	0,553	0,180	0,149	0,546	0,165	0,145	0,569	0,157	0,177
	Esc 2	0,375	0,140	0,066	0,434	0,133	0,067	0,458	0,125	0,077	0,388	0,135	0,079	0,387	0,118	0,089
	Esc 3	-	0,184	0,056	-	0,207	0,070	-	0,275	0,091	-	0,025	0,087	-	0,217	0,102
Belo Horizonte- MG	Esc 1	0,548	0,191	0,175	0,469	0,174	0,129	0,527	0,159	0,135	0,530	0,138	0,095	0,563	0,163	0,137
	Esc 2	0,352	0,084	0,109	0,314	0,083	0,048	0,302	0,113	0,069	0,312	0,102	0,067	0,349	0,104	0,072
	Esc 3	-	0,192	0,060	-	0,134	0,077	-	0,239	0,053	-	0,149	0,082	-	0,183	0,072
Rio de Janeiro - RJ	Esc 1	0,770	0,297	0,234	0,789	0,306	0,251	0,783	0,273	0,248	0,754	0,251	0,175	0,727	0,229	0,197
	Esc 2	0,610	0,203	0,140	0,643	0,249	0,147	0,561	0,235	0,151	0,590	0,217	0,126	0,576	0,200	0,121
	Esc 3	-	0,315	0,142	-	0,355	0,127	-	0,342	0,090	-	0,299	0,135	-	0,342	0,134
São Paulo - SP	Esc 1	0,661	0,207	0,217	0,633	0,259	0,164	0,650	0,223	0,186	0,611	0,181	0,178	0,626	0,211	0,188
	Esc 2	0,352	0,122	0,090	0,370	0,116	0,102	0,404	0,122	0,115	0,306	0,080	0,097	0,379	0,100	0,100
	Esc 3	-	0,119	0,049	-	0,172	0,071	-	0,122	0,074	-	0,084	0,046	-	0,138	0,047
Curitiba - PR	Esc 1	0,526	0,156	0,162	0,518	0,214	0,173	0,644	0,214	0,190	0,611	0,195	0,138	0,647	0,234	0,216
	Esc 2	0,385	0,087	0,085	0,325	0,120	0,110	0,402	0,161	0,079	0,420	0,154	0,088	0,385	0,126	0,142
	Esc 3	-	0,195	0,038	-	0,104	0,063	-	0,135	0,082	-	0,260	0,051	-	0,239	0,088
Porto Alegre -RS	Esc 1	0,577	0,207	0,188	0,543	0,153	0,159	0,556	0,209	0,172	0,500	0,136	0,174	0,506	0,130	0,147
	Esc 2	0,391	0,089	0,084	0,358	0,102	0,085	0,449	0,148	0,106	0,386	0,104	0,059	0,365	0,097	0,078
	Esc 3	-	0,173	0,049	-	0,172	0,072	-	0,211	0,085	-	0,135	0,066	-	0,183	0,078

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios – PNAD – 2011 a 2015.

Esc 1 = Ensino Fundamental; Esc 2 = Ensino Médio; Esc 3 = Ensino Superior

